



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 48

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 30 de Novembro de 1994

Presidente: Deputado Madruga da Costa

Secretários: Deputados Gaspar da Rosa (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado José Ramos Aguiar) e Hélio Pombo.

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10,20 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia

Depois de mencionada a correspondência entrada na Mesa da A.L.R.A. bem como a leitura de alguns requerimentos elaborados pelos diversos Srs. Deputados, procedeu-se de imediato à apresentação de intervenções de Interesse Político Relevante para a Região, em que foram oradores os seguintes Srs. Deputados:

Manuel Gil Ávila (PSD), António Gomes (PS), Paulo Valadão (PCP), Francisco Sousa (PS), Dionísio de Sousa (PS), Rui Melo (PSD), Artur Martins (PSD), Fátima Oliveira (PSD), Fernando Lopes (PS), Alvarino Pinheiro (CDS/PP), José Maria Bairos (PSD), José Humberto Chaves (PS), Manuel Brasil (PSD), Jorge Cabral (PSD), Gaspar da Rosa (PSD), João Cunha (PSD) e Manuel Amaral (PSD), bem como o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente, Eugénio Leal.

Período da Ordem do Dia

Começou-se pela apresentação, por parte do Sr. Deputado Paulo Valadão (PCP), dum Projecto de Decreto Legislativo Regional que “altera os meios de prova da existência de contratos de arrendamento rural, permitindo o acesso de todos os agricultores aos fundos comunitários”. Sobre este assunto pronunciaram-se os Srs. Deputados Fernando Menezes (PS), Victor Evaristo (PSD), Jorge Valadão (PSD) e Alvarino Pinheiro (CDS/PP).

Seguidamente, procedeu-se à leitura dos Relatórios das Comissões Permanentes da A.L.R.A., conforme estipulado regimentalmente no Artigo 119.º.

Usaram da palavra sobre este assunto os Srs. Deputados António Gomes (COL), Fátima Oliveira (CJAS), José Maria Bairos (CPGAI) e Gustavo Frazão (CEFP). Intervieram ainda os Srs. Deputados Rui Pedro Ávila (PS), Lisete Silveira (PS), Manuel Serpa (PS) ,através de pedidos de esclarecimento relativamente ao 2º relatório apresentado, aos quais respondeu o Sr. Deputado Rui Melo na qualidade de Presidente daquela Comissão.

(Os trabalhos terminaram às 19,40 horas).

Presidente: Srs. Deputados bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Carlos Morais, Carlos Silva, Fátima Oliveira, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Gustavo Medeiros, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, Manuel Amaral, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Gomes, Carlos César, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Fernando Menezes, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Nascimento Ávila, José Humberto Chaves, Lisete Silveira, Manuel Serpa, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; **PCP** - Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 44 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (Gaspar da Rosa): Da Direcção Regional de Estudos e Planeamento, remessa do Relatório de Execução para o Plano de 94.

(O Relatório acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

- Do gabinete do Sr. Ministro da República remessa de cópia dum pedido de rectificação feita ao “Público”, a propósito da notícia inserta na edição de hoje, 29 de Novembro, intitulada “Parecer do Tribunal de Contas sobre Contas dos Açores”.

(A cópia do pedido de rectificação acima mencionado encontra-se arquivada no respectivo processo).

Secretário (Hélio Pombo): Do Presidente do Grupo Parlamentar do PS, uma carta que diz o seguinte:

“Serve a presente para comunicar a V. Ex^a: que a Direcção deste grupo parlamentar é constituída pelos seguintes Srs. Deputados:

Presidente - Fernando Menezes

Vice-Presidente: Dionísio de Sousa

Vice-Presidente: Fernando Lopes

Vice-Presidente: Manuel Serpa”

- Do Sr. Deputado do PS Rui Pedro Ávila um pedido de rectificação ao Diário da ALRA n^o 44.

Secretário (Gaspar da Rosa): Requerimento dos Deputados Regionais do PSD, José Ramos Aguiar e João Manuel Cunha do seguinte teor:

“Foi já reconhecido por parte do Governo Regional através do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, que a rampa de varagem do porto da Praia da

Graciosa não serve, em condições, os pescadores que possuem os seus barcos naquele porto nem os da restante ilha que por vezes acorrem aquela zona para se abrigarem do mau tempo e ali varam as suas embarcações.

Por outro lado é também sabido que as obras a efectuar naquela rampa, que lhe permitam uma boa operacionalidade, e segundo as previsões, irão custar algumas verbas significativas, o que, numa situação financeira, menos folgada, leva a que sejam estabelecidas prioridades de investimentos.

Neste contexto uma solução transitória que iria permitir a resolução de alguns problemas naquele porto e até a resolução em definitivo das pequenas embarcações de recreio que ali acorrem, seria a montagem de um guindaste naquela zona portuária. Sabendo nós, inclusivamente, que esta solução é encarada com abertura e com possibilidade de execução por parte do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas;

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, através de Sua Excelência o Presidente da A.L.R.A., o seguinte:

1º. Está a ser analisada a possibilidade de ser montado, no porto de pesca da Praia da Graciosa um guindaste que permita arriar e varar embarcações de pequena arqueação, permitindo assim uma melhor operacionalidade da rampa de varagem para barcos de maior dimensão?

2º. Em caso afirmativo, para quando se prevê a montagem do referido guindaste naquela infraestrutura portuária?

Horta, 30 de Novembro de 1994.

Os Deputados Regionais, *José Ramos de Aguiar, João Manuel Bettencourt Cunha*”

Secretário (Hélio Pombo): Está presente o Diário da ALRA N.º 44.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo na Mesa quaisquer votos, vamos passar ao 3.º ponto do Período de Antes da Ordem do Dia para o tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e Srs. Membros do Governo:

Para os que não acreditavam que era possível, e mesmo que não fosse, não conseguiríamos iniciar o 10.º ano em S. Jorge, os nossos pêsames.

Conseguimos e mais uma vez demonstrámos que cumprimos.

E não cumprimos de qualquer forma e feitio.

Conseguimos com qualidade, porque foi sempre o que defendemos.

Não queríamos o 10º ano sem haver um corpo docente qualificado.

Cerca de 40 professores do II e III Ciclos e Secundário com habilitação própria, encontram-se em S. Jorge, isto proporcionado pelo grande empenhamento que houve da parte das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Autarquias, Conselhos Directivos, Secretaria Regional da Educação e Cultura e de outras pessoas que quiseram colaborar nesta iniciativa.

Sempre ciente do que queria, este grupo trabalhou afincadamente, sem necessitar e querer promoções pessoais.

Serenamente, com grande profissionalismo foram dados e medidos os passos necessários para que ninguém viesse a ser prejudicado, caso surgisse algum entrave que pudesse pôr por terra todo o projecto que há muito a população de S. Jorge desejava e reclamava.

Os conselhos que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura foi transmitindo, nomeadamente para que os alunos fossem matriculados, também noutras escolas a fim de garantirem a sua inscrição, foi importantíssimo bem como todo o apoio logístico dado aos Conselhos Directivos e Autarquias. Mas é claro, que para o projecto atingir os objectivos a que o grupo se propunha, foi necessário o grande empenhamento financeiro por parte das nossas Autarquias, as quais responderam positiva e atempadamente é que “sem ovos não se fazem omeletas”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Digam o que disserem, critiquem o que entenderem a realidade é esta:

- Não se consegue professores apenas com o saber receber das nossas gentes e paisagens, embora isso muito ajude.

É necessário, e isto já há muitos anos que venho dizendo, criar mais incentivos, tais como os para a habitação, bonificação de tempo de serviço e outros que possam de alguma forma captar professores com habilitação própria a fixar-se nas Ilhas mais desfavorecidas, em docentes qualificados.

Temos de alterar a resolução nº 120/86, do artigo 1.º, a fim de incluir no mesmo os professores requisitados.

Não podemos de forma alguma continuar a verificar a situação de desigualdade existente entre colegas com a mesma formação e por vezes com formação superior.

É que os professores requisitados não podem receber o subsídio de fixação.

Para os que não sabem da importância da implementação do 10.º ano dou alguns exemplos:

- Representa em números redondos cerca de 50 mil contos, que anualmente ficam na Ilha;
- Representa, que o desporto e a cultura possam voltar a funcionar em S. Jorge com mais qualidade e entusiasmo;
- Representa que o grande esforço financeiro que as Autarquias têm investido no desenvolvimento de áreas, como por exemplo Animação, Desporto, Cultura e até na revitalização da Ilha seja correspondida por esta fixação de jovens e até de professores que este ano lá se encontram e esperamos que continue.
- Representa a unidade familiar pelo não afastamento numa das idades mais críticas e que de mais apoio directo e convivência necessitam da família, os jovens.
- Isto representa o renascer da Ilha. A coragem para se apostar sem receio, em projectos da iniciativa privada que originem mais postos de trabalho.
- Isto representa, que a aposta política da maioria dos jorgenses sempre esteve correcta.

No entanto, devemos estar atentos para que este projecto seja garantido nos próximos anos e até sirva para que em outras ilhas seja implementado.

É necessário e urgente que se inicie já um estudo, em colaboração com as Autarquias, Associações de Pais e Encarregados de Educação e Conselhos Directivos, a fim de solucionar uma situação que neste momento é ilegal.

A atribuição de incentivos a professores não é da competência das Autarquias. É que infelizmente não é legal as Autarquias atribuírem subsídios directamente aos estabelecimentos de Ensino do II, III Ciclos e Ensino Secundário, mesmo que seja para equipar laboratórios ou adquirir outro material didáctico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O sonho que agora começa a tornar-se realidade não fica por aqui.

A grande aposta para o próximo ano, é já experiência, irá ser nos cursos tecnológicos, tendo a sua razão de ser. Começa a inverter-se a situação, pelo menos em S. Jorge, de que estudar era apenas para quem queria ser Doutor ou era rico.

O número de alunos, cerca de 130, inscritos no III Ciclo, unidades capitalizáveis, teve tal aderência, que os Conselhos Directivos vêm com bons olhos a implementação de tais cursos.

E não só os Conselhos Directivos, mas também os Encarregados de Educação, empresários e autarquias, vêm com bom grado a implementação dessa experiência.

Atrevo-me mesmo a pensar que a resolução para os quadros de algumas pequenas empresas, incluindo as Cooperativas de Lacticínios, passará pelo funcionamento desses cursos naquela Ilha.

É uma aposta que esperamos ter todo o apoio do Governo no que respeita ao equipamento das duas escolas C+S, assim como o aumento das instalações no que respeita a salas especiais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao terminar não podia de forma alguma deixar de dizer que para nós jorgenses a última coisa a morrer é a esperança.

Tivemos esperança e conseguimos!

Lanço um apelo às Ilhas que não têm ainda o Ensino Secundário implementado.

- Caminhem com calma.

- Unam-se as forças vivas de cada Ilha e quando houver o número suficiente de docentes qualificados dêem os primeiros passos, mas sempre bem medidos para o bem de todos os jovens açorianos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo).

Presidente: O Sr. Deputado António Gomes pede a palavra para?

Deputado António Gomes (PS): Para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Manuel Gil Ávila:

Não fora o facto de há pouco ter manifestado os seus pêsames a si mesmo, não teria pedido a palavra para dar-lhe algumas informações.

O Sr. Deputado deve lembrar-se ainda duma intervenção que eu fiz aqui em Janeiro deste ano, na qual dizia que seria perfeitamente possível ter em S. Jorge e mesmo noutras ilhas onde ainda não existe esse nível de ensino, se o Governo ou alguma instituição avançasse com determinados apoios para os professores.

Fazia ainda na mesma intervenção referência à necessidade de se oferecer alojamento condigno a esses mesmos professores.

Dizia, inclusivamente, e apresentava como exemplo, o facto do Centro de Saúde da Calheta ter informado em órgãos de comunicação social a necessidade de haver técnicos nessa área e as condições que lhes eram oferecidas. Referi também que, de facto, tinham concorrido um número elevado de médicos para esse centro de saúde.

Nessa altura, o Sr. Deputado disse - e remeto-o para a leitura do Diário das Sessões dessa época - que sempre informou a respeito das condições de alojamento, na qualidade de Presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória da Calheta.

Voltando a essa minha intervenção, devo dizer que a concluía afirmando que poderia haver uma solução se o Governo, a Escola Preparatória ou quem quer que fosse ligado ao ensino, fossem à comunicação social informar que ofereciam alojamento, que existia um subsídio de fixação e aí sim, seria talvez o caminho certo para se conseguir professores.

Pois, a título de remate ao que acabei de dizer, quero informar o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila que depois de terem sido colocados anúncios em órgãos de comunicação social no Continente, contactaram a Escola Preparatória da Calheta mais de 50 professores.

Isto evidencia realmente que quem está de pêsames é V. Ex^a.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão também pede a palavra para pedir esclarecimentos, segundo creio. Tem a palavra.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Terei de ser muito rápido, por motivo de falta de tempo, porém a matéria que traz aqui o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila é muito importante para nós.

Eu começaria por felicitá-lo exactamente por ter trazido a esta Casa um assunto que preocupará, certamente, todas as ilhas onde não existe neste momento ensino secundário.

Preocupa-me este assunto, porque sou duma ilha com 4 mil habitantes, em que desses 4 mil, estão 60 jovens na cidade de P. Delgada no ensino secundário. Ou seja, uma ilha com 4 mil habitantes está a “exportar” para a Ilha de S. Miguel 1 milhão de escudos todos os meses.

Isto é significativo e tem que nos fazer pensar.

1 milhão de escudos para 4 mil habitantes é muito significativo. E façam contas, porque chegarão a estes números.

Ora, isto quer dizer que nas ilhas pequenas, hoje, o ensino secundário é um imperativo. E todos temos que prestar atenção a isso.

Deu-me a impressão de que na intervenção do Sr. Deputado havia algum receio em relação ao futuro, por um lado e por outro lado, parece-me ter entendido que o Governo Regional deve cumprir as suas responsabilidades relativamente a uma matéria que é da exclusiva competência do Executivo e no entanto, hoje em S. Jorge, são as Autarquias que estão a contribuir para a resolução deste problema.

O que eu gostaria de saber é se as nossas Autarquias, com as condições que têm, vão ter capacidades financeiras de continuar a arcar com estas responsabilidades?

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Sousa pede a palavra para?

Deputado Francisco Sousa (PS): Para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ouvi, aliás como sempre, com atenção a sua intervenção, especialmente porque toca uma área que me é muito querida, ou seja, a área da educação.

Não deixo de dizer-lhe que foi com alguma mágoa - o Sr. falou em luto eu falo em mágoa - que vi V. Ex^a. uma vez mais aqui trazer problemas que já trouxe várias vezes a esta Casa, mas que tem a plena obrigação de apresentar propostas para resolver esses mesmos problemas.

V. Ex^a. fala em aumento de instalações e aquisição de equipamentos para que se possa ensinar e ter o ensino tecnológico nas escolas de S. Jorge.

A pergunta que eu lhe ponho é se V. Ex^a. vai - da parte da tarde - apresentar alguma proposta de alteração ao Plano e Orçamento desta Região a fim de poder contemplar essa matéria?

A segunda questão levantada por si, diz respeito à impossibilidade das Câmaras continuarem a atribuir subsídios. De facto, não podem, é ilegal.

Portanto, volto a perguntar-lhe se no Orçamento que vamos ter que aprovar nos próximos 3 dias, V. Ex^a. vai apresentar alguma proposta de alteração que contemple essa matéria?

Também perguntar-lhe-ia se vai propor a alteração da resolução que impede os professores requisitados, destacados ou em comissão de serviço que estão em S. Jorge, de receberem o subsídio que os outros colegas colocados por concurso recebem?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila para prestar esclarecimentos.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu começaria pelo Sr. Deputado António Gomes para dizer-lhe que ele não pediu nem deu esclarecimento algum.

Eu comecei a minha intervenção dando os pêsames àqueles que nunca acreditaram que o 10º ano chegaria a S. Jorge.

Bem, pelas suas intervenções nesta Casa e pelas conversas que tenho tido consigo, não pensei que lhe fosse ferir, porque eu não penso isso do Sr. Deputado.

Mas de qualquer forma, eu gostaria de dizer-lhe algumas coisas.

Começarei por dizer-lhe que o Centro de Saúde da Calheta, e já lhe disse isto da outra vez só que o Sr. Deputado não percebeu, nunca pôs nenhum concurso publicado nos jornais, porque os concursos têm a sua forma técnica de se fazer. O que se pôs foi um aviso.

Aliás, foi o que sempre fez a Escola Preparatória e nunca anunciámos nenhum alojamento, porque nós - as escolas - nunca tivemos nenhum alojamento para dar a quem quer que seja.

Se o Sr. Deputado bem se lembra, foi isto que eu disse sobre as escolas na altura em que aqui dei o esclarecimento.

Quanto aos alojamentos que os professores tiveram, dir-lhe-ei que nas minhas intervenções nesta Casa esse foi um problema pelo qual eu sempre me debati e sempre disse que sem alojamento e outras condições, os professores não iriam para lá. E hoje tornei a frisar isso.

Portanto, nesse sentido penso que estamos esclarecidos. Ao fim e ao cabo, o Sr. Deputado disse aquilo que eu já tinha dito na minha intervenção.

Em relação ao que disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, eu devo referir que a parte financeira das Autarquias neste processo não é tão elevada quanto pensamos. Se fizermos bem as contas, não é assim tão alta.

Eu acredito que essa capacidade financeira exista, no entanto eu sou da opinião de que se isto não é uma área das Autarquias, deve então ser solucionada de outra forma, para que as coisas fiquem claras e não venham a criar problemas aos nossos autarcas.

Foi essa a posição que eu defini naquela tribuna.

Já agora informo o Sr. Deputado que, como deputado desta Região, estou disponível, assim como estive em S. Jorge, para colaborar com os Conselhos Directivos e as Autarquias, nomeadamente no caso das Flores, uma vez que fomos os primeiros a resolver este assunto, a fim de solucionar esse problema.

Relativamente ao Sr. Deputado Francisco Sousa, devo dizer-lhe que as propostas do Plano... só para logo à tarde e quanto a isso logo as veremos.

O Sr. Deputado conhece muito bem a minha posição nesta matéria.

Em relação à resolução eu posso dar-lhe como resposta que o Sr. Deputado pertence à Comissão que mais facilmente pode resolver este problema.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Toma que já jantaste!

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Sousa pretende a palavra para mais esclarecimentos, segundo creio. Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Manuel Gil Ávila:

Perguntei e gostaria de saber se V. Ex^a. vai de facto apresentar as três propostas, porque naturalmente sabe que fizemos algumas propostas que foram “chumbadas”, porque a maioria está desse lado e a maioria é que aprova ou rejeita.

Neste caso concreto, é a maioria quem tem de aprovar as verbas, porque a única vez em que tivemos uma maioria aqui que não era do partido do Governo e apresentámos propostas que foram aprovadas, não se executou depois aquilo que se aprovou.

Portanto, é por isso que eu lhe fiz a pergunta, até porque V. Ex^a. sabe que no que diz respeito à atribuição de subsídios, é absolutamente ilegal as Câmaras atribuírem-nos. Daí, a minha pergunta no sentido de saber se vai ou não introduzir as alterações no Orçamento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila para responder ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Eu penso que fui claro na minha resposta quando disse que as propostas ao Plano são para mais logo e não agora.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cumprem-se hoje exactamente dois meses que, neste mesmo período de antes da ordem do dia, resolvi trazer à consideração desta Assembleia, alguns pontos de reflexão e de alerta, sobre o Projecto de Revisão Constitucional do PSD que o

PSD/Açores não se cansava de elogiar, mas se mostrava manifestamente relutante em apresentar, formal e pormenorizadamente, aos açorianos.

Acrescente-se que continua a não fazê-lo.

Quer não tenha reunido o Conselho Regional, como acontecia por altura do Plenário de Setembro passado, quer tenha reunido Conselho Regional, como acontece no presente Plenário, o PSD/Açores continuou a tratar do Projecto de Revisão Constitucional identificado pelo nº 4/VI e ainda com indicação de “apresentado pelo PSD”, como tema de simples considerações de carácter genérico.

Ficámos a saber, pela última Sessão desta Assembleia, que não o queria discutir.

Temos de concluir, pelo texto que foi tornado público, depois da reunião do seu Conselho Regional de 30 de Setembro, convocado expressamente para o apreciar e que lhe dedica escassa meia dúzia de linhas, que teima em continuar a esconder o seu conteúdo.

Na nossa modesta opinião, as responsabilidades que o PSD detém perante o povo desta Região impunham-lhe outro comportamento.

Não seria, porém, esta, a razão que nos faria voltar a este assunto.

Sobretudo, depois do processo de Revisão Constitucional, encetado em Julho passado, parecer adiado por algumas dezenas de meses.

Mas há outras que nos parecem bastante mais graves, a impor-nos que retomemos o tema, detendo-nos na apreciação de alguns aspectos do Projecto de Revisão Constitucional do PSD.

Para o PSD/Açores, o regresso a este assunto continuará a ser considerado inoportuno e injustificado, o que é uma razão para o voltarmos a fazer.

Entre numerosos aspectos dignos de realce, no Projecto de Revisão do PSD e que desenvolvemos pormenorizadamente na intervenção de Setembro passado, vamos salientar apenas um. Aquele que respeita às competências legislativas desta Assembleia.

Consideremos assim, aquilo que o PSD/Açores vem designando eufemisticamente por “reequilíbrio do sistema de Governo, com o intuito de oferecer maior eficácia à governação” - citei.

Como todos sabemos, pela história do passado e do presente, este argumento da eficácia é a grande bandeira de todos os radicalismos que recusam assumir-se como tal, capitalismo selvagem, sistemas de planificação central, centralismos de todos os matizes, governamentalização das instituições, etc., etc.

É a manifestação desta última forma de eficácia (ou pseudo-eficácia) que constatamos na Proposta de Revisão do PSD.

No texto daquela proposta, publicado no Diário da Assembleia da República de 9 de Setembro passado, lia-se, no seu artigo 234, sobre as competências da Assembleia Legislativa Regional:

“É da competência da Assembleia Legislativa Regional, salvo autorização ao Governo Regional” - era a grande novidade! - “o exercício de determinadas atribuições que, para o caso, agora não interessam, bem como a aprovação do orçamento regional, do plano económico e das contas da Região e ainda a adaptação do sistema fiscal nacional às especificidades da Região”.

Como já salientámos em anterior intervenção, esta alteração dificilmente podia ser pior para as Assembleias Regionais e para o próprio sistema autonómico, por introduzir o mecanismo perverso das autorizações legislativas.

Recordo que afirmava então, “com autorização desta Assembleia que obterá sempre que entender e quiser, Mota Amaral passará a poder legislar e regulamentar, em todas as áreas de competência desta Assembleia, excepto naquelas em que o Governo não pode receber autorizações legislativas em razão da própria natureza dos assuntos, isto é, orçamento, plano, contas e adaptação do sistema fiscal”.

Apesar de ter acrescentado, à cautela, “nem mesmo isso é muito claro”, confesso a minha ingenuidade em pensar que não era possível ir mais longe, na pretensão de subtrair mais competências às Assembleias Regionais.

É verdade que eu ouvira, como todos ouviram, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD dizer que não abraçava “nomeadamente a solução do projecto do PSD em relação às competências legislativas”.

É verdade que eu lera no texto das conclusões do Conselho Regional do PSD que aquele projecto não dava resposta “a todas as pretensões do PSD/Açores, sobretudo quanto às competências dos Parlamentos Regionais”.

Apesar de tudo isto ter ouvido e lido, nunca imaginei que esta insatisfação resultasse de o PSD/Açores pensar que, mesmo assim, os Parlamentos Regionais ainda detinham competências em excesso, apesar do projecto do PSD lhes retirar competências legislativas para as atribuir, umas aos Governos Regionais e outras aos Ministros da República.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, por incrível e inimaginável que pareça, foi isto mesmo que aconteceu.

Para que não se perca nada, do sabor único e original desta verdadeira façanha legislativa do PSD, vou ler na íntegra, o texto publicado no Diário da Assembleia da República de 22 de Setembro último, com o título:

PROJECTO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

Nº 4/VI

“Sr. Presidente da Assembleia da República:

Venho pela presente carta solicitar a V. Ex^a. autorização para introduzir uma alteração de carácter meramente literal no projecto de Revisão Constitucional nº 4/VI, apresentado pelo PSD.

De facto, no nº 1 do art. 234 desse projecto, onde se lê “plano económico” deverá constar “Grandes Opções do Plano”.

“Lisboa, 20 de Setembro de 1994. - O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Lima”.

Para nos apercebermos, Sras. e Srs. Deputados, plenamente das consequências desta proposta para substituir o plano económico aprovado por esta Assembleia pela aprovação apenas das grandes opções do plano, e para que não fique a ideia de que elas resultam da minha apreciação pessoal, subjectiva e enviesada de deputado da oposição, vou citar, a este respeito, três insuspeitos juristas.

Disse, há alguns anos, um deles:

“Sabido que, ainda hoje é nebuloso o conceito de grandes opções, quanto menor for o período da sua vigência, menos realista é pensar nelas como escolhas de fundo daquelas que determinarão, excluindo outras, os caminhos do desenvolvimento”.

O autor destas afirmações é bem conhecido de todos nós e chama-se Álvaro Monjardino. Proferiu-as em 1988 como representante da Região no Conselho Nacional do Plano, na apreciação das “Grandes Opções do Plano para 1988”.

A segunda citação é a seguinte:

Falando do regime previsto na Constituição para a relação entre a Assembleia da República e o Governo, no domínio do planeamento, dizia-se:

“Enquanto a lei do Orçamento e o orçamento-ele-mesmo são ambos aprovados por lei parlamentar, o plano, diferentemente, obedece a um sistema dualista: a Assembleia da República aprova a “lei do Plano”, sob proposta governamental, e o Governo, por seu turno, aprova o documento do Plano ou plano propriamente dito, sob a forma de Dec-Lei. Esta diferenciação de regimes explica, em parte, a actual subordinação, a nível nacional, do plano ao orçamento”.

Estas afirmações são do conhecido e muito condescendente amigo do Governo Regional, Professor Sousa Franco.

Para se perceber ainda com maior clareza esta subordinação, uma terceira citação:

“O plano anual subordina-se ao OE que, por sua vez, terá de harmonizar-se com as grandes opções político-económicas contidas na lei do Plano. De forma esquemática: 1- o OE é elaborado de harmonia com as “grandes opções do Plano” (isto é, a lei “lei do Plano”); 2- o OE é praticamente simultâneo da “lei das grandes opções” - é a “pescadinha com o rabo na boca”; 3- mas é anterior ao documento do Plano (plano em sentido estrito) - é agora o “ovo e a galinha”!

Consequentemente, daqui decorre o desaparecimento da subordinação do OE ao Plano. Subordina-se, de facto, o Dec-Lei do plano (posterior) ao Orçamento que, sendo-lhe anterior, constituiu a sua expressão financeira”. Esta é a complicação jurídica que existe a nível nacional. Mas há uma outra consequência mais grave que está contida na situação.

“A falta de uma verdadeira lei do Plano, acaba assim por acarretar um grau elevado de “arbitrariedade” ao processo da sua elaboração e execução pelo Governo, mesmo no caso do plano anual ou a curto prazo” - fim de citação.

Estas afirmações são da especialista em planeamento Cristina Queiroz em trabalho publicado no boletim do Conselho Nacional de Plano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que todos já nos apercebemos perfeitamente de quais são as consequências teóricas desta rectificação “de carácter meramente literal” (é preciso ter descaramento!), subscrita pelo Sr. Duarte Lima.

Resta apenas acrescentar que a dita rectificação põe à mostra, não a careca do referido Sr. Lima, mas a do inevitável Sr. Amaral.

Volta a recordar-se mais uma vez, que na Assembleia constituinte o Sr. Amaral já propunha o seguinte:

“É da exclusiva competência da Assembleia Regional a aprovação das leis do Plano e Orçamento”.

Mais palavras para quê?

É sempre o mesmo artista açoriano a repetir incansavelmente o mesmo número!

Em todo o caso aí vão mais algumas palavras:

Já não me admira nada que ainda venha a surgir mais uma rectificação “meramente literal” à proposta de revisão do PSD que reduza esta Assembleia, a aprovar, não o orçamento, mas apenas a lei do orçamento. Era assim que se fazia nos velhos tempos, aparentemente saudosos para alguns, do velho Salazar!

Deputado Jorge Cabral (PSD): E saudoso para si que pertenceu à “Mocidade Portuguesa”!

O Orador: Não tenho dúvida que, só assim, o Dinossauro Excelentíssimo considerará completa a sua obra de aniquilação das Assembleias Regionais e poderá morrer descansado.

Não tenho dúvida, igualmente, que todos nos apercebemos já muito claramente das consequências da tal negregada alteração meramente literal dos Srs. Lima/Mota, mas não há nada como visualizar, nas consequências práticas, os aspectos negativos daquela alteração.

Temos estado todos a preparar, afanosamente, há mais de um mês em comissões, a discussão duma proposta de plano para o próximo ano que tem cerca de 80 páginas, com 30 programas, que envolvem 270 acções englobadas em 5 eixos de intervenção, por isso é que eu trouxe estes “animais em extinção”, porque há um “caçador furtivo” que os quer eliminar.

Tudo isto é completado por um anexo - por isso é que eu trouxe estes “animais em extinção”, porque há um “caçador furtivo” que os quer eliminar - de mais de uma centena de páginas que, como se diz na sua introdução “pormenoriza o plano para 1995, permitindo o seu conhecimento, tanto a nível global e eixos de desenvolvimento, como a desagregação espacial por programas e acções, com as respectivas dotações financeiras”.

Antes disso, já havíamos apreciado, discutido e aprovado um plano a médio prazo de enquadramento dos planos anuais com as suas 2 centenas de páginas na proposta e uma centena no respectivo anexo.

Pergunto:

Se vingar a rectificação limista/amaralista o que passaremos a ter, para apreciar, discutir e aprovar nesta Assembleia?

Passamos a ter aquilo mesmo que tem a Assembleia da República para 95, e teve em todos os anos anteriores.

Passaremos a ter um documento com três páginas e 8 artigos.

Três deles dizem o seguinte:

“São aprovadas as Grandes Opções do Plano para 1995 (1º Art.). É publicado, em anexo à presente lei, o relatório sobre as Grandes Opções do Plano para 1995 (7º Art.). O Governo promoverá a execução do Plano para 1995, de harmonia com a presente lei e demais legislação aplicável, tendo em consideração os regulamentos comunitários que estabelecem a reforma dos fundos estruturais (Art. 8º)”.

Estes são os três artigos mais importantes.

Os outros 5 indicam quais são essas Grandes Opções que a Assembleia da República aprova e que são para verem a força jurídica, a precisão a que o Governo da República está sujeito e a que ficarão sujeitos os Governo Regionais. O Governo da República está sujeito por comando jurídico, a preparar Portugal para o novo contexto europeu; a preparar Portugal para a competição numa economia global e a preparar Portugal para uma vida de mais qualidade.

Os restantes 5 artigos são meia dúzia de alíneas, que dão o sentido de cada um destes comandos jurídicos, tão amplos e tão vastos que fazem com que o Governo faça aquilo que muito bem entende.

É, efectivamente, esta a situação que aquela proposta meramente literal, assinada pelo Sr. Duarte Lima, mas exprimindo a vontade do Sr. Mota Amaral, reduzirá, se fosse aprovado o papel e a função desta Assembleia na aprovação do Plano.

Sublinho que é evidente que das cento e tal páginas que aqui foram referidas no Plano de 95 e no Plano de Médio Prazo - nós não aprovámos todas elas, há algumas que têm o carácter de relatório. Mas vejam a diferença: nós aprovaremos, pelo menos discutimos e analisámos com força jurídica no Plano de 95, 38 páginas, se é que são os 30 programas que saem aprovados desta Assembleia. Se essa proposta fosse aprovada, esta Assembleia aprovaria o que está em duas páginas (da página 14 à página 16).

No Plano a Médio Prazo, aprovámos com valor jurídico 85 páginas. Se esta perspectiva fosse aprovada, aprovaríamos três páginas (da página 65 à página 68) que se reduziriam a três ideias altamente genéricas: fortalecer a economia regional; valorizar os recursos humanos; melhorar as condições de vida. Como para este ano aprovaríamos em duas páginas: relançar a actividade económica e o emprego; fomentar a cooperação inter-regional; reforçar a coesão social.

Sublinhe-se ainda que esta evolução é precisamente a evolução contrária feita nos países com que mais nos aproximamos.

Em Espanha, Itália e França, os planos são leis parlamentares. A única excepção foi a França, durante alguns governos gaulistas entre 58 e 62, em que havia essa dualidade de aprovação.

É caminhar contra a História.

Por isso, era minha intenção inicial incluir nesta intervenção a denúncia de outras mal formações congénitas da Proposta de Revisão Constitucional do PSD, mas julgo que esta é suficientemente grave, para merecer tratamento separado.

Resta-me fazer um apelo.

Por uma vez, acordem Srs. Deputados do PSD/Açores.

Por uma vez, deixem de ser rebanho.

Por uma vez, Srs. Deputados do PSD, por uma vez ao menos, deixem de ser cobaias inconscientes.

Por uma vez ao menos, Srs. Deputados do PSD, ponham o seu estatuto de Deputados eleitos pelo povo, acima da vossa condição de membros de um partido.

Por uma vez, Srs. Deputados do PSD, digam não ao Chefe.

Por uma vez ao menos, inscrevam-se no RENTA, isto é, no registo de não dadores de órgãos da autonomia.

Disse.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS).

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O primeiro pedido de esclarecimento que eu gostaria de fazer ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa é no sentido de saber se tem alguma indicação de que o Processo de Revisão Constitucional continua a decorrer?

Eu depreendi a resposta a partir da sua intervenção, ou seja, de que o Processo de Revisão Constitucional não avança e já não existe.

A sua intervenção enquadra-se perfeitamente num ambiente fúnebre, em jeito de 7.º dia.

Ou então será uma intervenção para o Sr. Deputado exercitar-se e usar do tempo disponível para se preparar para a próxima Revisão Constitucional que poderá ser daqui a um ano ou dois.

Ou ainda, devido à sua formação académica - o Sr. Deputado é um filósofo - e tendo sido promovido nesta nova liderança do Partido Socialista a constitucionalista, tenta vir aqui trazer-nos algumas indicações sobre revisão constitucional.

Devo dizer-lhe que o Projecto de Revisão Constitucional que apresentámos, é um contributo para pistas de reflexão para o futuro.

Está já devidamente arquivado para, na altura própria, quando for desencadeado, ser recuperado para voltarmos a trabalhar nele.

Dá-me a impressão que o Sr. Deputado parou no tempo. A Revisão Constitucional parou e o Sr. Deputado também parou no tempo.

Longe de mim pensar sobre si o que pensa o Sr. Deputado Ricardo Barros, quando diz que o seu espírito “está doente” e parece que não está bem.

Não tenho esse pensamento.

Acho, sim, que o Sr. Deputado está atrasado três ou quatro meses, mas poderá vir a recuperar proximamente.

Respondendo a um aparte do Sr. Deputado Carlos César, devo dizer-lhe que esse projecto é uma “revelhação” da iniciativa da Revisão Constitucional.

Deputada Lisete Silveira (PS): Olha a língua portuguesa!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para prestar esclarecimentos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção não tem nada a ver com a urgência ou com a realização imediata da Revisão Constitucional.

No meu próprio texto está dito qual é o objectivo que aliás, foi o mesmo que eu tive em Setembro quando a Revisão Constitucional ainda estava a funcionar ou quando a Comissão de Revisão Constitucional estava em funcionamento.

Eu desempenho aqui uma função como deputado, que é alertar para as linhas políticas com que partidos, forças de vária ordem, se movimentam na sociedade açoriana.

O que eu fiz aqui foi trazer a esta Assembleia, para através dela chegar aos açorianos, algo que o PSD, envergonhadamente encapotadamente, se tem recusado a discutir e a apresentar aos açorianos!

Quais são as linhas com que o PSD pretende que se cosa o futuro desta autonomia?

Foi isso que eu fiz em Setembro, antes das tais “promoções”, das tais coisas a que o Sr. Deputado Rui Melo se referiu e que refere inoportunamente.

Mas o Sr. Deputado não pára no tempo. O Sr. Deputado não pára em coisa absolutamente nenhuma!

O Sr. Deputado repousa sobre um nada! E é isso que faz com que determinadas intervenções suas, mereçam apenas... a gargalhada geral!

Esta merece, mais uma vez, a reafirmação de que há aspectos da actividade dos deputados que não têm nada que ver com aquilo que é importante, ou não, no momento em que se passa.

Até aquilo que eu vim aqui fazer, é importante fazer neste momento, porque daqui a um ano ou dois, podemos estar não a aprovar planos e orçamentos como agora estamos, mas sim a aprovar apenas leis de planos ou leis de orçamentos, como um figurão da autonomia pretende fazer desde 1975.

Até hoje não o conseguiu, não vai conseguir. E há que demonstrar, mais uma vez e sempre perante os açorianos, quais são as ideias, quais são as pretensões, quais são os objectivos dessa figura regional.

É isso que continua a ser feito e que eu voltarei a fazer importuna e inoportunamente!

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para mais esclarecimentos? Tem a palavra.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Dionísio de Sousa:

Para nós, seria muito importante se V. Ex^a. não parasse no tempo.

Por exemplo, se enquadrasse na sua intervenção a revisão do Estatuto Político-Administrativo. Isso é que era importante para nós. Até porque os Srs. já manifestaram no último congresso, que estão interessados em avançar com a revisão do Estatuto.

Esse é que é o passo em frente.

Nós gostaríamos de saber o que é que os Srs. pretendem em relação a isso, quais são as vossas ideias, os vossos objectivos, porque nós estamos empenhados em que essa revisão avance.

Por isso é que eu digo que a sua intervenção seria muito importante se fosse uma introdução à revisão do Estatuto. A não ser que ela seja vista como uma introdução à

próxima intervenção que o Sr. Deputado vai fazer sobre a revisão do Estatuto. Aí, rendo-me à evidência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para prestar esclarecimentos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Melo:

O Sr. Deputado parece uma varinha mágica que mistura as coisas.

Quando se fala na Revisão Constitucional o Sr. Deputado fala no Estatuto. Quando se falar no Estatuto quererá falar de outra coisa qualquer.

Neste caso, interessou-me falar e interessou-me fazer a mesma denúncia de sempre.

O que nós pensamos sobre a revisão estatutária está mais que visto e está mais que provado que nós temos razão.

Quando os Srs. a quiseram iniciar contra aquilo que se impunha, nós considerámos inoportuna. E tanto inoportuna foi, que teve que ser interrompida durante 7 ou 8 meses.

O que nós pensamos sobre a revisão estatutária está dito na proposta do Estatuto e está dito por todos os partidos nas mesmas que foram apresentadas na Assembleia Regional.

A isso não há que acrescentar mais coisa nenhuma. Há que retomar esse processo e mais nada.

Portanto, o Sr. é que parece uma varinha mágica louca que perdeu o controle daquilo que pretende e daquilo que poderia e deveria dizer.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Governar, terá que ser, em democracia, a forma de encontrar a resolução possível para os problemas concretos que afectam a sociedade. Detectar e reconhecer problemas para depois nada fazer, não é aceitável. Também não é aceitável fingir-se que se pretende resolver certo problema, mas, na prática, deixar o tempo passar sem nada fazer.

As considerações gerais atrás feitas servem como uma luva a muitas e frequentes actuações do Governo Regional dos Açores, não sendo aceitável que tal suceda.

A questão que o PCP/Açores trás hoje a esta tribuna tipifica rigorosamente um comportamento governamental enganador e desprovido de vontade em resolver um problema muito sério e grave. Sendo assim, vejamos.

Durante o ano em curso os pescadores artesanais, nomeadamente da Ilha de S. Miguel, foram duramente confrontados com uma situação de baixos rendimentos provocada, de entre outros factores, por persistentes impossibilidades de se fazerem ao mar, em função da má situação meteorológica associada às dificuldades operacionais de muitos dos portos existentes.

Esta situação não é nova e assume em vários anos uma dimensão social dramática.

No ano em curso os pescadores e os seus familiares movimentaram-se, com determinação, na busca de soluções que pudessem de algum modo atenuar o facto do rendimento do seu trabalho ser demasiado baixo.

Toda a movimentação legitimamente realizada pelos pescadores e suas estruturas representativas, teve como efeito algumas ajudas pontuais e a criação, por iniciativa do Governo Regional, de um Grupo de Trabalho encarregado de estudar este problema.

A criação deste Grupo de Trabalho criou, nos pescadores artesanais, suas famílias e na sociedade em geral a expectativa de que tão grave problema seria tratado.

Acontece porém que o Inverno está de novo aí, o ano está no fim e não foi divulgada pelo Governo qualquer medida ou proposta que vise enfrentar a situação dos baixos rendimentos da pesca artesanal.

Estão na mente de todos as palavras proferidas sobre este assunto pelos mais altos responsáveis do Governo perante pescadores e seus familiares. Temos que lembrar, com firmeza, que tais palavras obrigam a actos, a decisões, a medidas. Temos que sublinhar que tais medidas, pela sua importância social, têm que ter um elevado grau de prioridade.

Não podemos deixar que o tempo leve as palavras e o vento as promessas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entretanto o Sindicato dos Pescadores de São Miguel e Santa Maria, não só participou nas reuniões do Grupo de Trabalho atrás referido, como desenvolveu uma notável actividade no sentido de encontrar uma solução justa, equilibrada e principalmente viável.

Aquela estrutura sindical fez chegar aos partidos com assento neste Parlamento uma proposta de solução acompanhada de um estudo financeiro criteriosamente elaborado.

A solução defendida pelo Sindicato passa pela criação de um Fundo de Garantia Salarial que é, simultaneamente um instrumento de justiça social e de fomento da produção e produtividade do sector. O estudo financeiro elaborado, com diversos cenários, aponta claramente para a viabilidade da ideia, que merece ser ponderada e tem condições para ser aprovada.

O PCP/Açores entende que é urgente serem definidas posições sobre esta questão, nomeadamente pela parte do Governo Regional, porquanto a viabilização prática de qualquer medida que exija previsão orçamental obriga a que o Orçamento a aprovar para a próxima semana esteja dotado com a inscrição necessária.

Fazemos hoje este alerta, antes de se iniciar a discussão do Orçamento, para que tudo fique claro e não se venha dizer depois que só se pode pensar nisto para 96 já que o Orçamento de 95 nada previa.

Se o Governo e a maioria desta Assembleia fecharem uma vez mais os olhos a este problema têm que ser responsabilizados por isso.

Não é tarde, não é impossível e é necessário encontrar-se a solução adequada, solução essa que só depende de haver vontade política.

O PCP/Açores continuará a fazer todos os esforços para seja feita justiça nesta matéria.

Disse.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente pretende a palavra para?

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria dar um esclarecimento relativamente a esta questão, informando que, de facto, como o Sr. Deputado disse, o Governo criou um grupo de trabalho que tem reunido várias vezes e que tem o seu trabalho em fase adiantada, mas que ainda não chegou a conclusões.

Gostaria também de informar esta Câmara que este ano foi feita uma experiência, no âmbito dos trabalhadores sazonais - criada numa vertente especial - em algumas zonas de maior número de pescadores. E o número de pescadores inscritos foi bastante reduzido. E passados poucos dias de estarem integrados nesse programa, vieram a desistir, porque achavam que a importância que lhes pagavam (2800 escudos/dia), era reduzida. Preferiram não ganhar nada, a estarem ocupados num programa, vencendo a quantia que acabei de referir.

Era esta a informação que gostaria de dar aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para naturalmente prestar esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O que V. Ex^a. acaba de dizer vem apenas confirmar a nossa razão.

O Sr. Secretário fala no programa de trabalhos sazonais que o Governo Regional “ofereceu” aos pescadores de determinadas zonas, dizendo: - “vocês durante o inverno vão deixar de pescar e vão trabalhar para as obras da Câmara Municipal. Vão fazer trabalho de varredores, cabouqueiros etc.”.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Não é nada disso!

O Orador: Isto foi um falhanço completo.

Aliás, se o Sr. Secretário tivesse pensado bem naquilo que foi este programa para trabalhos sazonais e naquilo que o Sr. diz que os trabalhadores abandonaram, não teria sequer referido nada. Isto é um fracasso total da vossa política!

É evidente que não podemos ter a veleidade de pegarmos num profissional de determinada arte e ir colocá-lo numa coisa que não tem nada a ver com a sua vida.

Isto é, de facto, o trabalhar “nas nuvens”, sem ter a realidade posta nos acontecimentos. E é isso o que o Governo Regional nesta matéria tem feito.

O Sr. Secretário fala num grupo de trabalho, diz que não tem conclusões. Mas, para se implementar seja o que for em matéria orçamental, tem que haver algum fundo orçamental.

Se há intenção, de facto, em avançar com apoios aos pescadores quando não é possível ir para o mar, aliás de acordo com aquilo que tem sido defendido pelo Sindicato dos Pescadores e, inclusivamente, por muitas pessoas desse grupo de trabalho, é necessário que esteja prevista no orçamento a verba devida. E isso não aconteceu.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Sousa pede a palavra com que finalidade?

Deputado Francisco Sousa (PS): Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu tenho na minha frente um documento que foi distribuído e que trata exactamente do programa de “Medidas Especiais de Fomento do Emprego/Ocupação de Empregados Sazonais”.

E porque V. Ex^a. falou dos pescadores, eu gostaria que ficasse aqui claro o que é que aconteceu em algumas freguesias de S. Miguel, essencialmente piscatórias?

E assim, dizia-lhe que na freguesia do Rosário na Lagoa, candidataram-se 15 pessoas das quais 14 foram inscritas; na freguesia da Ribeira Quente, concelho da Povoação, candidataram-se 31, 22 foram inscritos; na freguesia de Rabo de Peixe candidataram-se 52, 21 foram inscritos.

Esquece V. Ex^a. que, de facto, as freguesias piscatórias de S. Miguel foram aquelas que tiveram um número mais pequeno de adesões, mas tiveram mais admitidos e ocupados, neste caso.

Esquece V. Ex^a. que houve 1196 candidatos para apenas as 600 vagas. E aqui é que está o problema, ou seja, o Governo criou um programa que não deu para metade, “não deu para meia missa” como diria o nosso povo. Esta é que é a questão de fundo e não aquela que V. Ex^a. referiu.

Naturalmente não deve querer que um pescador que é de Rabo de Peixe seja descolado para a Ribeira Grande, para vir trabalhar na limpeza do jardim desta cidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na continuação da minha primeira intervenção, gostaria de dizer que se esta situação ainda não foi resolvida, é porque é muito complexa.

Não é fácil, Sr. Deputado Paulo Valadão, como num toque de mágica - não é de varinha mágica - resolver este problema, porque ele tem implicações bastante complexas, inclusivamente no futuro dos rendimentos e que poderão ter também influências na economia da Região.

É preciso que não esqueçamos isso e é preciso sermos muito claros ao analisar este assunto, que está a ser tratado com a devida responsabilidade e com o conhecimento das implicações que estas medidas têm.

Gostaria de aqui protestar, quando o Sr. Deputado Paulo Valadão diz que o Governo disse aos pescadores que quando não vão pescar, vão trabalhar para outras profissões. Isso é completamente falso, Sr. Deputado!

O Governo nunca disse aos pescadores para não irem para o mar.

O Governo tentou arranjar, dentro dos seus programas de ocupação de trabalhadores sazonais, uma vertente para ocupar os pescadores, quando o tempo não permite que eles vão para a pesca.

São coisas completamente distintas, Sr. Deputado, e que é preciso que fiquem aqui clara e definitivamente definidas.

O Governo não impede ninguém de ir para a pesca. Simplesmente criou-lhe uma alternativa.

E podemos dizer que foi a alternativa que tinha e que melhor se adequava às funções e às capacidades dos trabalhadores impedidos de ir ao mar, devido às condições do tempo.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para mais esclarecimentos, segundo creio. Dispõe de mais 2 minutos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Em dois minutos eu digo o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Deputado Francisco Sousa ainda há pouco leu aqui um aspecto de um documento entregue nos trabalhos da Comissão, sobre o qual o Sr. Secretário diz nada!

Na realidade, há um número de aproximadamente 1200 concorrentes para 600 vagas.

- O que é que o Governo Regional fez em relação aos outros 600 candidatos?

Este é um aspecto ao qual o Sr. Secretário não respondeu.

O Sr. Secretário fala na criação de alternativas.

- Mas que alternativas, Sr. Secretário?!

As alternativas que V. Ex^a diz que criou têm alguma coisa a ver com a actividade desta gente?!

Tem alguma coisa a ver com aquilo que esta gente pode e sabe fazer?!

Responda, Sr. Secretário, se faz favor, porque é importante que isso fique esclarecido!

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Há coisas para as quais não é preciso formação!

Deputado Carlos César (PS): Ser Secretário Regional do Turismo e Ambiente por exemplo...!

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): É melhor estar calado!

O Orador: Por outro lado, o Sr. Secretário fala de ânimo leve, fala sem ter tão pouco consciência do que é a realidade destas coisas.

V. Ex^a., de facto, não imagina nem tem capacidade para isso, o que é pegar num pescador e dizer-lhe: “- Agora vais trabalhar para a construção civil!”

É evidente que nestas coisas ou se tem sensibilidade para compreender as pessoas e o seu trabalho, ou faz-se aquilo que V. Ex^a. está a fazer!

Presidente: O Sr. Deputado Artur Martins pede a palavra para?

Deputado Artur Martins (PSD): Era para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco Sousa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à informação prestada pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, gostaria de esclarecer a Câmara que nenhum dos 55 inscritos da freguesia de Rabo de Peixe é pescador. Os pescadores não se quiseram inscrever.

Eu fiz parte de um grupo de pessoas que andou a fazer uma sensibilização para que eles se inscrevessem, mas estes não aceitaram, porque dizem que não estão familiarizados com o sacho e, portanto, não queriam aderir a esse programa.

Pareceu-me importante essa questão, até por aquilo que acabou de dizer o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Lamentavelmente, o Sr. Secretário não quis responder à questão. E eu agradeço que o Sr. Deputado Artur Martins tenha vindo aqui dizer aquilo que o Sr. Secretário não quis dizer. Ou seja, quem é pescador é pescador, naturalmente não vai trabalhar para as estradas ou para os jardins. É que, tal como V. Ex^a. disse, eles não estão habituados ao “sacho”, eles são pescadores.

Presidente: A Sr^a. Deputada Fátima Oliveira tinha pedido a palavra também para esclarecimentos. Tem a palavra para o efeito.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de intervir nesta discussão apenas por uma razão muito simples. E creio que a leitura do relatório sobre a audição de Membros do Governo dará a resposta cabal às dúvidas e a um pouco de demagogia que foi feita nesta Sala, na medida em que na altura em que fizemos a audição aos Membros do Governo para o balanço do Plano para o biénio anterior, fomos informados pelo Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia que estava neste momento em estudo a criação dum programa especial para os pescadores, uma vez que eles não se sentiam devidamente habilitados a trabalhar na terra.

Isto depende de um estado de espírito, da formação profissional que os mesmos têm, mas também depende da mentalidade que existe.

No entanto, o Governo Regional - o Sr. Deputado Paulo Valadão não estava na Comissão, mas estava o Sr. Deputado Francisco Sousa - ouviu tão bem quanto eu, que essa é uma preocupação do executivo regional e que está a ser estudada a criação dum programa específico para ocupação temporária dos pescadores, mormente na zona de Rabo de Peixe.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão queria prestar mais esclarecimentos, segundo creio.

Tem a palavra para o efeito.

Entretanto, queria anunciar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou um requerimento na Mesa para a prorrogação do Período de Antes da Ordem do Dia por mais 1 hora.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A Sr^a. Deputada vem falar do programa especial que o Governo Regional tem para os pescadores.

No entanto, não foram esses os compromissos que o próprio Presidente do Governo Regional assumiu perante os pescadores, quando da crise do inverno passado.

Não tem sido nesse sentido que a comissão paritária tem trabalhado, que tem analisado esta matéria com diversas entidades, entre as quais o próprio Sindicato dos Pescadores.

Esse grupo de trabalho tem procurado e encaminhado o seu trabalho, no sentido da criação de um fundo de garantia para os pescadores.

Se, efectivamente, desde há um ano a esta parte (mais de um ano!) fala-se em implementação desse fundo de garantia, como é que a Sr^a. Deputada querera resolver esta situação se no próprio orçamento que o Governo Regional ora apresenta a esta Assembleia e que nós vamos discutir, relativamente a essa questão e à criação do fundo, não há nada contemplado?

É isto que eu penso que deve ser esclarecido nesta Câmara.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pretende a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fiz parte, juntamente com o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD bem como com alguns outros Srs. Deputados, de uma delegação que recebeu o Sindicato Livre dos Pescadores.

Gostaria que ficassem duas coisas aqui distinguidas: uma coisa é o Programa de Apoio aos Trabalhadores Sazonais, que tem sido aplicado com sucesso - é preciso que se assuma - na Ilha de S. Miguel.

Salvaguardando a especificidade de Rabo de Peixe, os outros concelhos têm aderido e os pescadores têm participado nestes últimos anos; outra coisa é a criação de um fundo de garantia salarial.

Em relação a este último, nós todos estamos de acordo - o Governo e o PSD - com ele.

Como o Sr. Deputado Paulo Valadão sabe, porque ouviu o mesmo Sindicato porque sei também que reuniu com outras bancadas, o próprio Sindicato só agora é que apresentou um estudo com as projecções e com o aperfeiçoamento da possível iniciativa legislativa para criação desse fundo de garantia salarial.

Eles próprios assumem que as negociações têm corrido bem com o Governo, especialmente com a intervenção do Sr. Presidente do Governo, apenas fazem o reparo quanto à lentidão com que as coisas têm corrido. Mas também não se pode imputar culpas a ninguém.

As culpas são de todos.

Deputado Carlos César (PS): Eu não tenho culpa nenhuma.

O Orador: O Sr. Deputado Carlos César não tem culpa de nada.

Deputado Carlos César (PS): O PS não tem culpa de nada!

Nós não temos culpa do Sr. estar aí...!

O Orador: Normalmente o PS nunca tem culpa de nada. Ainda bem que não tem culpa de nada. É sinal de que ainda não chegou ao poder.

Deputado Carlos César (PS): Nós temos culpa que o Sr. esteja aí... mas pronto!

O Orador: O Srs. têm culpa de eu estar aqui. Porque se os Srs. fossem membros dum partido activo, se fossem um partido de oposição eu não teria sido eleito. Como não são... têm culpa de eu estar aqui.

Essa é que é a verdade.

Presidente: Sr. Deputado Rui Melo, agradecia que não estabelecesse diálogo.

O Orador: Por isso muito obrigado ao Partido Socialista pela oportunidade que me deu para eu estar nesta Casa.

A complementar o meu esclarecimento, quero reafirmar em nome do PSD, que o importante para nós é que haja um contributo, uma participação aos nossos pescadores.

Há situações graves de pescadores que se dedicam, que se empenham e que trabalham - é preciso distinguir o pescador que vai ao mar e não consegue apanhar peixe, daquele que nem sequer vai lá - de Segunda a Sexta, indo para o mar e não conseguem arranjar rendimentos suficientes para sustentar o seu agregado familiar.

Para esses é preciso haver um contributo, por isso é preciso que hajam mecanismos de controle, mecanismos que possam identificar - e nisso o Sindicato tem dado um bom contributo - e distinguir aqueles que de facto trabalham para se poder arranjar um subsídio que vá de encontro a esses que necessitam dele.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pretende a palavra para mais esclarecimentos, naturalmente.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Deputado Rui Melo vem aqui advogar como intenção sua, do seu partido e do Governo, aquilo que nós acabámos de dizer.

Efectivamente, o Sr. Deputado reconhece a necessidade de haver um fundo de garantia salarial para resolver esta situação.

Ora, independentemente da lei para os tais problemas do mecanismo de controle, nós estamos todos de acordo no sentido de se saber quais são os descontos feitos pelos pescadores, isto é, os dias que vão para o mar e porque razões é que vão ou não à pesca. Isso é e pode ser legislado durante todo o próximo ano.

No entanto, nada poderá ser feito, se no nosso orçamento não estiver contemplado o tal fundo de garantia salarial.

Desde já, vou garantir à Câmara que o PCP vai apresentar aqui uma proposta de alteração ao orçamento, criando esse fundo de garantia salarial.

Espero que nessa altura, o Sr. Deputado seja coerente e vote favoravelmente a nossa proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para prestar esclarecimentos.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, o Sindicato dos Pescadores pediu audiências ao diversos grupos parlamentares, da mesma forma que tiveram uma audiência com o Grupo Parlamentar do PSD também tiveram uma audiência com o Grupo Parlamentar do PS. E eu congratulo-me aqui com a opinião do Sr. Deputado Rui Melo, que diz que concorda, em linhas gerais, com o fundo de garantia salarial e que somente espera que este fundo seja utilizado para aqueles que trabalham.

Se o Sr. Deputado Rui Melo leu com atenção a proposta apresentada nessa audiência, deve concluir que esse fundo, tal qual vem apresentado, só dá garantia salarial a quem vai pelo menos seis meses ao mar. Ou seja, à partida, é a própria proposta que já dá essas garantias.

Portanto, penso que as suas preocupações não têm razão de ser.

Em segundo lugar, o sistema de controle das saídas ao mar, também nessa proposta, é aperfeiçoado.

O controle em vez de ser feito pelo rol de matrícula, vai ser feito através das saídas diárias ao mar. Portanto, isso também está garantido.

Queria aqui lembrar que se o Sr. Deputado Rui Melo manifesta essa opinião favorável, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas na Comissão de Economia e Finanças, manifestou-se frontalmente contra este fundo de garantia salarial.

Portanto, parece não haver sintonia entre a bancada do PSD, ou entre o Sr. Deputado Rui Melo, e o Sr. Secretário responsável por esta área.

Por outro lado, quero também relembrar que nesta mesma Câmara o PSD já votou contra anteriores propostas do fundo de garantia salarial.

Espero que quando esta proposta der entrada nesta Casa, o PSD, e não somente o Sr. Deputado Rui Melo, venha a rever a sua posição.

Pensamos que é tempo.

O Sr. Presidente do Governo tem demonstrado uma atitude construtiva ao receber os pescadores e ao tentar resolver, pontualmente, este ano algumas dificuldades.

Penso que da parte dele, há indicações também de que é possível resolver, satisfatoriamente, esta questão.

O PS está em condições de divulgar que estudou atentamente a proposta técnica do fundo de garantia salarial e vai apresentar uma proposta de alteração ao orçamento, garantindo cabimento orçamental para este fundo de garantia salarial.

O PS vai apresentar essa proposta tal qual ela vem aqui, ou seja, vai apresentá-la no sentido de que esse fundo tenha uma dotação inicial de capital para lhe garantir estabilidade, e os números estão nesse estudo, e por outro lado, que seja criada uma dotação anual. Essa dotação anual é de 75 mil contos, segundo vem referido no estudo.

Portanto, como se vê, nem sequer estamos a falar de quantias muito grandes. São quantias perfeitamente comportáveis, dentro das verbas que estão atribuídas neste plano.

Tenho dito.

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra para?

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Dado o encaminhamento que esta matéria suscitou, a Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular não pode deixar de referir que o que está aqui em causa, como já foi referido nas intervenções mais recentes, é a necessidade de salvaguardar uma dotação orçamental.

Julgo que esta questão divergiu, exactamente porque o Sr. Secretário Regional introduziu aqui aquilo que parece ser a filosofia do Governo em resolver essa questão, nomeadamente com a introdução desses pescadores nos chamados programas sazonais.

Em relação a essa matéria, nós gostaríamos de dizer que nesta Região tudo e todos são objecto de ajuda e de apoio deste Governo Regional.

Um dos sectores que no passado tinha problemas, aliás como classe e que era o sector agrícola, felizmente de há uns anos a esta parte, recebe ajudas ao rendimento anuais de montantes impensáveis e que rondam e ultrapassam um milhão de contos.

Seria, até por uma questão de equivalência, importante pôr aqui a questão. Ou seja, se eventualmente, o Governo Regional aceitaria e acharia lógico que por exemplo durante o período de verão, em que a agricultura e a lavoura apresentam situações de carência de rendimentos, se criasse um programa sazonal para pôr os lavradores a pescar durante essa estação?

Portanto, é realmente essa visão que nós consideramos restritiva por parte do Governo Regional que ainda não conseguiu encontrar uma solução para uma pobre e pequena classe produtiva dos Açores.

Por conseguinte, nós entendemos que é indispensável garantir aos pescadores, no caso concreto os pescadores artesanais, uma ajuda ao rendimento, que neste caso há consenso que seja através desse fundo de garantia salarial. E, por conseguinte, os valores envolvidos são mínimos.

Entendemos, portanto, que é necessário resolver rapidamente este problema, porque aquilo que foi dito lateralmente sobre essa matéria, não nos parece que seja dignificar a questão que estamos aqui a apreciar.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): Para dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para clarificar a posição do Partido Social Democrata sobre essa matéria.

Para que não hajam dúvidas e para que os partidos da oposição não fiquem em pânico e a dizer, de pouco a pouco, que cada deputado do PS vai apresentar propostas de alteração e assim sendo, como é que nós vamos votar, nós queremos esclarecer duma vez por todas que, sobre essa matéria, nós estamos de acordo com os princípios que foram aqui apresentados e são defendidos pelo Sindicato Livre dos Pescadores. Ou seja, o princípio de que é necessário arranjar uma solução para garantir uma participação nos baixos rendimentos que os pescadores têm vindo a ter.

Temos, porém, dúvidas sobre a forma de concretizar isso.

E se não fui suficientemente claro na minha anterior intervenção, queria agora esclarecer que a nossa dúvida é se isso terá que ser feito através de um fundo de garantia salarial.

Tal como disse o Sr. Deputado Fernando Lopes, e muito bem, as verbas não são significativas.

Será que para poder corresponder a esta iniciativa será necessário criar mais um fundo? Esta é que é a nossa dúvida.

Será que é preciso ter uma dotação específica no orçamento para se poder concretizar isso? Sabendo nós à partida que a verba não é significativa?!

São estas as nossas dúvidas, Srs. Deputados.

E é isso que o PSD e o Governo, neste momento, têm empenho em encontrar uma solução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria também clarificar aqui a posição do Governo e precisar aquilo que eu disse aquando da resposta que dei ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Queria dizer que o Governo está empenhado na resolução do problema. E por isso mesmo, constituiu um grupo de trabalho que até está a trabalhar sobre a coordenação da presidência do Governo. Aliás, o Sr. Deputado sabe muito bem dessa situação.

Quando eu referi que entretanto tinha sido criada uma vertente especial dentro do programa dos trabalhadores sazonais, foi no sentido de uma vez que ainda não se

chegou a conclusões sobre esse grupo de trabalho, foi dada uma alternativa aos pescadores que, por razões que têm a ver com as condições do mar, não podem fainar.

Nesse sentido, para aqueles que quisessem ocupar o seu tempo e terem algum rendimento resultante desse trabalho, foi excepcionalmente alargada aos pescadores essa possibilidade de se inscreverem nesse programa.

São coisas distintas, mas que o Governo em vez de deixar passar este ano sem ter uma alternativa - uma vez que ainda não se chegou a conclusões sobre esse grupo de trabalho - deu a possibilidade de os pescadores que não pudessem ir para o mar, pudessem ter uma ocupação que lhe permitiria ter algum rendimento. Logicamente que não no mar, em terra. Mas permitia assim, vir a auferir parte dos seus rendimentos.

São duas coisas distintas. E quero que fique aqui claro que o Governo, justamente por entender que essa é uma situação que merece ter resolução, estudou e apresentou uma alternativa.

Talvez não tenha sido a alternativa ideal - acreditamos. Aliás, a Sr^a. Deputada Fátima Oliveira teve oportunidade de referir que o próprio Sr. Secretário, aquando da reunião que teve com a já citada comissão, referiu esse aspecto. Mas, entretanto, o certo é que este ano houve uma alternativa para aqueles que, com necessidades por não poderem fainar, tiveram possibilidade de ter algum rendimento, tendo ocupado um outro trabalho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para prestar mais esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Deputado Rui Melo tem uma série de dúvidas metafísicas, mas pouco metódicas, relativamente a esta problemática. Porque se trata de pouco dinheiro, diz que pode não ser necessário o fundo.

O Sr. Deputado fala em 75 mil contos, o Sindicato aponta aqui como hipótese 73 mil contos para avançar e para que se possa começar a avançar com esta situação.

(Aparte inaudível do Deputado Rui Melo)

O Orador: 73 mil contos por baixo, exactamente.

Os 73 mil contos apresentados dão a certeza da situação ser resolvida - pelo menos é essa a ideia que nos dá o Sindicato. E isto com base no estudo feito.

Ora, o que se passa é que esse fundo, em nosso entender, é fundamental que tenha cabimento orçamental. Porque sem essa dotação orçamental, é impossível resolver esta situação em 1995.

Nós todos sabemos, porque lemos os pareceres do Tribunal de Contas em relação às Contas da Região, que o Governo Regional, numa má política, acostumou-se a distribuir subsídios de maneira muitas vezes criticável.

Nós pensamos que essa não é a solução para o problema.

Pensamos que não é com a política dos subsídios que se resolve o problema.

O problema resolve-se com a criação do fundo e com o orçamentar do mesmo através desta Assembleia.

Esse é o único mecanismo legal para resolver esta situação.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Lopes pede a palavra para?

Deputado Fernando Lopes (PS): Prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Queria esclarecer, para quem tiver eventualmente dúvidas, que este fundo, segundo a proposta apresentada, não será somente financiado através do orçamento da Região. Ou seja, os próprios pescadores contribuem praticamente em metade para garantir este fundo. E isso é extremamente importante. São 48%, portanto é praticamente metade.

Remeto a discussão mais aprofundada desta questão para quando da apresentação de propostas de alteração.

Tenho dito.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): Se me permite, Sr. Presidente, era só para complementar a intervenção do Sr. Deputado Fernando Lopes. Penso que é importante para que toda a gente perceba e não fique como produto duma discussão apenas entre duas pessoas. É um facto que os pescadores colaboram. Mas há aqui um dado importante que é o facto dos armadores terem que descontar também para este fundo de garantia salarial, tal como está expresso no estudo. O que significa que é...

Deputado Fernando Lopes (PS): As contribuições são calculadas sobre o valor total do pescado.

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que não entrassem em diálogo. Logo à tarde, quando isso for retomado, teremos ocasião para falarmos nesse sentido.

O Orador: Isso é uma questão de especialidade sobre a qual nós podemos depois discutir em pormenor.

Na generalidade estamos todos de acordo.

A alimentação desse fundo também é importante. Por isso é que há a diferença quando eu falava em 55 mil contos e em 73 mil contos, porque poderá haver aqui uma diferença devido à comparticipação que advém do pescado. Daí a diferença entre a importância que eu citei e aquela que o estudo apresenta.

Portanto, são essas as nossas dúvidas. Ou seja, será que quanto à própria alimentação desse fundo, será que o montante que é contemplado nesse fundo é o único possível, ou será que se poderá encontrar outras formas de completar esse mesmo fundo?

É mais uma dúvida que eu deixo no ar.

Presidente: Srs. Deputados, nós vamos fazer um intervalo de 10 minutos.

Voltaremos à Sala ao meio dia e cinco.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 10 minutos.

(Eram 11,50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos seguimento aos nossos trabalhos.

(Eram 12,05 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Região Autónoma dos Açores está a passar por uma autêntica revolução em matéria televisiva.

Apesar da política do Governo Regional ter sido no sentido de combater todo o tipo de abertura ao exterior neste importante meio de comunicação, protegendo assim, como lhe convinha política e partidariamente, o monopólio da chamada RTP/Açores, o facto é que, gradualmente, os açorianos foram tendo acesso a outros e diversificados centros de emissão Televisiva.

Primeiro, através da aquisição de parabólicas particulares, alguns milhares de açorianos começaram a libertar-se do monopólio do Centro Regional da RTP. Embora, por este meio, apenas tivessem acesso a um canal em língua portuguesa, a ainda modesta RTP Internacional, a concorrência daí adveniente foi decisiva para a RTP/Açores nomeadamente no nível da programação desportiva, dado que começou a perder audiências significativas.

Depois, com a introdução da Rede por Cabo e, posteriormente, a inclusão nesta do Canal da Televisão Independente aumentou a libertação iniciada com as parabólicas. Finalmente, a T.V. por Cabo acaba recentemente por oferecer aos açorianos a RTP1 e a RTP2 em directo e integralmente.

Isto é, seis mil lares açorianos já têm acesso integral e directo a três canais nacionais com produção própria, mais a RTP Internacional.

Se é pena que por enquanto apenas cerca de 20 mil açorianos, de P. Delgada, Angra e Horta, tenham o privilégio de ter acesso a um serviço televisivo que, por lei, deveria estar há muito disponível para todos os cidadãos nacionais, logo também para toda a população dos Açores.

É óbvio que face a esta nova situação, o que se passa na programação da RTP/Açores é muitas vezes caricato, dado que esta baseia a sua emissão no material já apresentado pela RTP sobretudo no Canal 1.

Politicamente, o que mais importa reter é, a par de mais uma derrota do Governo Regional, esta em matéria televisiva, o facto das regras do mercado terem já

possibilitado a quase 10% dos açorianos o legítimo acesso a três dos quatro canais nacionais de televisão.

Este facto tem levado a que várias comunidades e ilhas ao longo da Região comecem a exigir o acesso à Rede por Cabo, como se de um serviço público se tratasse.

Contudo, o que está mal é que o Estado mais uma vez não tenha cumprido com as suas obrigações para com a Região e o seu povo e só agora faça chegar o seu serviço público de televisão aos Açores por meio de uma empresa que distribui por cabo num universo reduzido e mesmo assim só depois da Televisão Independente ter chegado à Região, pela mesma via.

Seja como for, e antes da chegada da RTP 1 a todos os açorianos em directo e integralmente, fica-nos a satisfação de já haver concidadãos nossos que beneficiem de um estatuto de portugueses de primeira. Entretanto, a RTP/Açores está cada vez mais a transformar-se num Canal Regional, estatuto que a caracterizará num futuro não muito afastado.

O que importa é que ocupe esse espaço com a qualidade, equilíbrio e abrangência que todos esperam e a Região merece.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos para uma intervenção.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez subo a esta tribuna para tecer algumas considerações sobre um assunto muito caro para Santa Maria e sobre o qual já muito se falou e escreveu, o Projecto Nav II, agora designado Projecto do Atlântico.

São dez anos de reivindicação para que sejam mantidos em Santa Maria os serviços afectos ao Centro de Controle Oceânico, pela sua importância económica e social e que a não verificar-se será o caos para uma ilha que não tem muitas mais alternativas de desenvolvimento.

Este é um exemplo real do conceito de centralização levado a cabo por dirigentes e responsáveis nacionais, sendo no caso em apreço uma empresa pública que em vez de aplicar uma política de desenvolvimento nos locais onde mantém serviços, envereda pelo desinvestimento e conseqüente desmantelamento dos seus serviços, através duma política de puro deve/haver, divorciando-se das responsabilidades sociais e

económicas que deviam presidir à sua actuação, até porque tecnicamente está mais que provado que Portugal fica em risco de perder parte da sua área de controle no Atlântico Norte, ao transferir os serviços para Lisboa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No seguimento da constituição duma comissão de forças vivas da Ilha de Santa Maria, foi apresentada na Assembleia da Republica uma petição subscrita por 5730 cidadãos das diferentes ilhas dos Açores, sendo parte integrante da mesma, os membros do Governo Regional e Deputados de todos os grupos representados na Assembleia Legislativa Regional.

No dia 7 de Julho de 1994, foi debatido o documento em sessão da Assembleia da República, tendo sido aprovada por unanimidade, constituindo um facto histórico, tanto pela rapidez que foi dado ao assunto, como pelo reconhecimento de todas as forças políticas representadas neste órgão de soberania, da justa luta do povo mariense.

Posteriormente e em resultado da petição foi apresentada uma proposta de resolução, subscrita por todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, resolução esta que numa discussão histórica e talvez única, na Assembleia da República e em sede de votação, mais uma vez mereceu o apoio unânime de todos os partidos, reforçando a razão e o imperativo da manutenção do Projecto do Atlântico, em Santa Maria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tudo estaria normal se a ANA-EP, respeitasse minimamente a posição da Assembleia da República e travasse o processo para uma melhor análise. Mas não. Além de continuar a implementação do mesmo até o aceleraram e num total desrespeito pelo órgão de soberania que é a Assembleia da República, através da Comunicação Social declaram não vislumbrarem razões para atenderem à deliberação constante da Resolução.

Convém referir que o Governo da República, através do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não é isento de culpas, porque também ignorou a proposta de resolução não tomando nenhuma posição perante a ANA-EP.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A posição intransigente da ANA-EP em querer transferir para Lisboa os serviços de Controle Oceânico, podemos afirmar, não passa dum capricho, de alguns técnicos da empresa que através de estudos desajustados e não isentos, contribuirão para que Portugal venha a perder a sua posição privilegiada no Atlântico Norte, na área do Controle Oceânico.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que este assunto seja duma vez decidido para o bem ou para o mal e os marienses possam definir o seu futuro acabando com incertezas e tendo em conta que o Governo da República e a Empresa Pública Aeroportos e Navegação Aérea - ANA-EP não consideraram devidamente a Petição e a Resolução, o Grupo Parlamentar do PSD, entregou hoje na Mesa da Assembleia uma Ante-Proposta de Lei que defende a Manutenção em Santa Maria do Centro de Controle Oceânico e serviços conexos.

Disse:

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional visitou a Ilha de Santa Maria no passado mês de Outubro, visita esta que é obrigatória por força do estipulado do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Recebido com pompa e circunstância, esperavam-no à sua chegada as entidades locais, que conforme é apanágio das gentes de Santa Maria, desejaram-lhe as boas vindas. Foi tanta a delicadeza e “fair-play” que se chegou ao extremo, de na placa de estacionamento estar a Filarmónica Recreio Espirituense, que tocou, e bem, o Hino da Região, tendo na sua frente a comitiva que acompanhava, Sua Excelência o Presidente do Governo Regional.

Estavam criadas as condições para que a visita do Governo fosse um êxito. Aguardava-se com impaciência a reunião de trabalho do Governo Regional com as

entidades locais, pois esperava-se deste encontro, (tendo em conta a situação económica de Santa Maria), a apresentação por parte do Governo, de soluções que possibilitassem o arranque para a recuperação económica da ilha. Mais tarde viemos a constatar que tal não veio a acontecer, infelizmente.

A reunião foi uma igual a tantas outras que se realizaram em anos anteriores, tendo sido apresentados assuntos já conhecidos de muitos dos presentes e do próprio Governo. Era natural que os marienses esperassem que alguns deles fossem resolvidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Infelizmente, como referi anteriormente, pouco ou nada ficou resolvido. Ofereceram um terreno à Associação Agrícola, deliberaram dar continuidade à consolidação e restauro do Forte de S. João Batista na Praia Formosa, apoiando a Comissão de Melhoramentos, curiosamente composta por três militantes do PSD, destacando-se de entre eles o Deputado José Maria Bairos. É natural que o apoio se traduza além do financiamento, no envio de cimento a granel à Comissão Política do PSD, como anteriormente foi feito.

De resto, ficaram-se pelos estudos que já foram estudados. É o caso do reforço do molhe-cais. Já em 1991 o projecto tinha sido apresentado ao Primeiro-Ministro aquando da sua deslocação a Santa Maria, sendo até referido o custo da obra, que rondava um milhão e duzentos mil contos. Mais à frente no Comunicado, o Governo afirma que vai estudar a protecção da orla marítima de S. Lourenço e Praia Formosa, quando o Governo da experiência adquirida anteriormente sabe como se constroem paredões, a não ser que queiram pôr em dúvida a robustez e segurança da obra já realizada pela SRHOPTC em anos anteriores.

De seguida, informam que vão fazer mais estudos para a construção do caminho da Ponta Negra, assunto este que é sobejamente conhecido e está mais que estudado. Mais estudos ainda, para a localização do novo matadouro assim é chamada a Casa da Matança no Comunicado do Governo. Por último, fazem o anúncio formal da tomada de posse da Comissão - vai ser no dia 16 julho eu, porque recebi ontem um convite - que foi constituída há vários meses, e que terá como função principal a

elaboração de um estudo (outro!) das potencialidades turísticas de Santa Maria, como se isso fosse uma novidade para alguém.

O Governo Regional já em 1989 dizia que “o desenvolvimento da ilha passa efectivamente pela revitalização do sistema económico e social que deve assentar na diversificação do sistema produtivo, nomeadamente no sector turístico e da capacidade da ilha aderir a novos serviços”.

Nos parágrafos seguintes afirma o executivo “O Turismo sector prioritário da acção do Governo encontra nesta ilha elevadas potencialidades”, concluindo que deverá durante o P.M.P. 1988/1992 e cito novamente “ser construída a Pousada de Juventude (obra nunca executada) como forma de responder ao grande afluxo de jovens que demandam Santa Maria.

Mas noutros sectores o Governo Regional nada deliberou. A melhoria dos portos de pesca, a construção das casas do Povo, as grandes reparações das escolas primárias, o apoio efectivo e real aos jovens empresários, a solução para o desemprego, a solução para a Zona Franca, o abastecimento de água à Lavoura que desde 1990 é solicitado pela autarquia, tendo sido proposto na altura a celebração de um protocolo entre as duas entidades que até à presente data não mereceu da S.R.A.P. concordância, além de outras questões que nem mereceram direito sequer a serem estudadas ou referenciadas na Resolução do Governo. Para quem tiver dúvidas, eu sou capaz de fornecer uma cópia de um memorando que nessa altura foi entregue, além de outras questões que não mereceram direito sequer a serem estudadas ou referenciadas na resolução do Governo.

Além de estudar Santa Maria, também se propõe o Governo Regional, em relação ao NAV II, “acompanhar de perto apoiando as iniciativas levadas a cabo pela população da ilha” em vez, de liderar todo o processo. É que nós entendemos que o Governo Regional deveria liderar toda esta questão, em vez de se limitar a “acompanhar” o que os marienses vão propondo. Temos imensa pena que o PSD/Açores não tenha ainda conseguido fazer valer os seus pontos de vista junto do PSD Nacional; que o Governo Regional não tenha a força necessária para “obrigar” o Governo da República e que o Presidente do Governo Regional não tenha ainda dado a “cara” na realidade, limitando-se a apoiar o que vai sendo proposto pela Comissão

das Forças Vivas de Santa Maria. É pouco Senhor Presidente, os marienses e os açorianos precisam de ver o Senhor tomar uma posição firme exigindo que se faça justiça a Santa Maria e os Açores ao invés do que tem acontecido, que tem sido o de fazer o papel de conselheiro de todos os que lhe falam sobre o assunto.

Não sei se será esta uma forma que o Presidente do Governo encontrou para fugir ao confronto com Cavaco Silva.

Que fique claro aqui nesta Câmara que o PS está disponível para subscrever o projecto anunciado aqui ontem e garantido desde já o acordo que haverá na Assembleia da República da parte do PS para ser viável a aprovação do diploma em causa.

Não sabemos o que é que vai acontecer com o PSD, mas aí não temos qualquer influência.

Hoje, ano de 1994, a revitalização da economia da ilha continua ainda numa fase de estudos, e os marienses continuam a assistir à realização de mais estudos ou de promessas por parte do Governo de efectuar mais estudos sobre os estudos já realizados anteriormente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É chegada a altura de se acabarem definitivamente com estudos e mais estudos que tenham como objectivo principal ser um paliativo para os que vivem na ilha. É necessário incrementar políticas agressivas para que, por exemplo, o Turismo, venha a tornar-se na realidade um dos vectores mais importantes que possa contribuir para a recuperação económica, tão necessária, de Santa Maria.

Hoje, sabe-se que o Governo Regional vai implementar uma Zona de Jogo nos Açores ouvindo-se rumores que as ilhas escolhidas deverão ser as maiores. Não é claro ainda que tipo de jogo será implementado, mas sabe-se que vai acontecer.

Em 1988 a Câmara Municipal de Vila do Porto solicitou ao Presidente do Governo a criação em Santa Maria de uma Zona de Jogo, como forma de criar mais um polo de desenvolvimento, além daquele que já tinha sido proposto pelo Governo, que consistia na implementação da Zona Franca, projecto que foi um falhanço, conforme assumiu o Presidente do Governo na reunião havida este ano na Câmara Municipal.

A resposta que a autarquia recebeu da parte da Secretaria competente é que estava a ser criada a legislação, pelo que de momento o assunto não poderia ter desenvolvimento. Agora, ao que parece, está autorizada, por parte do Governo da República, a implementação de uma Zona de Jogo nos Açores, porque não criar uma Verdadeira Zona de Jogo em Santa Maria? Porque não somos açorianos como os outros todos?

Será que os marienses não merecem uma vez na vida ter uma oportunidade?

Querem ou não encontrar soluções para o desenvolvimento da Ilha? Talvez seja este um dos caminhos para fazer a reactivação do seu tecido económico e resolver a falta de emprego para jovens.

Uma outra forma de promover Santa Maria é incentivando a sua divulgação através dos operadores turísticos, tentativa já feita pela Câmara Municipal de Vila do Porto em 1988, que infelizmente não foi minimamente acarinhada pelo Secretário Regional do Turismo.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Nem sequer era eu que está lá!

O Orador: Está bem. Era outra pessoa que estava lá.

A informação, que então prestou à autarquia, referia que a sua Secretaria era a única responsável pela promoção da Região, incluindo obviamente Santa Maria. Promoção para a ilha mais oriental dos Açores feita pela Secretaria do Turismo tem sido pouco ou nenhuma no nosso entender.

Ao que parece, a supracitada Secretaria vai fazer um encontro de operadores turísticos no próximo ano. Só esperamos é que todas as ilhas sejam visitadas e não aconteça como às vezes acontece, que só as maiores têm esse privilégio. Santa Maria, nem que seja pelo facto de já em 1988 ter tentado fazer um encontro do mesmo género, merece e espera pela visita dos supracitados operadores turísticos, assim como o empenho do Governo para a divulgação de Santa Maria como destino turístico complementar de S. Miguel.

A realização de pequenos congressos e seminários, encontros de formação e de negócios, poderiam ser dinamizados, como forma de movimentar e dar a conhecer

Santa Maria, encontrando os participantes a pacatez necessária para a realização dos seus objectivos. Mais uma proposta para ser ou não aproveitada por quem de direito.

(Aparte inaudível do Secretário Regional do Turismo e Ambiente).

O Orador: Esta é minha. Mas a gente já fala daqui a pouco.

De referir o facto do Presidente do Governo ter acedido às justas aspirações dos marienses, ao criar, ou autorizar a SATA a criar um “package” que permite em condições especiais a visita a Santa Maria dos residentes nas outras ilhas. É pena que preconizem já o final deste programa no fim do mês de Março. No nosso entender a citada operação deveria ser extensiva aos restantes meses do ano.

A Câmara Municipal de Vila do Porto já em 1988 e 1992 tinha proposto o atrás referenciado, hoje em 1994 depende do Governo Regional o aproveitamento ou não das sugestões feitas pela Autarquia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas na área dos transportes nem tudo são rosas e verificam-se anomalias que quanto a nós são inadmissíveis. O que actualmente acontece, com os voos para Santa Maria, vem comprovar o que referi anteriormente. .

Os marienses têm 3 dias de correspondência por semana, mais precisamente à 2^a, 3^a e 4^a, não podendo receber correio nem na quinta nem na sexta - feira, porque são utilizados os “Dornier” no único voo da 5^a feira e no voo da noite da 2^a feira.

Relativamente a lugares disponíveis na transportadora regional, há dias em que chega a haver listas de espera em número, igual ou superior à lotação do avião, que justificaria certamente que a operação fosse efectuada com outro tipo de avião o que raramente acontece. Julgamos que a SATA não está a prestar um bom serviço à ilha e acreditando (com alguma dificuldade) ser verdade que o Governo Regional pretende apostar em Santa Maria como destino turístico e complemento de S. Miguel, tem que começar já a resolver estes assuntos, pois caso contrário não passará de uma mera intenção do Executivo Regional o supracitado propósito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em conclusão, pode-se afirmar que o Governo não levou nada de novo aos marienses, que até acreditavam que tal fosse possível. Poderia ficar por aqui, mas há no entanto uma frase incerta no comunicado do Governo que me merece um comentário. A frase é a seguinte: cito - “O Governo analisou profundamente as questões mais relevantes que se colocam no processo de desenvolvimento desta parcela Regional” - fim de citação.

Não há dúvida que os nossos governantes são corajosos e pode-se dizer mesmo descarados, pois tiveram o desplante de numa ilha que atravessa uma grave crise económica, anunciar que analisaram as questões que mais preocupam os marienses, como se a situação agora fosse uma novidade para o Dr. Mota Amaral.

É caso para perguntar: Então o que foi feito das sugestões e alertas que durante anos os autarcas e os deputados marienses fizeram? As que seguiram por escrito, certamente foram parar ao caixote do lixo e às transmitidas oralmente, o Governo fez ouvidos de mercador.

Assim não vamos a lado nenhum.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e CDS/PP).

Presidente: O Sr. Deputado José Maria Bairos pede a palavra para?

Deputado José Maria Bairos (PSD): Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, a lista de esclarecimentos seria longa, mas o tempo é curto.

Começaria pelo assunto que neste momento está mais em dia, ou seja, a questão do NAV II.

O Sr. Deputado veio aqui referir que espera que o PSD venha a apoiar a proposta. Depois, noutra passagem, diz que não houve envolvimento do próprio Governo Regional neste projecto.

Eu já disse aqui diversas vezes e já enumerei algumas das situações em que esta posição existia e continua a existir.

Há, no entanto, um certo cinismo político no meio desta discussão do NAV II e que foi demonstrado ainda ontem aqui pelo Sr. Deputado Carlos César.

O Partido Socialista esquece-se que quando começou a discussão da transferência do NAV II para Lisboa, era Governo o vosso partido. E na altura, foi pedido diversas vezes e, inclusivamente, numa deslocação do Sr. Primeiro Ministro de então, hoje Presidente da República...

Deputado Carlos César (PS): Isso é tudo mentira!!

O Orador: ... onde foi esperar o Sr. Presidente do México...

Deputado Carlos César (PS): Eu estava lá!

O Orador: ... o Sr. Presidente da Câmara de então - o Sr. Deputado José Humberto Chaves - falou com o Sr. Primeiro Ministro, pôs-lhe as questões e a importância do NAV II para a Ilha de St^a. Maria e depois o Partido Socialista, no dia a seguir, veio “embandeirar em arco”, junto do eleitorado, informando que o NAV II era uma questão resolvida, porque o Sr. Primeiro Ministro já a tinha resolvido.

Portanto, hoje na oposição, o Partido Socialista tanto na Região como no Continente, facilmente tem uma postura de concordância plena. Porém, quando o pôde resolver, não o fez. Por isso, é melhor acabarmos com o cinismo político sobre esta questão, porque ela interessa muito à Ilha de St^a. Maria. Quem podia e sabia resolvê-la na altura, não teve coragem de a resolver.

Portanto, esperemos que continue a haver unanimidade, apesar das discussões e das diligências que houve na Assembleia da República.

Teve as suas vantagens, porque por exemplo durante uma hora e meia, falou-se do Projecto do Atlântico e da Ilha St^a. Maria.

Quanto ao porto, a intenção que foi referida lá e as declarações que foram proferidas pelo Sr. Secretário, foram no sentido de informar que o porto neste momento só tem um estudo prévio e necessita de um projecto. E é isto que se vai fazer.

Em relação ao caminho da Ponta Negra, já foi referido que em parte esta é uma obra da responsabilidade concelhia.

Relativamente ao Matadouro de Vila do Porto, foi claramente dito pelo Sr. Secretário da tutela que não havia disponibilidade financeira para arrancar com esta obra este ano, mas que a mesma tinha grandes possibilidades de ser considerada e incluída no plano do próximo ano. Isto foi abertamente declarado. Não “andou à volta” como o Sr. Deputado referiu na sua intervenção, com estudos e mais estudos.

Quanto aos jovens empresários, eu devo dizer que os projectos já entraram e estão em estudo, porque neste momento os mesmos são discutidos a nível nacional e por isso, estão à espera duma resolução. Deram entrada três projectos que estão em estudo, os quais ainda não tiveram resposta.

Quanto à água para a lavoura, o Sr. Secretário declarou em St^a. Maria que iria entrar em contacto com a Câmara Municipal para se deslocarem técnicos da Secretaria a esta ilha, para estudarem o assunto e a possível assinatura de um contrato ARAAL para se resolver o problema.

Estas foram declarações proferidas pelo Sr. Secretário na reunião da Câmara Municipal.

Presidente: Sr. Deputado, agradeçia que terminasse, porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

É claro que toda a gente tem ideias de desenvolvimento, de promoção. Não são ideias únicas dum determinado partido ou de uma câmara municipal.

Todos os marienses têm ideias para a promoção e para um futuro desenvolvimento para a ilha.

De facto, há algumas questões que não se desenvolveram com a celeridade que deviam ter tido. Mas julgo que neste momento, estão a ser criadas algumas condições para que se consiga esses objectivos.

Essa comissão que foi criada tem precisamente esta finalidade, isto é, estudar e implementar uma acção que possa vir a resultar num trabalho final que tenha resultados benéficos para a Ilha de St^a. Maria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de prestar alguns esclarecimentos relativamente à intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves, nomeadamente na área de que sou responsável.

Em primeiro lugar, queria dizer-lhe que algumas das sugestões que o Sr. Deputado aqui referiu, foram resultantes de várias conversas, de análises que têm sido feitas e que, aquando da visita do Governo a St^a. Maria, foram comumente postas e colocadas, de entre as quais a que saiu do comunicado do Conselho do Governo, em que este conjuntamente com a SATA ia estudar a possibilidade de fazer “packages” com os outros operadores a preços mais acessíveis. Fê-lo 15 dias depois e 15 dias depois ou uma semana depois, já havia um grupo de pessoas residentes em S. Miguel que se deslocaram a St^a. Maria e isso poderá ser o prenúncio de outros grupos que se desloquem em fins de semana ou por outras alturas em visita àquela ilha, dinamizando assim o turismo e a sua economia. E como estas há muitas outras iniciativas.

Aliás também, e na sequência das questões relativas à promoção, gostaria de dizer ao Sr. Deputado que nós temos vindo a fazer promoção, mas em termos turísticos, nós temos vindo a fazê-la de uma forma geral para os Açores todos.

A promoção das ilhas, ou é feita pelas Câmaras ou por outros organismos.

Também faz parte do comunicado do Conselho do Governo que a programação de St^a. Maria seja feita como complemento de S. Miguel. Esse será um assunto da responsabilidade dos agentes de viagens e nós próprios iremos promover contactos, no sentido de programarem St^a. Maria juntamente com S. Miguel. Porquanto, a programação e feitura dos circuitos dentro dos Açores não é da responsabilidade da Secretaria. Podemos, efectivamente, sensibilizar e dialogar com os operadores, mas não podemos obrigá-los a criar este ou aquele sistema desta ou daquela maneira. É um assunto que é da responsabilidade deles e do seu âmbito de competências e, portanto nesse sentido, estamos dispostos a continuar a dialogar, a conversar, sensibilizar esses operadores turísticos. Mas também que fique claro que não podemos fazer exigências a esses operadores.

No que diz respeito ao jogo, eu compreendo a sua intenção de que em St^a. Maria possa haver jogo. De facto, já foi publicada a nível nacional a legislação que altera a lei do jogo e em que os Açores estão incluídos como uma zona de jogo.

Essa legislação publicada necessita de ser regulamentada. Parte dela tem condições muito específicas e algumas regulamentações são muito rígidas quanto às características das estruturas a serem implementadas. O que lhe quero dizer é que depois de regulamentado o jogo, será analisado quais são as ilhas e quais são as condições existentes.

De qualquer forma e que fique aqui muito claro, eu queria dizer-lhe que neste momento são muito poucas as instalações existentes nos Açores que têm condições para haver jogo.

Portanto, que fique claro que para haver jogo, não é só necessário uma unidade hoteleira qualquer. Existem regras muito específicas, condições de natureza física e não se pode pensar que o jogo poderá proliferar por qualquer sítio, em qualquer ilha ou em qualquer instalação hoteleira.

Portanto, isso ainda não está regulamentado, mas queria que esta situação ficasse clara aqui que decorre da própria legislação nacional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves e ainda dispõe de 2 minutos que é o tempo que resta ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer que em relação ao NAV II, não há qualquer dúvida da nossa parte, ou seja, nós vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que essa ante-proposta de lei seja aprovada. Podemos garantir que o Partido Socialista irá aprová-la na Assembleia da República. Portanto, isso está esclarecido.

Em relação à água à lavoura, eu só disse o que disse aqui, porque no último plenário pode alguém ter ficado com a ideia de que a Câmara não teria feito nada para que esse abastecimento fosse possível.

Eu gostaria ainda de dizer que naquela altura, em 1990, já a Câmara propunha ao Governo essa realização. E posso dizer mais. Posso dizer quais eram as obras que

estavam propostas, como é o caso da abertura de um furo, colocação de tubagem e a construção de reservatórios.

Relativamente à promoção turística, eu gostaria de dizer ao Sr. Secretário que nós também temos cabeça para pensar e não precisamos de copiar nada de ninguém.

Ficamos, portanto, a aguardar aquilo que referiu aqui em relação aos operadores turísticos e em relação ao jogo, porque as pessoas ligadas a St^a. Maria e à edilidade têm direito de saber o que é que vai acontecer no futuro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos para prestar um esclarecimento.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para referir uma questão que me passou e que eu acho importante que fique esclarecida aqui nesta Câmara.

Eu não percebi bem a acusação que foi feita. Falou em cimento... e eu fiquei na dúvida se se estava a referir ao cimento que a Câmara Municipal de Vila do Porto ofereceu e que as pessoas venderam dias depois. Não sei se era esta a questão. Eu não percebi bem.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Esse cimento não tinha areia.

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

O Orador: Eu pertenço ao PSD por isso não recebi cimento nenhum nem tinha necessidade de receber.

(Apartes inaudíveis de alguns deputados da bancada do PS).

O Orador: Sr. Presidente, posso continuar?

Presidente: Sr. Deputado, os apartes são perfeitamente legítimos e regimentais.

O Orador: Sr. Presidente, mas é que eu não posso falar com vinte apartes ao mesmo tempo, porque depois não me faço ouvir.

Em relação à questão do Forte de S. João Baptista, também não percebi bem o que é que pretendia dizer.

Eu posso dizer à Câmara que pertenço há vários anos a uma comissão que está a tratar da recuperação de um forte na praia. Já avançámos com a obra, fizemos o principal, enquanto houve capacidade financeira para isso, ou seja, proteger o forte para que o mar não levasse o resto. Neste momento, estamos à espera de um estudo de pormenor e de um projecto de pormenor, para arrancar com as obras de interior, porque aquilo é uma construção antiga e tem que ter um projecto muito pormenorizado.

Portanto, esta tem sido a nossa acção. No entanto, eu não percebi bem qual foi a referência que fez a este caso.

Obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado José Humberto Chaves pretende a palavra para dar mais esclarecimentos, segundo creio. Devo dizer-lhe que restam apenas alguns segundos. Agradecia-lhe que fosse muito breve.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao cimento da Câmara julgo que está esclarecido, porque houve uma inspecção da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento que ilibou o Presidente da Câmara, portanto isso fica perfeitamente claro.

Quanto ao outro cimento que eu falei, eu vou lembrar ao Sr. Deputado José Maria Bairos qual é. É aquele cimento que vinha nuns sacos muito grandes de plástico que passaram pelo centro da vila e tinham escrito por fora “Comissão Política do PSD”. O Sr. não se lembra?!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não, não me lembro.

O Orador: Ah então isso ainda é mais grave, porque eu agora fico sem saber para onde é que ele foi. Eu pensei que tivesse sido para isso e eu achava bem! Mas se não foi para isso, então ainda é mais grave, porque eu não sei para onde é que ele foi!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Eram cartazes, Sr. Deputado!

O Orador: Agora é que é grave.

Até agora, eu pensava que tinha sido uma empresa que ia fazer umas obras em cimento em St^a. Maria - umas estradas - e que teria certamente oferecido alguns sacos de cimento - sacos grandes de plástico, não são só “sacos” - à Comissão Política do PSD para fazer esta obra que eu referi, porque eu acho que ela deve ser feita.

No entanto, eu fico apreensivo sem saber se afinal o cimento foi utilizado nesta obra ou se então apodreceu, como se diz, na Junta de Freguesia de Almagreira.

Presidente: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista esgotou o seu tempo.

O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, é para pedir esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Por muitas e diversas vezes os Deputados, especialmente aqueles das ilhas mais afastadas, apresentam críticas relativamente à promoção turística da Região. Isto ainda há pouco acabou de ser feito pelo Sr. Deputado José Humberto Chaves em relação a St^a. Maria.

Neste momento, numa estação de televisão do Continente está a passar promoção turística dos Açores.

Nessa venda turística, passam imagens pertencentes a 3 ilhas dos Açores. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se nos pode informar quais são essas 3 ilhas?

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD e do Secretário Regional do Turismo e Ambiente)

Presidente: O Sr. Deputado José Maria Bairos pediu a palavra para?

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, para prestar um esclarecimento.

Presidente: Sr. Deputado:

Eu não tenho dúvida em dar-lhe a palavra para prestar esclarecimentos, mas gostaria de chamar a atenção de que entretanto, o Sr. Deputado José Humberto Chaves com quem o Sr. Deputado tem estado a debater este problema, já não dispõe de tempo de resposta. De qualquer maneira, eu vou dar-lhe a palavra para esclarecimentos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não tinha percebido a questão do cimento, mas agora já percebi qual é e vou explicá-la.

Eu não sei se o cimento dizia “Comissão Política do PSD”, porque eu nem o vi.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Estava lá escrito!

O Orador: O que eu posso dizer é que aquele cimento foi uma oferta da Cimentaçor, para ser aplicado na recuperação do Forte de S. Brás.

O cimento foi descarregado, foi entregue a uma empresa privada, porque ele ia a granel. Esta empresa forneceu o mesmo número de sacos de cimento à Junta de Freguesia de Almagreira e os mesmos foram aplicados num paredão que neste momento faz parte da protecção do Forte de S. Brás.

O Sr. Deputado diz que esse cimento tinha o nome da Comissão Política, mas eu nem vi o cimento. Como já disse, esse cimento chegou a St^a. Maria através dum contacto e de um pedido feito directamente para o conselho de administração da Cimentaçor, para um apoio à recuperação do forte.

Não é bem a mesma situação que aconteceu na Câmara Municipal de Vila do Porto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para esclarecer o Sr. Deputado Paulo Valadão que a campanha que a Secretaria Regional do Turismo está a fazer em termos de promoção turística no Continente, não é apenas numa estação televisiva, mas sim em 4, em várias rádios e em diversos órgãos de imprensa. Já agora digo-lhe que ela é feita em 4 estações e nos horários nobres.

Gostaria ainda de referir que as imagens presentes na campanha são, em primeiro lugar imagens que têm identificação já do destino Açores, são as mais conhecidas, independentemente da ilha de onde são.

O apelo que fazemos é no sentido de visitarem os Açores, porque a maioria das pessoas ao verem aquela imagem, não sabe se é da ilha A, B, ou C. E, definitivamente, não tivemos a preocupação de contemplar várias ilhas ou as ilhas todas, até porque o tempo não permitia que tivéssemos imagens de todas as ilhas.

Identificamos, sobretudo, ilhas que mostram o destino. Essa é uma questão muito importante.

A outra questão é a que tem a ver com resultados de inquéritos para saber quais as razões por que, nomeadamente os portugueses que residem no Continente, procuram

os Açores. E nessa perspectiva, escolhemos imagens que sejam mais apelativas, tendo em consideração os inquéritos resultantes do porquê das pessoas visitarem os Açores.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra com que finalidade?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, para participar no debate.

Presidente: Essa não é bem uma figura regimental, Sr. Deputado.

Mas se pretende mais esclarecimentos, eu dou-lhe a palavra.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, em 20 segundos eu digo o que tenho a dizer.

Presidente: Mas o Sr. Deputado quer prestar ou pedir esclarecimentos?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Pode ser para prestar esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero regozijar-me pelo facto da Secretaria Regional do Turismo estar a vender o destino Açores. Não é isso que está em causa. Só não compreendo a agressividade do Sr. Secretário na sua resposta. Perante um pedido de esclarecimento tão simples como aquele que eu fiz, penso que a resposta devia ter sido dada no mesmo tom.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não podia deixar de modo nenhum de me congratular nesta Assembleia, com o magnífico evento que foi o III Congresso Cooperativo Regional, que teve lugar em S. Jorge de 3 a 5 de Novembro de 1994.

Este congresso saldou-se positivo, não só pela participação do sector cooperativo da Região como também pela variada e extensa, aberta e dinâmica troca de conhecimentos que em todos os participantes provocou.

Tal não é para menos, se tivermos em consideração que este sector se salda na Região por um total de 116 cooperativas e 5 uniões assim agrupadas e distribuídas:

Agrícolas - 75

Artesanato - 4

Comercialização - 1

Consumo - 2

Crédito - 1

Culturais - 5

Habitação - 8

Serviços - 10

Abrangendo assim este sector uma vasta área dos nossos interesses económicos e sociais, bem como muitas famílias açorianas.

Por outro lado, é preciso não esquecer que se cumpre neste ano de 1994, 150 anos da fundação da primeira cooperativa da era moderna, a Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, pequena cidade dos arredores de Manchester, em Inglaterra.

A preocupação que há 150 anos levou alguns trabalhadores de lacticínios em Rochdale à criação de uma cooperativa que é idêntica à que ainda hoje continua a motivar a reflexão sobre os princípios e a orgânica cooperativa, a promover o desenvolvimento das cooperativas já existentes e a projectar a constituição de novas.

Tal como há 150 anos, o objectivo é o mesmo: criar condições para uma melhor qualidade de vida, através de uma organização económica baseada no valor da pessoa humana e do seu trabalho, que através dos seus esforços e organizações, são capazes de responder mais eficazmente a necessidades comuns.

Também à medida que as condições sociais e económicas vão modificando, a organização das cooperativas se vai adaptando quer a nível nacional quer a nível internacional, sendo de realçar no primeiro caso a revisão do Código Cooperativo e no segundo a nível da Aliança Cooperativa Internacional um estudo sobre os princípios cooperativos e também a nível da Comissão Europeia, uma proposta de regulamento para definir o regime jurídico próprio do estatuto das cooperativas europeias que se vierem a estabelecer a nível da União Europeia.

De um modo mais simples e sintético, pretende-se criar às cooperativas condições de igualdade a nível concorrencial com as outras empresas de natureza não cooperativa. Isto, porque em todo o mercado se tem verificado uma mudança de estratégia empresarial com a denominada economia de mercado. A Economia resguardada acabou ou está em vias de extinção.

Actualmente o mercado é livre e não se confina apenas aos limites da localidade, da região, do país nem mesmo da União Europeia.

Podemos dizer que os actuais acordos internacionais de comércio, fizeram cair todas as fronteiras e parte das barreiras está a ser desmontada, de modo a que o mundo inteiro caminha a passos largos para uma grande aldeia, a “aldeia global”. Isto é, um grande mercado, em que tudo está igualmente à disposição de todos. Ou seja, inverteu-se o centro de decisão no ciclo económico e actualmente quem decide, em última análise o que se produz e como se produz, é o consumidor.

Por outro lado, em termos cooperativos, assiste-se a um crescimento cooperativo, não só em número mas em valor social e económico das existentes. A importância social, manifesta-se claramente nos serviços prestados por estas organizações aos seus cooperadores, nomeadamente no sector agrícola, assiste-se a uma significativa transferência de atribuições dos serviços públicos para as entidades privadas e em especial para as cooperativas. Alargando-se a actividade desenvolvida pela cooperativa, a uma quantidade de tarefas que abarcam não só o produto em sentido restrito, mas todo o ciclo de produção e muitas vezes áreas da vida pessoal e familiar do cooperador e dos seus vizinhos.

Assim a adaptação do Código Cooperativo no actual sector cooperativista passa, necessariamente, por três princípios fundamentais que são: a autonomia das cooperativas, o reforço da valência associativa e o aumento da capacidade empresarial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Se é certo que nos últimos anos muito se tem feito em prol do sector cooperativo, em nosso entender com as novas exigências, ainda há muito que fazer.

É que neste domínio, e mais concretamente no caso das cooperativas de S. Jorge, onde predominam as de lacticínios que à laia de apontamento são as mais antigas do país, nomeadamente a Cooperativa Leiteira da Beira, fundada em 1927 e a das Manadas em 1931.

Desde então até ao presente, as cooperativas jorgenses foram sobrevivendo no mercado local, competindo com os industriais do ramo na ilha, ao ponto de que

quando o último empresário de lacticínios abandonou a sua actividade em S. Jorge a agricultura local não notou praticamente a sua falta.

Hoje, face ao novo Quadro em que terá que se movimentar o cooperativismo que no caso concreto de S. Jorge e para os lacticínios até é específico, uma vez que estes organismos produzem um produto com denominação de origem, portanto um produto *sui generis*. Assim, das cooperativas de S. Jorge que neste momento passam até por variadas dificuldades, terão não só que ser ajudadas a superar estas, como também devidamente orientadas rumo ao futuro.

É que o futuro do cooperativismo não é mais o empirismo, o uso de outrora e o quase amadorismo do presente.

O futuro do cooperativismo passa não só pelo saneamento financeiro das cooperativas e por instalações adequadas ao exercício das suas funções, mas também pela conveniente formação profissional dos cooperadores, trabalhadores e técnicos e ainda pela devida investigação a montante e conveniente gestão e marketing a jusante.

Só assim é que este sector se poderá no futuro integrar no desenvolvimento sustentado que se pretende e para o qual é cada vez mais urgente que se parta o mais rapidamente possível.

O futuro do cooperativismo não se compadece com o “eu não fiz melhor, porque não sabia”, nem com “a minha profissão não é esta”, porque num futuro onde o profissionalismo, a tecnologia, a competição e a qualidade de vida vão imperar, não vão ter lugar nem podem ter lugar, produtos de má qualidade, créditos mal parados, negócios mal geridos ou outros quaisquer princípios líricos, destituídos de razão, do senso prático, do conhecimento real dos factos e da devida falta de preparação.

As futuras cooperativas terão que actuar no mundo como verdadeiras empresas, competindo com estas de igual para igual, de modo não só a fornecerem como estas produtos aliciantes, mas ainda a serem capazes de compensar mais generosamente os seus cooperadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Postos em destaque alguns problemas que afectam o sector cooperativo na Região e de um modo geral em todo o mundo, o III Congresso Cooperativo Regional não

deixou de se debruçar sobre os problemas de âmbito mais regional. Isto não só porque era essa a sua função como também este sector é de tal importância para a Região que merece não só um Congresso de vez em quando, mas muitas mais acções de informação e formação que se possam fazer em benefício deste sector.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, atendendo a que este foi o último Período de Antes da Ordem do Dia antes da discussão do Plano e Orçamento, eu gostaria que V. Ex^a. me informasse das inscrições da bancada do PSD aí na Mesa?

Presidente: Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Jorge Cabral que a Mesa ainda não deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

A Mesa apenas anunciou que ia fazer um intervalo para almoço.

E, portanto, o tempo restante do Período de Antes da Ordem do Dia continuará à tarde às 15,00 horas até que se esgote.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Obrigado, Sr. Presidente e desculpe a minha precipitação.

Presidente: Estão suspensos os nossos trabalhos para almoço.

Retomá-los-emos às 15,00 horas.

(Eram 13,05 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eu peço desculpa pelo atraso. Espero que o possamos recuperar.

(Eram 15,20 horas)

Para uma intervenção, e ainda continuando no Período de Antes da Ordem do Dia, tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Rosa.

Pedia ao Grupo Parlamentar do PSD o favor de proceder à substituição do Sr. Deputado Gaspar da Rosa na Mesa.

(Nesse momento o Deputado Gaspar da Rosa foi substituído no lugar de Secretário da Mesa da ALRA pelo Deputado José Ramos Aguiar).

Deputado Gaspar da Rosa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Afirma-se e tem-se como certo, que nós somos uma consequência dos que viveram antes, assim como de certo modo somos a explicação de muitos aspectos dos que viverão depois.

Começo assim a minha intervenção como deputado do círculo eleitoral da Ilha do Pico, para exprimir toda a responsabilidade que sinto, sem desencanto, cansaço ou abatimento, para através da minha acção e eficácia conseguir mover vontades e participar na construção do futuro digno das gerações posteriores.

Estamos conscientes que não nos juntamos à nau que anda há muito a navegar, mas pelo contrário andamos no Barco, como remadores activos, trabalhando na ultrapassagem de parcelas em prossecução de rotas de sucesso e anúncios de brilhantes destinos.

Em anteriores Períodos Legislativos trouxemos a esta tribuna algumas carências da Ilha, infra-estruturas consolidadas em quase todas as outras ilhas da Região, o que para os Picarotos é motivo de justificado orgulho, não queremos que elas não tenham, o que queremos é ter igualmente, traduzindo a consciencialização do facto de todas as Ilhas serem pedras do mesmo Edifício na história da autonomia açoriana.

A maior conquista da democracia é o podermos anunciar, debater e repetir os problemas e necessidades que afectam e obstam ao desenvolvimento integral das populações, com a capacidade de enfrentar, combater e resolver, em vez de sermos

aniquilados pelo espírito fatalista das intempéries, da doença, da pobreza do desemprego, etc.

Neste contexto, irei tentar enunciar algumas estruturas que já deveriam ter sido realizadas e por razões várias nunca se fizeram, ou que se arrastam, entre as quais sobressai o ordenamento e consolidação do Porto Comercial; a ampliação da pista do aeroporto; a protecção da orla marítima das Lages. Outras porém existem e estão em vias de realização como o Centro de Saúde, Escola Secundária, etc...

Vamo-nos debruçar sobre esta última estrutura indispensável ao desenvolvimento da Vila Baleeira das Lages do Pico concomitantemente à Ilha do Pico. Sabemos que o projecto da resolução da Orla marítima da Vila das Lages do Pico encontra-se em fase experimental e tudo leva a crer que o referido projecto se concretizará. Nestes empreendimentos é fácil transparecer o estigma açoriano: a desconfiança - porque na Ilha nada é seguro, nem o tempo que faz, nem o chão que se pisa, nem o mar que enfrenta a quem conhece os segredos, mas não o domínio. Para obstar essa desconfiança inata explorada por quem deveria criticar sim, mas com soluções alternativas credíveis, recorrendo a frases e imagens bonitas de deleite auditivo, mas inócuas de pragmatismo, que desde há muito se habituou o picaroto, respondendo com ouvidos de mercador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Necessário se torna a sensibilização e a motivação dos técnicos que planeiam, aprovam, e constroem noutros mares, e daí o nosso receio, e porque não desconfiança, para acreditar nos ímpetos de Leão, do mar das nossas costas.

Porque o mar através da sua indómita força, não invade, não estraga nem destrói todos os dias nem todos os anos, os bens e haveres que os lagenses arrecadaram e construíram muitas vezes à força de enfrentarem no mesmo mar o maior monstro marinho, o leviatã das escrituras, o Cachalote.

Ao tentar contribuir para essa sensibilização encontrei o contributo do historiador picoense Ermelindo Ávila, que relata a intempérie ocorrida na madrugada de 25 de Fevereiro de 1987, no Jornal “O Dever” - em título - “Mau Tempo nas Lages” e em subtítulo - “Aprender a lição de uma noite de terror”, em que o mesmo historiador, transcreve numa notável narração, o pânico vivido por toda uma população.

Vou citar apenas o inventário dos prejuízos causados: “ Os prejuízos são enormes, incalculáveis - cinco casas gravemente arruinadas, duas delas talvez tenham de ser demolidas; um dos maiores estabelecimentos comerciais da Vila e depósito de mercadorias tem os seus recheios destruídos; a escola preparatória e caves do rés-do-chão foi inundada; o museu Baleeiro foi também inundado, registando estragos nas pinturas, na instalação eléctrica e, muitas habitações que em menor escala registam danos, nas portas, nos móveis, para além das estradas que precisam de novo piso, dos quintais destruídos e das paredes caídas”, citei.

Outros vendavais e inundações já se registaram em outros anos causando prejuízos idênticos cujos relatos chegaram até nós como os dos anos de 1893 e 1936.

A estas ocorrências já se referiram desta tribuna os de então Deputados Martins de Freitas e Simas Santos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Readquirido o bom senso, a lucidez, a eficiência política e social com a mudança na gestão autárquica da Ilha, contributo indispensável para a modernização e flexibilização junto dos órgãos do Governo Regional, temos que deixar de pensar e agir em circuito fechado, numa verdadeira actuação política pautada pela cooperação, fugindo às tentações da politiquice igual à demagogia e, ao lucro político fácil e imediato.

Acreditando na conjuntura política da Ilha, cremos que a construção da protecção da Orla Marítima das Lages do Pico se concretize, não só para a segurança e fixação da população, contribua também para o desenvolvimento da Vila das Lages do Pico, sobretudo dinamize todos os empreendimentos a projectar e em curso quer de iniciativa privada quer de iniciativa autárquica, realço os projectos turísticos, os desportos de inverno, contribuindo finalmente para a preservação dos valores e memória da Baleação expressa no artesanato e museu baleeiro.

Neste cenário de desenvolvimento que se ambiciona incrementado, suscitou-me o apurado sentido de observação e descrição de Vitorino Nemésio “Em Mau tempo no Canal”, quando alude a esta inigualável beleza que se disfruta desta cidade da Horta em relação à montanha da Ilha do Pico. Cito “A cidade é um camarote de frente, para aquele palco de todo o ano”.

Permitam-me que acrescente que nesse mesmo palco, se representem cenas de qualidade de vida, aonde dê gosto viver.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha para uma intervenção.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de os navegadores do infante D. Henrique terem descoberto as nove Ilhas deste arquipélago que se denomina de Açores, na primeira metade do século XV, foram as mesmas, povoadas com colonos que vieram de várias zonas de Portugal, com especial incidência para os do sul do país, e também do estrangeiro sendo de salientar os Franceses e os Flamengos.

Aqui aportaram com o intuito de encontrarem melhores condições de vida.

A esses, modernamente, poderíamos apelidar de emigrantes.

Na verdade, com o andar dos tempos, essa população foi aumentando e as condições sócio-económicas foram-se deteriorando. Isto associado aos tremores de terra que de ora em quando teimam em abalar estas paragens bem como os saques levados a efeito pelos piratas que na época sulcavam os nossos mares, foram as razões mais fortes que determinaram que desta parcela do reino de Portugal se passasse também a emigrar a fim de se encontrarem as tais melhores condições de vida que estas paragens já não proporcionavam.

Assim começam por aparecer açorianos nas nossas colónias africanas, no Brasil, Estados Unidos, Ilhas do Pacífico, Canada, Austrália e África do Sul, etc.

Hoje, esse espírito de emigrante que nos é peculiar, levou os nossos conterrâneos a todas as partes do mundo mas o certo é que as nossas maiores colónias podem ser encontradas nos Estados Unidos (zona da Nova Inglaterra e Estado da Califórnia), no Canadá (Toronto e Mont- real) e no Brasil (Baía e Rio de Janeiro).

Inicialmente ocupavam-se na agricultura, na pesca e nos negócios já que descendiam de bons agricultores, de bons pescadores e de comerciantes. Mais tarde com a falta de

emprego naqueles sectores e com o pagamento de melhores salários no sector secundário, vieram a tornar-se também em bons operários.

Mas longe vão os anos em que nos Açores se iniciou a emigração e, existem já açorianos de 2.^a, 3.^a e até 4.^a geração por esse mundo fora que presentemente se ocupam nas mais variadas profissões desde Médicos, Advogados, Administradores de empresas, operários etc, etc.

Nesses primórdios tempos, não eram os nossos emigrantes possuidores de grande grau de intelectualidade e eram, aliás como é lógico, aqueles que pertenciam aos estratos mais baixos da sociedade açoriana, os que emigravam, grande parte das vezes, ainda sofriam da agravante de mal saberem ler ou escrever.

Disso resultava muitas das vezes que, em vez de se integrarem no meio social que tinham escolhido para viverem os segregassem.

Isso teve algum mérito, se é que mérito se pode chamar, que foi o de unir os nossos compatriotas na diáspora em pequenos grupos levando-os, lá longe, a recriar os nossos usos e costumes, o nosso folclore, as nossas bandas filarmónicas, as nossas associações recreativas e culturais e acima de tudo a manter bem vivo aquilo que mais nos une, que é sem dúvida de espécie alguma, a língua Portuguesa.

Mas se assim era, hoje a realidade é outra e quer os emigrantes de 2.^a, 3.^a e até 4.^a geração quer aqueles que de novo emigram, procuram instruir-se aprendendo a língua, frequentando escolas, universidades e tirando cursos com o fim de mais facilmente se integrarem na comunidade que os acolheu.

Das comunidades açorianas radicadas no Estrangeiro, destaca-se a que se estabeleceu no Estado da Califórnia, onde os nossos irmãos ali radicados têm ocupado lugares do mais elevado destaque quer ao nível Político, Social, Cultural e até Empresarial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito recentemente, dessa comunidade, mais concretamente da que se instalou no Vale de Santa Clara e Baía de São Francisco, vários organismos seus representativos, convidaram Sua Ex.^a o Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores a visitá-la. Como é hábito, Sua Ex.^a o Presidente do Governo fez integrar na sua comitiva um elemento de cada uma das forças partidárias mais representativas do nosso Parlamento.

Foi com grande emoção que recebi a notícia de que seria o representante do Grupo Parlamentar do PSD que integraria aquela comitiva, exactamente pelas seguintes razões:

Primeira: porque era uma zona onde existem muitos emigrantes açorianos, de onde se destaca um razoável número de graciosenses e de quem eu gostaria de conhecer a sua realidade.

Segunda: porque apesar de ser a sexta vez que visitava os Estados Unidos, nunca tinha ido ao Estado da Califórnia apelidado de Estado Dourado, o que por si só era suficiente para aguçar o meu apetite por conhecer aquelas paragens.

Terceira e última: porque meu pai também havia sido, ali, emigrante na já longínqua década de 20.

A referida visita, aconteceu entre os dias 17 e 22 do mês em curso, e posso acrescentar que ela teve assinalável êxito e correspondeu às minhas expectativas permitindo-me verificar que os açorianos fixados na Baía de São Francisco e Vale de Santa Clara constituem uma comunidade de sucesso a todos os níveis.

Esta comunidade está bem alicerçada, mas os seus maiores pilares são o social, o cultural, o empresarial, o recreativo, o religioso e até o político.

Por ali podem-se encontrar instituições já centenárias como a UPEC (União Portuguesa do Estado da Califórnia - fundada em 1880), IES (Irmandade do Espírito Santo de Santa Clara) que se encontra também a um ano e pouco de comemorar o seu centésimo aniversário, o que por si só demonstra que estas instituições são sólidas, credíveis e bem marcantes na manutenção e desenvolvimento da cultura das nossas gentes.

Mas não se pense que ficam por aqui as associações da carácter cultural e recreativo. Na área já referida da Califórnia, 4 bandas Filarmónicas, órgãos de comunicação social, escrita e falada, o Atlético Club e o recém fundado Grupo Cultural e de Carnaval de São José são outras instituições que merecem o nosso aplauso uma vez, que recriam e divulgam o folclore, de praticamente todas as ilhas do arquipélago, o nosso teatro, as danças de carnaval e quase tudo aquilo que é tradicional na nossa Região Autónoma.

Outro polo de grande actividade é aquele que gira à volta da Igreja Portuguesa das Cinco Chagas, uma bela estampa arquitectónica edificada por Portugueses há precisamente 80 anos.

Merece também toda a nossa consideração e respeito a organização denominada “POSSO”, a qual tem por função prestar diversos apoios á comunidade entre os quais se destacam o ensino do Português, cuidados primários de saúde e actividades diversas junto da 3ª Idade.

Uma referência muito especial para a Câmara do Comércio Portuguesa do Vale de Santa Clara, que apesar de ser uma instituição muito nova, tem apenas 3 anos de existência, mas com a sua já grande experiência, com o seu grande dinamismo, com a sua grande força de vencer predicados que lhe são emprestados pelos seus dinâmicos directores, tem contribuído para a grande união dos portugueses, tornando-os conhecidos junto da sociedade americana, sempre sem esquecer a preservação e difusão das nossas raízes culturais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que falei da Câmara do Comércio Portuguesa da Califórnia permitam-me que desta tribuna veicule, para toda a sociedade Açoriana e com especial incidência para as nossas Câmaras de Comércio, o recado de que por lá e por parte daquele organismo é esperada uma maior cooperação a nível comercial de todas as instituições deste arquipélago.

Por último cumpre-me registar aqui o belo trabalho que tem sido feito pela Direcção dos Serviços de Emigração do Governo Regional dos Açores junto dos nossos emigrantes, fomentando acções de formação para diversas pessoas nas mais diversas áreas, no envio de livros de língua Portuguesa, apoiando escolas e apoiando várias colectividades de interesse público naquele Estado Norte-Americano.

Há que continuar esse trabalho e aprofundá-lo uma vez que ele é reconhecido pela esmagadora maioria dos emigrantes, para que ele continue a dar os frutos que todos nós desejamos e acima de tudo para que os nossos emigrantes radicados naquelas paragens continuem a elevar bem alto, naquela que é reconhecidamente uma super-potência no Mundo, o nome da Região Açores e consequentemente deste país que é Portugal.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Amaral para uma intervenção, se a puder fazer em 5 minutos.

Deputado Manuel Amaral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chegados que somos ao meio deste mandato, gostaria de fazer algumas reflexões sobre determinados investimentos feitos na Região e muito em especial na Ilha Terceira.

Vou começar por falar na Escola Secundária Vitorino Nemésio na Praia da Vitória. Um investimento de que todos nos devemos orgulhar, sendo em termos de concepção e de idealização, uma obra que pode pedir meças quer a nível nacional quer, até mesmo, a nível europeu.

Porém, como não há bela sem senão, não posso deixar de lamentar que uma escola como esta, voltada para o futuro, não tenha ainda, neste momento, condições para cumprir em todas as suas vertentes, os objectivos para que foi programada por falta do equipamento necessário e indispensável. Tal lacuna poderá felizmente ser suprida minimamente no decorrer do próximo ano, de acordo com as verbas para o efeito previstas no plano que nesta sessão legislativa iremos apreciar.

É necessário estabelecer prioridades!

Não sendo, embora, especialista em educação, penso que se terá de dar condições mínimas para que os graus de ensino intermédios tenham as condições necessárias para uma escolaridade de sucesso, sem a qual não será possível enriquecer a sociedade portuguesa e açoriana, em particular, com o grau de qualidade indispensável e necessário quer ao nível técnico-profissional quer ao nível de licenciaturas.

Outra obra que se encontra numa fase bastante avançada é a do Porto de Pescas, no que diz respeito à sua parte acostável.

Torna-se, todavia, necessário para com aproveitamento que se façam as infraestruturas indispensáveis ao seu bom funcionamento. Caso contrário, ficamos com mais uns milhões gastos sem que possamos tirar todo o proveito para o qual aquela infraestrutura foi projectada.

Refiro-me concretamente aos Parques Industrial, de Combustíveis, bem como à Rede de Frio, não esquecendo também a conclusão do quarto e último troço da via rápida Angra-Praia, uma aspiração que se arrasta há anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de trazer aqui algumas preocupações respeitantes à Ilha Terceira, não queria de forma alguma deixar passar esta oportunidade para exprimir também uma preocupação minha e de muitos lavradores açorianos e que está directamente ligada com o aparecimento na Região de empresas ligadas à indústria de lacticínios vindas do exterior.

Preocupação muito maior quando estas empresas conseguem o monopólio em determinada Ilha, como no caso concreto da Ilha Terceira, obrigando-nos a ter certas cautelas em relação ao futuro, para que os nossos produtos não percam a sua identidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À partida, tudo parece estar bem, não fosse mesmo o aumento do litro de leite que fica ainda aquém daquele que a mesma cooperativa, pratica em algumas Regiões do Continente e que anda à volta para mais de vinte e três escudos o litro.

Estamos conscientes dos custos dos transportes de e para a Região, o que contribui no aumento de custos dos factores de produção e transformação, contudo, no meu entender não justifica uma tão grande diferença relativamente aos preços praticados, tanto mais quanto a qualidade da nossa matéria prima é superior à de muitas outras regiões do País.

Quando digo cautelas, é pelo simples facto de termos algumas experiências desagradáveis no passado, que poderiam ter redundado no colapso do sector leiteiro da Região, não fora o dinamismo cooperativista tradicional dos Açores e que data de séculos.

Não quero ser fatalista mas prudente e realista. Sei que as actuais condições de mercado, a nossa dispersão, a nossa pequenez e o grau de competitividade que hoje se exige para se poder sobreviver no mercado aberto que é o europeu, não nos permite ficar imunes às transformações que se vão operando e para as quais se torna necessária uma capacidade de investimento que não possuímos pelas razões acima apontadas.

Mas, talvez, não seja descabido prestarmos atenção ao aforismo popular, como sempre muito sábio, ou seja, “cautela e caldo de galinha nunca fizeram mal a ninguém”.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).

Presidente: Srs. Deputados, esgotámos o tempo do Período de Antes da Ordem do Dia, de forma que o damos por encerrado.

Passamos ao Período da Ordem do Dia.

Para fazer a apresentação dum Projecto de Decreto Legislativo Regional, nos termos do Artigo 98º do nosso Regimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O arrendamento rural é na Região Autónoma dos Açores regulado pelo Decreto Legislativo Regional N° 11/77/A, de 20 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional N° 1/82/A, de 28 de Janeiro e pelo Decreto Legislativo Regional N° 16/88/A, de 11 de Abril.

Sem se pretender questionar com esta iniciativa, em termos de fundo, essa legislação, não restam dúvidas que no que respeita à redução dos contratos de arrendamento rural escrito, as disposições legais em vigor se têm mostrado ineficazes na sua aplicação, concluindo-se da experiência adquirida que o sistema estabelecido não assegura a necessária equidade entre senhorios e arrendatários.

O facto de continuar a existir na Região Autónoma dos Açores um grande número de arrendamentos rurais sem que os contratos estejam reduzidos a escrito, impede

claramente que sejam aproveitadas possibilidades vultuosas de modernização por investimento feito por via dos fundos comunitários sócio-estruturais da Comunidade Europeia.

De facto, a obrigatoriedade da prova de existência de arrendamento só poder ser feita por exibição de contrato escrito, não se considerando outras soluções legais, o que origina que numerosos lavradores e agricultores rendeiros fiquem impedidos de provar a exploração da terra por arrendamento e por consequência, impedindo de ter acesso a apoios comunitários, limitando muito seriamente o pleno aproveitamento do fluxo de fundos comunitários, em favor da modernização da agricultura açoriana.

A existência na Região de um grande número de explorações agrícolas, em que grande parte da terra aproveitada resulta de contratos de arrendamento, associada ao facto de estarem nessa situação excelentes explorações que carecem de investimentos para modernização, e associada ainda ao facto de existirem muitos contratos não reduzidos a escrito, coloca com grande urgência a necessidade de ser alterado suficientemente o quadro legal em vigor, por forma a que a economia regional e os agricultores rendeiros cessem de ser prejudicados.

Sabe-se, aliás, que o arrendamento rural, pelo seu volume e pelas suas origens, assume nos Açores uma natureza específica bem acentuada, porquanto a parte socialmente mais vigorosa e economicamente mais significativa das explorações agrícolas e pecuárias assenta em terrenos explorados por arrendamento.

Sendo a agricultura e a agro-pecuária um sector determinante na economia regional, e tendo como tem repercussão sócio-económica muito sensível e as dificuldades sentidas por esse sector, é obrigação estrita dos poderes regionais tomarem todas as medidas de normalização que as evidentes e reconhecidas especificidades regionais que marcam o sector primário exigem.

A existência e frequência com que os organismos representativos da agricultura açoriana, nomeadamente as Associações Agrícolas e a Federação Agrícola dos Açores têm levantado esta questão, é significativa da importância que tem a sua rápida solução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com a apresentação deste Projecto de Decreto Legislativo Regional o que propomos é que seja alterado o Decreto relativo ao arrendamento rural, de modo a permitir que todos os agricultores da nossa Região possam beneficiar dos fundos comunitários, mesmo aqueles que sendo rendeiros, não têm os contratos reduzidos a escrito.

Nós consideramos que a falta de cumprimento do n.º 1 do Artigo 5.º do Decreto do arrendamento rural, que obriga a redução a escrito dos contratos de arrendamento, não pode nem deve ser imputado ao rendeiro e que este, na sua ausência, possa usufruir dos fundos comunitários, logo que faça prova do contrato e aos meios admitidos em direito, competindo aos Serviços de Desenvolvimento Agrário passar o competente atestado relativo às condições contratadas.

Com o nosso Projecto, não tivemos por objectivo propor medidas de fundo relativas ao arrendamento rural. Tão somente, foi nosso objectivo contribuir para que na Região se pudesse resolver um problema que afecta muitos produtores agrícolas, impedindo-os hoje, de usufruir de avultados fundos comunitários.

Entendemos ser esta uma medida da mais elementar justiça e que irá favorecer aqueles que, nesta Região, contribuem para as nossas maiores produções e exportações. Aqueles que se dedicam ao sector primário da nossa economia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Projecto foi despachado em 20 do passado mês de Outubro para a Comissão de Economia, Finanças e Plano, o qual de acordo com o relatório de ante-período que recebemos, apenas é referido como trabalho pendente.

Queremos, desde já, expressar aqui o nosso parecer de que a Mesa da Comissão devia envidar os seus esforços rapidamente, no sentido de solicitar os pareceres necessários, a fim de que o referido Projecto possa ser analisado com a brevidade que se impõe.

Pela nossa parte, queremos deixar desde já expresso que, de acordo com o nº 1 do Artigo 117º do nosso Regimento, pretendemos participar nos trabalhos da Comissão, quando esta analisar o nosso Projecto.

Presidente: Nos termos regimentais, segue-se um período de 10 minutos para pedidos de esclarecimento.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este assunto trazido aqui pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, é do nosso ponto de vista oportuno e importante.

É oportuno, porque nos parece também - e aos parceiros sociais ligados a esta área - que na verdade, a actual legislação regional sobre o contrato de arrendamento deve ser alterada. Só que em nossa opinião, ela deve ser, de facto, profundamente alterada. E a proposta ora apresentada pelo PCP não nos parece correcta.

Não há dúvida de que há interesses porventura antagónicos entre senhorios e rendeiros, não há dúvida de que há graves problemas nesse tipo de relações, mas a verdade é que nessa relação contratual existem tratamentos diferentes, umas vezes a favor do rendeiro outras a favor do senhorio, que se tornam, do nosso ponto de vista, urgentes alterar.

E se é compreensível ao nível da ração do diploma que haja uma certa protecção do rendeiro, pensamos que no momento actual, de liberalização de mercados, de liberdade de concorrência, etc., é necessário tomar muito cuidado com aquilo que se fizer no arrendamento rural.

Há, de facto, tratamentos diferenciados que muitas vezes prejudicam os senhorios - e é preciso dizê-lo com toda a clareza - e, de certa forma, inviabilizam que existam mais terras no mercado para arrendar. Utilizando-se, muitas vezes, estratégias jurídicas duvidosas, para se conseguir obter terras para arrendar, incluindo trespasses “por trás da porta” que, como sabem, não são permitidos.

É, portanto, do nosso ponto de vista, urgente e necessário mexer neste diploma, mas mexer numa forma muito séria e muito cuidadosa, porque vai colidir com interesses que é necessário salvaguardar e vai colidir com aspectos fundamentais da economia da nossa Região.

Os tratamentos têm a ver com várias áreas. Ao nível processual, há questões que do meu ponto de vista e do nosso ponto de vista, são importantes resolver. Para despedir um rendeiro é necessário o recurso a tribunal. Para o rendeiro se despedir basta uma carta. São, desde logo, tratamentos diferenciados.

Há a questão dos prazos que é preciso ver com muito cuidado, porque o primeiro prazo é de 6 anos e a seguir é automaticamente renovado por mais 3 anos e o senhorio não se pode opor. É uma regra, digamos, leonina para o senhorio.

Enfim, há uma série de questões que, do nosso ponto de vista, torna-se necessário acautelar.

Por outro lado, há aqui um aspecto que me parece fundamental. Ou seja, embora eu compreenda a necessidade da prova do arrendamento para efeitos de subsídios e de apoios comunitários, embora eu compreenda isso perfeitamente, eu pergunto como é que numa relação contratual entre dois sujeitos - um rendeiro e um senhorio - vamos introduzir uma terceira personagem administrativa, para atestar um contrato que é feito entre duas pessoas?

Isto vai provocar, certamente, uma enorme conflitualidade nessa relação que é necessariamente bilateral.

E reparem: um contrato de arrendamento, como qualquer contrato, tem elementos essenciais. E vai um departamento do Estado atestar, certificar que entre o senhor A e o senhor B existe um contrato que diz o quê...?

Que a renda é esta, que é paga no sítio tal, que é paga ao procurador, que é depositada no banco, que é enviada para os Estados Unidos, por exemplo. Ou seja, vai introduzir-se numa relação entre duas pessoas, o que é extremamente perigoso, para não falar já nos valores dos quantitativos da renda.

Ora bem, é evidente que esta discussão deverá ser aprofundada. Esta é uma primeira abordagem sumária que eu faço neste momento, para vos dizer que embora considere fundamental mexer na lei do arrendamento, é do meu ponto de vista extremamente perigoso fazê-lo dessa forma. E só com esse aspecto nós, necessariamente, temos que estar em desacordo.

Pretendemos alterá-la, com critérios de acuidade e salvaguardando outros aspectos que nos parecem fundamentais para o desenvolvimento da nossa agricultura. E, sobretudo também, para a justiça das situações entre senhorios e rendeiros.

É tudo quanto eu posso e devo dizer nesta primeira abordagem, reservando-me, naturalmente, para uma intervenção mais profunda, sobre estas matérias, no momento oportuno.

Obrigado.

Presidente: Para prestar um esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era apenas para dar um esclarecimento, uma vez que ele se referiu à Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Realmente, Sr. Deputado, o seu Projecto já entrou e baixou à Comissão. E esta também não está parada, como o Sr. Deputado possa pensar.

Já foram oficiadas algumas entidades, no sentido de se pronunciarem. E pretendemos também ouvir, como deve entender, o próprio Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Portanto, Sr. Deputado, sobre isso tranquilize-se, porque estamos a cumprir os prazos regimentais.

Em segundo lugar, quero dizer-lhe que temos muito prazer em recebê-lo nos trabalhos da Comissão quando a mesma se debruçar sobre o diploma em apreço. Não era necessário o Sr. Deputado invocar qualquer norma regimental para termos a porta da Comissão aberta.

E por último, muito rapidamente, para dizer que estou quase 100% de acordo com o que diz o Sr. Deputado Fernando Menezes. Ou seja, esta é uma matéria extremamente melindrosa de se lhe poder mexer, por variadíssimas razões.

Se é evidente que ressalta a necessidade de se mexer nesta matéria do arrendamento rural, mais que não fosse porque ela se encontra dispersa por três diplomas, datando o primeiro como sabem de 77, depois com uma alteração em 82 e outra alteração em 88, o que dá por vezes uma certa confusão a compilar toda essa matéria, e portanto já que mais não fosse por uma questão de refundir todos esses diplomas num só, se preferível aperfeiçoado, já esse trabalho seria importante.

Mas a verdade é que o Sr. Deputado Fernando Menezes levantou aqui problemas muito complicados, e há outros que não vale a pena estar aqui a debatê-los neste momento, que nos levam a ter um certo cuidado nisso.

Por outro lado, o CDS/PP também já fez chegar um projecto à Comissão sobre esta matéria. E não sei se haverá, eventualmente, outros partidos políticos que também queiram fazer juntar os seus projectos.

O que nos leva a ponderar que sobre esta matéria, haverá que reunir o máximo de consenso possível. Haverá que ter o máximo cuidado possível. E quando me refiro aqui à palavra “cuidado”, refiro-me num outro sentido também, tendo em atenção o que se vai passando já em matéria de jurisprudência.

Tem havido, como os Srs. Deputados sabem mais aqueles que se dedicam ao mundo do direito e à prática forense, por parte de alguns Srs. Advogados desta Região, o levantar o problema da inconstitucionalidade desta matéria do arrendamento rural.

Penso que a qualquer dos colegas já lhe sucedeu isso. Eu tenho pelo menos um colega meu em P. Delgada que é useiro e vezeiro a fazer isso.

E sabendo que pelo menos até agora o Tribunal da Relação de Lisboa não tem acatado a tese de inconstitucionalidade, ele faz uso disso - como ele diz - para “aguentar” o máximo possível e obviar aos despejos.

E alguns acórdãos quase que dão nas entrelinhas a entender que é preciso muito cuidado com essa matéria, porque significa que se poderá ler de outra maneira e dizer-se que é melhor não mexer muito nisto, porque se sobe dos tribunais comuns para o Tribunal Constitucional, podemos cair na mesma desgraça de ficarmos sem competência em matéria rural, como já não temos em matéria de arrendamento.

Portanto, estou de acordo essencialmente com o que diz o Sr. Deputado Fernando Menezes. E sem querer alongar-me mais, penso que toda a prudência é muito necessária nesta matéria, sem embargo, obviamente, de termos que lhe mexer.

Vamos saber mexer-lhe com cuidado, para não ficarmos sem competência nesta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para prestar esclarecimentos.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois do que foi aqui referido quer pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, quer ainda pelos Srs. Deputados Fernando Menezes e Victor Evaristo, também eu gostaria de dar uma abordagem nesta discussão que é importante.

Trata-se de um assunto que deve merecer uma reflexão aturada e profunda desta Câmara.

Desde logo, quero solidarizar-me com a questão - que deve ser a primeira a ser colocada - relativamente a essa legislação e que foi aqui levantada pelo Sr. Deputado Victor Evaristo.

É evidente que até os próprios autores dessa legislação que data de 77, são os primeiros a reconhecerem hoje que ela só foi possível, porque não existindo um Tribunal Constitucional, havia sim um Conselho da Revolução.

Se já na altura - e aqueles que eventualmente já ocupavam lugar nesta Câmara devem ter vivido mais de perto o debate deste diploma - se colocavam dúvidas sobre a sua constitucionalidade, hoje - penso - e perante a jurisprudência restritiva do Tribunal Constitucional, é mais evidente que essas dúvidas se possam colocar.

É pertinente saber, e perante a jurisprudência em termos do que se considera como interesse específico, se haverá ou não esse interesse específico no que respeita ao arrendamento rural.

É evidente que ao mexer nisso, corremos o risco de, tendo uma legislação que em algumas questões está ultrapassada e que em alguns aspectos processuais está caduca, é preferível - depois de um debate aprofundado entre todos os Deputados - termos a lei que temos, em vez de não termos lei nenhuma, embora esteja ultrapassada em alguns campos, mas temos alguns condimentos e alguns aspectos positivos que devem ser realçados.

É óbvio que há a parte da eventual delicadeza da constitucionalidade ou não duma nova legislação sobre essa matéria.

É que o Sr. Deputado Fernando Menezes referiu com toda a justeza, que se trata duma legislação em que existem interesses antagónicos.

Se por um lado, se opta por tornar a perspectiva do arrendamento e o seu prazo mais liberal, por outro vamos ter como vantagem a perspectiva de haver alguns terrenos que hoje estão mal cultivados e que os senhorios preferem tê-los, mesmo mal

aproveitados, do que dá-los de arrendamento, atendendo aos prazos dilatados para que seja feita a denúncia. E muitas vezes, em termos processuais, mesmo depois da denúncia efectuada, a possibilidade de recurso a vias dilatórias, desde as reclamações aos recursos que suspendem toda e qualquer decisão judicial, é evidente que essa liberalização do contrato poderá ter essa virtude.

Em contrapartida, a liberalização vai de algum modo pôr em causa os interesses do arrendatário. Ou seja, a sua subsistência, a necessidade de ele ter a garantia de que durante um prazo suficientemente dilatado poderá exercer a sua actividade sem sobressaltos.

Por estas razões, parece-me importante que haja um debate aprofundado de todos os partidos, de todos os Deputados, atendendo às propostas que já existem a nível de Comissão, por forma a encontrarmos uma solução que possa consensualizar os interesses antagónicos que essa lei tem subjacentes. E que também nos possamos salvaguardar perante a jurisprudência que o Tribunal Constitucional tem vindo sistematicamente a ter sobre a competência da Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para prestar esclarecimentos.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente, esta iniciativa trata duma questão que é séria e real, ou seja, o problema da redução a escrito de contratos no âmbito do arrendamento rural, no qual se verificam algumas situações do não cumprimento da lei existente.

Só que em nosso entender, a forma como aqui vem apresentada essa hipotética solução é de todo inadequada.

Efectivamente, as situações existentes decorrem, sobretudo, duma falta de confiança entre os contraentes e nomeadamente por a situação estar à revelia das elementares regras do mercado.

De resto, alguns dos mecanismos aqui previstos, fazem substituir, de forma inaceitável, os tribunais, por exemplo, pelos serviços decorrentes da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, o que é de todo inaceitável, com os riscos daí advenientes, bem como arbitrariedades que podem estar subjacentes, como seja a de

imputar, exclusivamente, a uma das partes a um dos contraentes, toda a situação de responsabilidade, para daí se concluir pela nulidade.

Portanto, é um princípio de arbitrariedade inaceitável, em termos jurídicos, e digamos no quadro de valores em que nos movimentamos.

Daí que o CDS/PP entenda que essa matéria, aliás à semelhança doutras intervenções já aqui feitas, é uma matéria que deve ter um enquadramento geral e, de resto, a iniciativa por nós apresentada e que oportunamente será divulgada mais em pormenor sobre efectivas alterações aos actuais decretos legislativos regionais sobre arrendamento rural, irão dar uma resposta em certa medida genérica e pela via correcta.

De facto, é este problema que existe, sim, mas que não pode ser de maneira nenhuma resolvido pela forma que a Representação Parlamentar do PCP entendeu apresentar a esta Assembleia.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão naturalmente quererá responder a estes esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Eu já tinha pedido a palavra, Sr. Presidente.

Presidente: Ah já tinha pedido a palavra, Sr. Deputado. Peço desculpa, mas eu não reparei.

Tem a palavra para prestar esclarecimentos. Só agradecia que não se prolongasse para além dos 3 minutos regimentais.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, eu tenho 15 minutos para as respostas.

Presidente: 15 minutos, Sr. Deputado?!

É capaz de ter razão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): De acordo com o n.º 3 do artigo 98.º

Presidente: Só um momento, Sr. Deputado.

(Pausa)

Presidente: O Sr. Deputado tem toda a razão. São 10 minutos reservados para as perguntas e 15 para as respostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou procurar fazer algumas considerações como resposta aos problemas que aqui foram colocados pelos diversos intervenientes, dentro do tempo de que disponho.

Diz o Sr. Deputado Fernando Menezes que o arrendamento rural deve ser profundamente alterado.

Sobre esse aspecto não vou fazer comentários, porque entendemos que isso nada tem a ver com a matéria que nós apresentámos.

De acordo com aquilo que dissemos, e não foi por acaso que o fizemos, sobre esta matéria (e fomos muito claros), só pretendemos fazer uma alteração. E essa alteração é exactamente aquela que está contida no nosso Projecto. Ou seja, dar a possibilidade aos rendeiros desta Região de poderem usufruir dos fundos comunitários, sem necessidade de cumprir o estipulado numa legislação regional que os obriga a ter contrato escrito.

Aliás, o facto dos rendeiros desta Região, e no fundo do todo nacional porque a lei nacional é semelhante, de terem o contrato reduzido a escrito entre as partes, é um aspecto que existe no nosso País e que certamente os Srs. Juristas e os Srs. ligados à lavoura sabem, que há países da Comunidade Europeia onde isso não é necessário e onde são exactamente os serviços oficiais de agricultura que fazem o reconhecimento do arrendamento. E esses agricultores têm direitos, de acordo com a antiga PAC, por exemplo e mantém-se o mesmo em relação à nova PAC.

Portanto, nesses países as medidas da PAC podem ser utilizadas por esses agricultores, sem necessidade do tal contrato reduzido a escrito entre as partes.

Ora, isto quer dizer que entendemos que na nossa Região e com uma pequena alteração do nosso articulado legal, isso é possível ser feito.

Aliás, e nisso os Srs. Juristas que falaram dar-me-ão razão. Em relação a outros processos legais do próprio arrendamento rural, não é necessário a exibição do contrato reduzido a escrito que o nosso Decreto Legislativo Regional implica. E os Srs. Juristas certamente sabem, porque eles próprios utilizam essas formas de

trabalho, que a prova do arrendamento é feita, juridicamente, por processos similares àqueles que nós agora pretendemos para o caso do usufruto de meios comunitários.

Diz também o Sr. Deputado do Partido Socialista que existem interesses antagónicos e é um facto. Mas isso nada tem a ver com a nossa Proposta.

Aliás, ao contrário da interpretação que faz o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, nós não pretendemos a nulidade do contrato existente, bem pelo contrário. O que nós pretendemos considerar válido é um contrato que existe e que pode ser provado por uma das partes que ele existe.

Todos nós, essencialmente as pessoas ligadas à lavoura e à agricultura, sabemos que isto é uma realidade que nós conhecemos nesta Região e em todas as nossas ilhas. E mais: sabemos, inclusivamente, que há contratos que são impossíveis de ser reduzidos, exactamente porque um dos contraentes muitas vezes nem reside na Região são uma infinidade de pessoas que são os herdeiros das propriedades, o que torna praticamente impossível a redução desse contrato a escrito, porque enquanto que o rendeiro é apenas uma pessoa singular, os proprietários são um conjunto de pessoas muitas vezes nem residentes na Região.

Portanto, o que nós pretendemos não é aquilo que interpretou o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. É exactamente o contrário.

O que nós pretendemos não é tornar nulo o contrato existente, mas sim dar meio de prova para o contrato que efectivamente existe.

Em relação ao ponto de vista processual como já referi, aquilo que nós propomos são processos similares àqueles que existem para outros fins.

Relativamente à preocupação que tem o Sr. Deputado Fernando Menezes, ou seja, uma entidade pública poder certificar um contrato entre as partes, isto é comumente feito pelos serviços públicos em relação a outros aspectos e em relação a outras matérias. Inclusivamente, já foi e é admitido normalmente na Secretaria Regional da Agricultura e Pescas no que respeita à posse da terra de outros modos que não o arrendamento.

Uma das preocupações do Sr. Deputado Jorge Valadão, segundo creio, é o facto de se poder mexer em três decretos legislativos regionais, cuja matéria é complicada. E nós estamos de acordo com isso.

Pensamos que efectivamente o problema do arrendamento rural pode ser um assunto complicado.

A realidade é que depois da aprovação do Decreto Legislativo Regional N° 11/77/A, o mesmo já foi alterado em 82 e em 88. E tanto quanto me consta, até ao momento, essas alterações foram perfeitamente pacíficas. A última das quais teve lugar em 88 e por isso não foi há tanto tempo que nos mereça grande preocupação fazer uma alteração que é de pormenor.

Se me vier dizer que vamos alterar profundamente todo este articulado, aí sim, penso que a situação pode ser mais complicada. Agora, em relação a um pequeno pormenor que nós consideramos que é de especificidade da Região Autónoma dos Açores - note-se a quantidade de reдеiros que existem nesta Região, note-se a quantidade de agricultores que para além de proprietários também são reдеiros, e ainda o facto de estarmos numa região de emigração, onde muitos proprietários nem vivem cá - pensamos que tudo isto são matérias que justificam a apresentação deste Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Quanto ao Sr. Deputado Victor Evaristo, ele diz-me que a Comissão já recebeu este Projecto e eu sabia, porque vi pelo relatório. Diz-me que já pediu pareceres, mas isso eu não vi no relatório, pois se estivesse escrito certamente eu não teria referido esse aspecto. E, de facto, não está contemplado no relatório de Economia, Finanças e Plano, de acordo com o Artigo 119° do nosso Regimento.

Portanto, pelo facto de não haver qualquer menção é que eu referi, não como crítica, mas apenas porque me parece que esta matéria é melindrosa - estamos todos de acordo - e que são necessários pareceres.

Eu, pessoalmente, como autor deste Projecto, desejaria que tivéssemos o maior número possível de pareceres de todas as pessoas singulares ou colectivas que estão ligadas à terra na nossa Região.

Aquilo que penso e com o que não posso estar de acordo consigo, tem a ver com o facto de se estar à espera que outros possam também ter propostas sobre esta matéria, para depois fazer qualquer análise.

Eu penso que sobre esta matéria, temos que cumprir o nosso Regimento. Ou seja, penso que temos pura e simplesmente que cumprir o que está estipulado no Artigo

142º do Regimento desta Assembleia. Isto é, temos que esperar até metade do prazo estabelecido para aparecerem outras propostas ou projectos. Se até metade do prazo estabelecido não aparecerem, vamos analisar separadamente os projectos.

Como este Projecto deu entrada nesta Casa no dia 20/10 deste ano, e como o Sr. Presidente lhe deu prazo de parecer até 31/12/94, dá-me a impressão que por volta do dia 21 ou 22/11 terminou o prazo para quem tivesse projectos conjuntos poder apreciá-los com este.

A partir dessa data, de acordo com a interpretação que eu tenho do nosso Regimento, esses projectos terão que ser vistos separadamente, no caso de aparecerem outros.

Relativamente aos aspectos de enquadramento legal do Projecto, penso que aí não haverá dúvidas.

Em relação à possibilidade desta alteração, estamos convencidos de que ela é possível.

Da nossa parte, digo e repito, não foi nossa intenção mexer em profundidade na matéria. Tivemos intenção apenas de alterar uma situação que consideramos imprescindível para o desenvolvimento da agricultura desta Região, que consideramos absolutamente necessária para um número muito elevado de agricultores da nossa Região.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que se refere à leitura dos Relatórios das Comissões ao abrigo do Artigo 119 º do Regimento da ALRA.

Peço ao relator da Comissão Permanente de Organização e Legislação o favor de proceder à leitura do respectivo Relatório.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE NOVEMBRO DE 1994

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1 - A Comissão Permanente de Organização e Legislação tem, nesta data, a seguinte composição:

a) DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (P.S.D.)

- Deputada Ana Carolina
- Deputado Carlos Silva
- Deputado João Cunha
- Deputado José Manuel Nunes
- Deputado José Maria Bairos
- Deputado Manuel Amaral
- Deputado Rui Melo

b) DO PARTIDO SOCIALISTA (P.S.)

- Deputado António Gomes
- Deputado Carlos Mendonça
- Deputado Duarte Pires
- Deputado Ricardo Barros
- Deputado Rogério Serpa
- Deputado Silva Melo

2 - A mesa da Comissão tem a seguinte composição:

Presidente - Deputado Carlos Mendonça

Relator - Deputado António Gomes

Secretário - Deputado João Cunha

CAPÍTULO II

GENERALIDADES

- 1 - Durante o ante-período legislativo de Novembro, a Comissão reuniu em Plenário, no dia 9 do mês em curso, em Ponta Delgada, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional.
- 2 - O Deputado Carlos Mendonça faltou à supramencionada reunião por motivos de doença.
- 3 - O Deputado Carlos Silva fez-se substituir pelo Deputado Mark Marques.
- 4 - O Deputado José Manuel Nunes faltou, justificadamente, à reunião por indisponibilidade de transportes.
- 5 - Tendo estado ausente o Presidente da Comissão, as suas funções foram desempenhadas pelo Relator, conforme determina o n.º 3 do artigo 6.º do Regimento desta Comissão.

CAPÍTULO III

1 - EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO ARTIGO 182º. DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

Ao abrigo da competência prevista na alínea j) do supracitado artigo a Comissão emitiu parecer sobre a Proposta de Resolução da Mesa da Assembleia “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, referente ao ano de 1992”.

2 - EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO Nº 1 DO ARTIGO 182º. DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

No exercício da competência acima referida, a Comissão apreciou e emitiu parecer sobre as Propostas do “Plano e Orçamento para 1995”.

CAPÍTULO IV

TRABALHOS PENDENTES

Por ainda não ter sido recebido o Acórdão da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, respeitante à Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, referente ao ano de 1993, continua pendente a Proposta de Resolução da Mesa da Assembleia “Conta da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, referente ao ano de 1993”.

CAPÍTULO V

PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS

A Comissão deliberou reunir em Plenário, na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no dia 28 de Novembro, pelas 10 horas para proceder à eleição da sua nova Mesa.

Ponta Delgada, 9 de Novembro de 1994.

O Relator, *António das Neves Lopes Gomes*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente em Exercício, *António das Neves Lopes Gomes*

Presidente: Pedia à Sra. Relatora da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais o favor de proceder à leitura do Relatório.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, nos termos do artigo 119.º do regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE NOVEMBRO DE 1994

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. A Comissão é constituída pelos seguintes Deputados:

a) PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

- Rui Carvalho e Melo - Presidente
- Fátima Oliveira - Relatora
- Ana Gomes da Silva
- José Gonçalo Botelho
- Rosa Machado
- Mark Marques
- Carlos Morais

b) PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Nélia Figueiredo - Secretária
- Francisco Sousa
- Fernando Fonte
- Ricardo Barros
- Hélio Pombo

c) PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)

- Paulo Valadão

2.

a) A Comissão reuniu, em plenário, nas Delegações da Assembleia Legislativa Regional em Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, nos dias 10, 11, 12 e 13 de

Outubro p.p., para efeitos do previsto na alínea a) do artigo 58º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

b) De 7 a 10 de Novembro, a Comissão reuniu, em plenário, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada e nos dias 15 e 16 na Delegação em Angra do Heroísmo.

3. A deputada Nélia Figueiredo faltou, justificadamente, nos dias 7 e 8 de Novembro.

4. O deputado Paulo Valadão faltou, justificadamente, nos dias 15 e 16 de Novembro.

5. A Deputada Ana Gomes da Silva e o deputado Hélio Pombo foram substituídos nas reuniões de 15 e 16 de Novembro pelos Deputados Manuel Ávila e Rui Pedro Ávila, respectivamente.

CAPÍTULO II

TRABALHOS REALIZADOS

1. Durante o mês de Outubro a Comissão procedeu à audição dos Secretários Regionais da Educação e Cultura; da Saúde e Segurança Social; da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia e do Subsecretário Regional para a Comunicação Social, para efeitos de fiscalização da acção governativa no biénio de 93-94.

2. Da audição referida no número anterior, a Comissão elaborou relatório detalhado, que se anexa.

3. Nas reuniões plenárias de Novembro, a Comissão apreciou e emitiu parecer sobre o Plano e Orçamento para 1995, nos termos do nº 1 do artigo 182º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, tendo procedido, para o efeito, à nova audição dos Secretários Regionais já referidos no ponto 1.

CAPÍTULO III

TRABALHOS PENDENTES

A Comissão não tem qualquer diploma pendente para apreciação.

CAPÍTULO IV

PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS

A Comissão decidiu reunir no próximo mês de Janeiro.

Angra do Heroísmo, 16 de Novembro de 1994.

A Relatora, *Fátima Oliveira*

O relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Rui Carvalho e Melo*

ANEXO

Relatório da Audição aos Membros do Governo ao abrigo da alínea a) do artigo 58.º do regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

INTRODUÇÃO

Ao abrigo da alínea a) do artigo 58.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais reuniu, para efeitos do previsto no artigo referenciado, efectuando audições aos Secretários Regionais da Educação e Cultura; da Saúde e Segurança Social; da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia e Subsecretario Regional para a Comunicação Social, respectivamente, nos dias 10, 11, 12 e 13 de Outubro, p.p..

As audições dos Senhores Secretários Regionais da Educação e Cultura e da Saúde e Segurança Social foram realizadas na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, na Terceira, e do Subsecretário Regional para a Comunicação Social na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada. As outras audições tiveram lugar em salas, cedidas para o efeito, pelas respectivas Secretarias Regionais.

Foi assumido pelos Senhores Secretários Regionais que, devido à crise financeira ou à realização de trabalhos a mais, houve atrasos ou paragens nalgumas obras. Assim sendo, houve, em muitos casos, que recorrer à técnica orçamental de pagamentos por anos económicos findos, procedimento este que se irá ainda prolongar no decurso de 1995. Houve assim, para respeitar os compromissos já assumidos, que englobar no plano de 94 verbas para pagamentos de obras já realizadas.

Esta foi uma opção consciente e claramente assumida pelo Governo, e com a qual os Secretários ouvidos são solidários e politicamente se responsabilizam.

Acresce ainda que, por razões já de todos conhecidas, o ano de 1993 foi caracterizado por um decréscimo de receitas.

CAPÍTULO I

Reunião com o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura

DESPORTO

Neste momento, a Região tem 19 equipas nos Nacionais.

Na área escolar a parte desportiva movimentou cerca de 2000 alunos, tendo atingido uma maior dimensão e formação de grupos desportivos nas mais diversas vertentes.

A nível do 1º Ciclo do Básico, os coordenadores da Educação Física têm dado o enquadramento necessário aos profissionais do ensino, verificando-se mesmo uma grande apetência pela patinagem e skate.

Foram celebrados protocolos com várias Câmaras Municipais, com vista a permitir a construção de recintos acimentados, de forma a possibilitar a prática das modalidades que exigem este tipo de recinto. No entanto, não se atingiram, em determinada medida, os objectivos pretendidos.

Está sendo elaborada legislação de forma a enquadrar melhor estas acções no presente ano lectivo.

Por seu turno a legislação recente, relativa ao Desporto de alta competição, além de inovadora a nível nacional, cria melhores condições para a participação dos atletas em provas nacionais e internacionais.

Diversas e variadas acções de formação têm sido levadas a cabo, com recursos aos fundos comunitários.

Aberto o diálogo foram dados os seguintes esclarecimentos.

Prevê-se a realização dos Jogos do Atlântico na Região, no próximo ano, se houver disponibilidade financeira e interesse das outras Regiões.

Nos anos transactos deveriam ter sido organizados por Cabo Verde e Madeira, que não os realizaram, igualmente, por falta de verbas.

O Hóquei em Patins tem vindo a ganhar uma cada vez maior adesão e aos clubes que estiverem interessados em fomentá-lo ser-lhe-á concedido apoio.

O Centro de Estágio do Pavilhão Desportivo de Ponta Delgada está concluído, faltando-lhe pequenos arranjos e apetrechamento, prevendo-se a sua entrada em funcionamento para breve.

Dado que o Inatel e a Câmara Municipal de Angra construíram a Piscina e o Polidesportivo é intenção da Secretaria construir o tanque de aprendizagem na Praia da Vitória, integrado no Parque Desportivo da Ilha Terceira, não sendo, porém, possível a sua construção no próximo ano.

A administração do recinto de jogos da Secundária da Praia da Vitória, é feita pela DREFD numa gestão integrada do Parque Desportivo da Ilha Terceira dada a sua utilização para treinos de Equipas extra-escola, quando, inicialmente, apenas estava prevista a sua utilização como recinto escolar desportivo.

Foram celebrados 64 protocolos com Câmaras Municipais cuja relação se anexa a este relatório.

O atraso das obras do Estádio de Ponta Delgada, de acordo com as informações dadas pela SRHOPTC, deve-se a problemas com as obras de drenagem e acabamentos exteriores. Na execução das obras do Estádio de Ponta Delgada foram gastos os 140.000 contos previstos sendo reforçados em 14.000 contos, retirados da verba destinada ao Estádio João Paulo II. Dado que não foi realizada a execução da electrificação deste Estádio, como estava previsto, a verba remanescente será aplicada nos pavilhões desportivos do Faial, Capelas e Lagoa.

O Parque Desportivo da Ribeira Grande, que terá uma gestão integrada, não se encontra contemplado, estando em fase de selecção do projecto.

DEFESA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Foram apoiadas 107 filarmónicas, 81 grupos de folclore, 29 grupos de teatro, 11 grupos corais, 10 grupos de música popular e 42 de instrumentos de corda.

Os grupos de teatro são apoiados mediante a apresentação das peças de teatro, previsão da encenação, da luminotécnica e montagens.

As verbas são distribuídas de acordo com as disponibilidades financeiras e é feito um acompanhamento até à representação da peça.

Foram entregues fardamentos e trajes a 20 grupos.

Concederam-se subsídios às colecções de Enciclopédia Açoriana “Fénix” e para a publicação dos “Anais da Família Dabney”. Subsidiaram-se, igualmente, diversas festas culturais como as Sanjoaninas de Angra e São João da Vila Franca do Campo; COFIT e, através dos Conservatórios, a temporada musical; o 2º Festival de Folclore da Relva (São Miguel); 5.ª Semana do Carnaval (Graciosa); as Semanas Culturais da Universidade dos Açores (Angra e Ponta Delgada) e a Semana Cultural das Velas (São Jorge) bem como as obras de recuperação da Sociedade Amor da Pátria (Horta) e a Casa de Luís d’ Ataíde Mota (Ponta Delgada).

Recuperaram-se vários órgãos, nomeadamente, os da Igreja de S. José, Ajuda da Bretanha (S.Miguel), Conceição (Faial) e S. Gonçalo (Angra). Iniciaram-se as obras de restauro dos órgãos da Conceição (Terceira), estando prevista a construção de um para o Conservatório de Ponta Delgada.

Procede-se ao restauro de talhas nas Igrejas da Conceição (Angra); Lagoa (S. Miguel), Matriz da Horta (Faial) e recuperaram-se alguns fortes, nomeadamente o do Porto Judeu (Terceira) e de Santa Catarina (Lajes do Pico).

As obras do convento de S. Francisco (Museu-(Museu-Terceira) prosseguem a um ritmo aceitável. Quanto ao Colégio dos Jesuítas (Ponta Delgada) as obras estão paradas, por não se ter conseguido chegar a um acordo com o empreiteiro dado os montantes elevados necessários para a conclusão da obra. As verbas existentes no plano destinaram-se ao pagamento da obra executada, do juro e imobilização do material.

Relativamente ao Convento de São Pedro de Alcântara (S. Roque do Pico) estuda-se, com as entidades locais, a opção do simples restauro do monumento ou a sua transformação em unidade hoteleira.

As verbas constantes do plano relativas a São Jorge destinaram-se ao pagamento do projecto do Centro Cultural da Calheta.

A Biblioteca Pública e Arquivo da Horta encontra-se em fase de projecto.

Monumento a Antero de Quental - as duas musas na sua formulação em gesso, já se encontram na Região, faltando a moldagem em bronze.

Tem-se, igualmente, procedido à recuperação de algum património cultural popular.

EDUCAÇÃO

Escola EB 2,3 / S Cardeal D. José da Costa Nunes - Prevê-se, para o próximo plano, uma verba significativa de forma a permitir que comece a funcionar no ano lectivo de 96/97.

Escola Secundária da Horta - não se realizaram as obras de ampliação previstas, por decisão dos Conselhos Directivo e Pedagógico da escola. A proximidade da Escola Preparatória da Horta permite a utilização de espaços que minora, em muito, a dificuldade de funcionamento desta Escola Secundária.

Ampliaram-se as Escolas Canto da Maia, Antero de Quental (S. Miguel) e Ciprião de Figueiredo (Angra do Heroísmo), o que permitiu a redistribuição de espaços e um funcionamento normal com um mínimo de custos para a aprendizagem.

Foram gastos 200 mil contos em equipamentos.

A área de construções escolares é ainda uma das grandes preocupações deste Governo. Dentro desta preocupação estarão previstas verbas no próximo plano para a elaboração do programa base, projecto e aquisição de terrenos para duas Escolas EB 2,3 + Ensino Artístico, uma em Ponta Delgada e outra em Angra.

Iniciou-se o 10º ano na ilha de São Jorge com a envolvência das Câmaras Municipais, Associações de Pais e Secretaria, fazendo o aproveitamento de professores de áreas afins e com algumas vertentes nas áreas tecnológicas.

Nas unidades capitalizáveis tem aumentado o número de aderentes e começaram a funcionar, pela primeira vez, na Madalena (Pico) nas áreas de Português, Matemática e Inglês.

Os horários de funcionamento são adaptados às realidades locais.

Tem-se constatado uma maior funcionalidade, no Ensino Especial, com as respectivas equipas a iniciarem uma maior integração, não sendo possível, para já, uma maior abrangência do número de alunos apoiados. 114 professores apoiam 1000 alunos cujo custo ronda os 200 mil contos/ano.

Prevê-se a ampliação da Escola Secundária da Ribeira Grande (S.Miguel) para 95.

Às Escolas Profissionais existentes junta-se agora a criação de mais uma, da iniciativa da Câmara Municipal da Praia da Vitória (Terceira), que abrangerá, para já, as áreas de Hotelaria, Restauro e Turismo.

Ensino Superior - Conclusão das obras e apetrechamento do Departamento de Ciências Humanas (S. Miguel) o que lhe permitirá iniciar as aulas a 15 de Novembro de 94.

Encontra-se na fase final a aquisição dos terrenos para o Departamento de Ciências Agrárias (Terceira), sendo iniciada a elaboração do projecto de acordo com o programa base apresentado pela Universidade.

O projecto para o Departamento de Oceanografia e Pescas (Horta) está feito e prevê-se, para o próximo ano, o lançamento do concurso e adjudicação da obra.

As instalações do CIFOP, são as possíveis.

A rede escolar terá de ter em conta as taxas de natalidade que têm vindo a baixar, justificando-se, porém, com urgência, a construção e ampliação de mais algumas escolas, nomeadamente em Ponta Delgada e Angra, sem as quais será impossível dar

resposta ao crescimento de frequência previsto nas áreas do 2º e 3º Ciclo para os próximos anos.

Acções de Formação - Foram abrangidos cerca de 2000 professores e funcionários.

Correspondendo à grande necessidade que se sente nas disciplinas de Matemática, Física e Química foram disponibilizadas 40 bolsas de estudo, de 50 contos mensais, para alunos da Região que nelas se queiram licenciar. Deste modo, encontram-se 40 bolseiros da Região a formar-se nas referidas disciplinas permitindo ter esperanças que, a médio prazo, as carências, ora sentidas, se atenuem significativamente.

Um problema se tem levantado às Escolas da Região, devido ao facto dos concursos serem nacionais o que tem levado a que, em Maio, os lugares das diversas escolas estejam preenchidos com professores do continente com habilitação própria e que, posteriormente, conseguem destacamentos ou requisições para o Continente sem ao menos tomarem posse do lugar ou comunicarem a sua não comparência. Tal facto, leva a que as escolas depois tenham de recorrer, para o preenchimento dessas vagas, aos mini-concursos.

Não podendo a Região aplicar-lhes as sanções previstas na lei, o departamento governamental competente do Governo Central também o não tem feito com a desculpa de que necessita desses quadros para o Continente. Tal facto apresenta-se como uma aberração incompreensível, dado que todo o professor que seja colocado e não se apresente ao serviço fica, automaticamente, impedido do exercício de funções públicas durante dois anos.

40% dos docentes que leccionam no 2º e 3º Ciclo do Ensino Secundário da Região não têm habilitação própria.

Alunos do Corvo - Sete alunos transitaram para o sétimo ano. Dada a inexistência justificada de uma Escola do 2º Ciclo, em estreita colaboração com os pais, foi acordado que aos mesmos seria concedida uma bolsa de 40 contos mensais mais passagens de ida e volta, incluindo férias do Natal e Páscoa. Os alunos poderiam optar por qualquer ilha.

No entanto, 5 acabaram por regressar a casa optando pelo ensino individual/doméstico. A Secretaria encontra-se em diálogo com os pais destes alunos

dado que, neste momento, exigem que o Governo Regional lhes pague as explicações particulares.

Verificou-se a abertura do ano lectivo 94/95, em toda a rede escolar, sem grandes anomalias.

Prevê-se que estejam matriculados 62.518 alunos.

A Pré abrange, neste momento, mais de 6.950 alunos.

O fornecimento de material às escolas prossegue, embora condicionado pelas disponibilidades financeiras.

As aulas de compensação educativa têm sido concedidas desde que as escolas as solicitem e para elas tenham disponibilidade.

As escolas de formação profissional bem como as entidades privadas, que promovem cursos de formação profissional, têm de fazer o estudo de mercado o qual deve acompanhar o pedido de homologação dos programas.

As grandes reparações nas escolas do 1º Ciclo do Básico, necessitam de quantias avultadas e urgentes.

FUNDO REGIONAL DA ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR (FRASE)

Através deste programa pretende-se combater as desigualdades sócio-económicas.

Têm-se registado algumas declarações, de veracidade duvidosa, quanto à situação económica do agregado familiar, procurando-se, já no presente ano lectivo, exercer uma acção de mais apertada fiscalização.

Para o próximo ano prevê-se, só para transportes escolares, mais de um milhão de contos.

Para a sua actividade normal o FRASE necessita de um aumento significativo.

Transportes Escolares - Os pagamentos estão efectuados até ao fim de Fevereiro de 1994. Os transportes especiais escolares têm o seu pagamento actualizado.

As dívidas existentes reportam-se, unicamente, às carreiras normais em que viajam os alunos utilizando o “passe escolar”.

Para solucionar o pagamento dos “passes escolares” em atraso, será aberta uma linha de crédito às empresas cujos juros serão suportados pelo Governo.

Visitas - Após a reunião, a Comissão deslocou-se às Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de São João de Deus e à EscolaPreparatória de Angra onde visitou a ampliação realizada. A Comissão foi acompanhada pelo Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura e outros responsáveis, tendo dialogado com os professores e Presidente do Conselho Directivo que expuseram as suas dificuldades e soluções alternativas encontradas bem como, no caso da Escola Ciprião de Figueiredo, a necessidade de construção de uma nova EB 2,3. + Ensino artístico.

Sr. Presidente, isto agora são mapas.

Presidente: Sra. Deputada, isso são mapas, portanto não se conseguem ler.

A Oradora: No entanto, eu solicito aos serviços administrativos que os integrem no diário das sessões.

Presidente: Como?

A Oradora: Os serviços administrativos deverão providenciar para que sejam publicados.

Presidente: Sra. Deputada, estes mapas fazem parte do relatório e hão-de ficar transcritos no diário das sessões. Só que isto não tem possibilidade de ser lito convenientemente, d emaneira que reproduzir-se-á e a Sra. Deputada passa ao Capítulo II.

CAPÍTULO II

Reunião com o Senhor Secretário Regional da Saúde e Segurança Social

Na sua exposição, o Senhor Secretário Regional considerou satisfatório o balanço da sua actividade governativa destes dois anos, apesar das dificuldades financeiras que afectam a Região.

Realçou as acções comemorativas do Ano Internacional dos Idosos e as que decorrem no âmbito do Ano Internacional da Família, tendo entregue à Comissão vários opúsculos sobre a família dos quais se destacam “1994 Ano Internacional da

Família”, “CONSTRUIR a Mais Pequena Democracia no Coração da Sociedade”, “Sensibilização Para a Vida Conjugal”; “A Família e os Meios de Comunicação Social”; “Viver com a Criança”; “Educação Sexual”; “O Diálogo Necessário”; “ A Criança dos 3 aos 5 anos”; “Crescer com a Criança”; “Guia da Família Portuguesa” e “Conferência dos Ministros Europeus Responsáveis pelos Assuntos da Família-Síntese”. Estas publicações foram elaboradas pela Região Autónoma dos Açores; pela Direcção Geral da Família e pela Colecção “Estudos e Documentos”.

A Secretaria Regional da Saúde tem procedido a um trabalho intensivo de reorganização interna, mormente, na recolha de dados estatísticos.

Foi elaborado o registo oncológico da Região, necessário para estudos de base nesta área.

SEGURANÇA SOCIAL

Na área de execução material da Segurança Social foram criados os, seguintes equipamentos sociais:

I - Concluídos e já em funcionamento:

a) Infância e Juventude:

São Miguel:

- Centro Social e Paroquial de S. Roque - Ponta Delgada
- Creche Bernardo Manuel da Silveira Estrela - Ribeira Grande
- Centro de Apoio à Criança João XXIII - Ponta Delgada
- Residência de Raparigas Jacinto Ferreira Cabido - Ribeira Grande
- Centro de Apoio à Criança do Centro Social e Paroquial de S. Pedro - Ponta Delgada

Terceira:

- Centro Social do Bairro Joaquim Alves - Praia da Vitória
- Creche do Bairro Joaquim Alves - Praia da Vitória

Graciosa:

- Ludoteca, Santa Casa da Misericórdia - Praia
- Centro de Apoio à Criança da Santa Casa da Misericórdia - Praia

Pico:

- Centro de Apoio à Criança - Madalena
- Centro de Apoio à Criança - Lajes

b) Idosos

São Miguel:

- Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia - Nordeste
- Centro de Apoio a Idosos da Santa Casa da Misericórdia - Povoação
- Serviço de Apoio ao Domicílio da Santa Casa da Misericórdia - Ribeira Grande

Terceira:

- Serviço de Apoio Domiciliário da Casa do Povo dos Biscoitos - Praia da Vitória
- Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia - Angra do Heroísmo

Graciosa:

- Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia - Santa Cruz

São Jorge:

- Lar João Inácio de Sousa - custo final da obra incluindo projecto, obra, fiscalização, equipamento e custos de alojamento provisório dos idosos 440.582.665\$00
- Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia - Calheta
- Serviço de Apoio Domiciliário do Lar João Inácio de Sousa - Velas
- Serviço de Apoio Domiciliário do Instituto de Santa Catarina - Urzelina, Velas

Pico:

- Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia - Madalena
- Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia - São Roque
- Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia - Lajes

Faial:

- Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia - Horta Flores:
- Lar dos Idosos da Santa Casa da Misericórdia - Santa Cruz - Custo final estimado em 250 mil contos.

c) Apoio à Comunidade:**Terceira:**

- Polivalente da casa do Povo do Raminho - Angra do Heroísmo

Flores:

- Polivalente da Casa do Povo de Ponta Delgada - Santa Cruz

II - Encontram-se em curso as seguintes obras:

a) Infância e Juventude:**Terceira**

- Reconstrução do Edifício para Jovens das Lajes - Praia da Vitória
- Reconstrução do Edifício para o Jardim de Infância de São Gonçalo - Angra do Heroísmo
- Creche da Casa do Povo da Terra Chã - Angra do Heroísmo

b) Idosos**São Miguel**

- Remodelação e Ampliação do edifício do Lar de Idosos Luis Soares de Sousa - Ponta Delgada - O custo final do empreendimento, incluindo projecto, obras a mais, etc. foi de 404.406 contos.
- Construção do Lar de Idosos Augusto Ferreira Cabido - Ribeira Grande - O edifício do actual lar de idosos ficará livre em finais do corrente mês de Outubro, pelo que será dada continuidade ao processo e adjudicada a obra, na sequência de um processo de concurso autorizado pelo conselho do Governo em 1992.

- Centro Geriátrico de Angra - Fase de projecto.

c) Apoio à Comunidade:

São Miguel:

- Construção do Polivalente da Casa do Povo da Lomba da Fazenda - Nordeste

Terceira:

- Construção do Centro Recreativo do Juncal - Praia da Vitoria

- Construção do Polivalente da Aqualva - Praia da vitória

Pico

- Construção do Polivalente da Casa do Povo de Santo António - São Roque

- Construção do Polivalente da Casa do Povo de São Caetano - Madalena

- Construção do Polivalente de Santa Luzia - São Roque

- Construção do Polivalente da Casa do Povo de Ribeiras - Lajes

Faial

- Construção da 2ª Fase do Polivalente da Casa do Povo dos Flamengos - Horta

- Construção do Polivalente da Casa do Povo da Praia do Almocharife - Horta

d) Instalações Para os Serviços

São Miguel

- Remodelação das instalações dos Serviços de Segurança Social - Vila Franca do Campo

- Autorizada a abertura de concurso público para a obra do Polivalente de Serviços de Rabo de Peixe - Ribeira Grande

Terceira

- Autorizada a abertura do concurso público para a obra do Polivalente de Serviços da Fonte do Bastardo - Praia da Vitória

- Reconstrução, ampliação e adaptação do Solar dos Remédios para sede da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social - Angra do Heroísmo.
- Construção do Polivalente da Praia da Vitoria - Praia da Vitória

Pico

- Adjudicada a obra de remodelação do edifício polivalente da Praínha - São Roque

Flores

- Aquisição de um imóvel para instalação dos Serviços de Segurança Social da Ilha das Flores - Santa Cruz

CENTRO DE BEM ESTAR INFANTIL E JUVENIL JACINTO FERREIRA CABIDO

Existe um projecto para recuperação e adaptação do edifício a Lar Feminino, no 2.º piso, e Jardim de Infância, no 1.º piso, cujo orçamento de 1989 indica um valor de 62.972.499\$00.

Em Julho de 1991 foi a Instituição informada que a Secretaria Regional da saúde e Segurança Social “nada tinha a opor, do ponto de vista técnico e financeiro, quanto ao início do processo de concurso para lançamento da obra por parte dessa instituição”.

Em Dezembro de 1992, foi solicitado à IPSS que suspendesse o concurso, face às graves restrições orçamentais.

No Plano de Investimento de 1994 existe uma verba de 30.000 contos para este investimento.

Aguarda-se apenas que a IPSS envie um orçamento actualizado.

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DA PAROQUIA DE STA. CRUZ DAS FLORES

Este processo foi iniciado em 1988, tendo a IPSS alertado a SRSSS para o facto de o edifício do jardim de infância ficar situado na zona de segurança da ampliação da pista do aeroporto das Flores.

A DRSS alertou as Secretarias Regionais de Obras Públicas e Economia, para o facto daquele equipamento social ser único na ilha das Flores, tornando-se necessário garantir que não houvesse

interrupção das actividades, solicitando que a SRHOPTC desse início ao processo de construção de um edifício para o Jardim de Infância.

Posteriormente, foi publicada a Resolução n.º 93/89, onde o Governo resolveu declarar “a utilidade pública urgente das parcelas de terreno necessárias às obras de construção de uma Creche e de um Quartel de Bombeiros”.

O processo foi conduzido pela Direcção Regional de Infraestruturas Portuárias e Aeroportuárias (DRIPA) que, posteriormente, optou por um outro terreno na nova urbanização junto ao aeroporto, e mandou fazer um estudo prévio a uma firma do continente.

Tendo sido extinta a Base dos Franceses, foi solicitada a cedência de duas moradias para instalação do jardim de infância.

Em virtude da ausência de resposta por parte do Gabinete do Senhor Ministro da República, sobre a cedência das habitações, e na ausência de resposta da DRIPA sobre o envio dos antecedentes do processo sobre o projecto já indicado, por despacho do Senhor Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, de 94.08.05, foi decidido a contratação de um novo projectista para a execução de um projecto de construção de novo edifício para o Centro de Apoio à Criança (Creche e Jardim de Infância).

Aguarda-se apenas que o IAS remeta informação com indicação do programa base que permita iniciar o projecto.

QUADRO RES. DAS DESPESAS

		DE INVESTIMENTO	
		FINANCIAMENTO	
93	94*		
PLANO DE INVESTIMENTO		300	350
ORÇ. PRIVAT. CGFSS- ACÇÃO SOCIAL		397	179*
ORÇ. PRIVAT. CGFSS - CAPITAL		462	138*
		1159	?

* Os valores indicados reportam-se a 31 de Agosto de 1994.

III - SAÚDE -OBRAS

- Hospital do Divino Espírito Santo - São Miguel

Face aos condicionalismos financeiros, ficou algum tempo parado, tendo já reiniciado a sua construção.

Obra estimada em 16 milhões de contos.

Total Pago até Agosto de 94 - 4.051.006.853\$00, incluindo a fiscalização.

Prevê-se a sua conclusão para Fevereiro de 96.

- Centro de Saúde de Vila do Porto - Prevê-se conclusão até final de 1994 dados alguns atrasos.

Custo previsto (incluindo equipamento) +/- 750 mil contos.

Pago até Julho 94 - 359.913.774\$00, incluindo a fiscalização.

- Centro de Saúde de São Roque do Pico - custo previsto +/- 890 mil contos, Sofreu atrasos em relação ao cronograma inicial. Prevê-se a possível conclusão durante o 2.º semestre de 1995.

Dispendido até Julho/94 - 118.849.520\$00, incluindo a fiscalização da obra.

- Hospital de Santo Espírito - Concluídas as obras dos Blocos de Aprovisionamento e Consulta Externa, Administração e Serviços Administrativos, Hemato-Oncologia e Biblioteca / Sala de Conferências.

O projecto para a construção do Laboratório de Anatomia Patológica já foi posto a concurso.

Estudam-se novas obras.

Foi instalado e entrou em funcionamento parcial o serviço de TAC.

Até Julho foi dispendido no Bloco de Consultas Externas - 232.087.844\$00 e no Serviço de Aprovisionamento 34.708.206\$00.

- Centro de Saúde da Madalena - Projecto de arquitectura concluído para a construção de um anexo, destinado à instalação das garagens, lavandaria, gerador e aprovisionamento.

- Centro de Saúde das Lajes do Pico - Obras de remodelação e ampliação concluídas.

- Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa - Obras de remodelação e ampliação concluídas. Decorrem os concursos para aquisição de equipamento clínico e hoteleiro (camas).

- Termas do Carapacho - Obras de remodelação e ampliação concluídas.

- Centro de Saúde da Praia da Vitória - Iniciaram-se os estudos para o programa base da construção deste Centro de Saúde.

- Ampliação e Beneficiação do Centro de Saúde da Povoação - Iniciados os estudos para o programa base de ampliação e beneficiação deste Centro de Saúde.

- Postos de Saúde de Água de Pau - As obras adjudicadas. Prevê-se o início da construção em Outubro/Novembro 94.

As verbas foram transferidas para o Centro de Saúde de Ponta Delgada através das Portarias; nº 59 (91.09.24) no montante de 12.267.000\$00 e nº 21 (92.08.25) no valor de 15.000.000\$00, sendo esta última portaria paga em 93.01.14 por verbas do Plano de 93.

Em 92.09.23 a Direcção Regional de Saúde solicitou à DREC parecer e abertura de concurso para a empreitada de Construção.

O Processo de Concurso foi iniciado em Outubro/93. A adjudicação foi realizada em 94/Maio/25.

Aguarda-se a consignação da obra, o que ocorrerá, possivelmente, no decorrente mês de Outubro.

- Posto de Saúde da Ribeira Quente - Processo iniciado em finais de 91 e adjudicação autorizada em Conselho de Governo 93.06.03.

Em termos de investimento temos o seguinte quadro relativo ao ano de 1993 e 1994.

Construir-se-à um bloco de média cirurgia no Centro de Saúde de São Roque, embora o seu equipamento não esteja previsto para já.

Relativamente às deslocações de doentes para consultas de especialidade foram dadas indicações para que as mesmas sejam devidamente justificadas, dados os abusos que, muitas vezes, eram detectados. Mas não foi dada nenhuma orientação restritiva, que possa ser lesiva da saúde do utente. Nunca a economia das verbas dos Centros de Saúde poderá ou deverá passar pela retenção dos doentes na sua ilha, quando se justificar qualquer consulta de especialidade.

Após a reunião, a Comissão acompanhada do Senhor Secretário Regional da Saúde e Segurança Social e outras entidades, deslocou-se em visita às obras em execução do “Edifício para Jovens nas Lajes” - Praia da Vitória; “Polivalente da Casa do Povo da Agualva” e “Polivalente da Praia da Vitória”.

Os deputados do Partido Socialista não acompanharam esta visita, em virtude destas acções não constarem do Plano Regional de Investimento em apreciação.

Consideram que estas e outras obras realizadas com verbas do Orçamento da Segurança Social e, como tal, não constarem do Plano e Orçamento Regionais, fogem à decisão e controle político da Assembleia Regional, conforme declaração que se anexa.

Igualmente foram visitadas as obras de ampliação do Hospital de Santo Espírito.

No decurso da visita foi aberto um debate no qual foi analisado o funcionamento desta Unidade de Saúde, nomeadamente, dos serviços do TAC, recentemente instalado, bem como dos Serviços de Radiologia.

Obras Previstas No Plano da Segurança Social e não iniciadas

- Creche e Jardim de Infância do Centro de Bem Estar Social de São José;

- Creche de Apoio Ocupacional para Crianças Deficientes;
- Lar Feminino Jacinto Ferreira Cabido;
- Creche e Jardim de Infância do Centro Social de Santa Cruz das Flores;
- Lar dos Idosos Augusto César Ferreira Cabido;

Declaração de Voto do PS

Os Deputados do PS na Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, não acompanharam a Comissão na visita às obras em curso no Polivalente de Serviços da Prasia da Vitória, na Residência de Jovens nas Lajes e na Casa do Povo da Agualva, em virtude destas acções não constarem do Plano Regional de Investimentos ora em apreciação. Estas e outras obras são feitas com verbas do orçamento da Segurança Social e como tal ao não constarem do Plano e orçamento Regionais, fogem à decisão e controlo político da Assembleia Regional.

Uma vez que compete aos Deputados acompanhar a execução material do Plano, é claro que obras que neste não estejam contempladas não devem ser objecto de apreciação.

Angra, 11/10/1994

Os Deputados do PS, *Fernando Fonte, Francisco Sousa, Nélia figueiredo, ricardo Barros e Hélio Pombo.*

CAPÍTULO III

Reunião com o Senhor Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações a 12 de Outubro, p.p..

O Senhor Secretário Regional, considerando o curto prazo em que é titular do cargo e a vastidão e complexidade dos dossiers que estão sob a sua responsabilidade, solicitou permissão para se fazer acompanhar pelos seus Directores Regionais de

forma a permitir que a Comissão ficasse devidamente esclarecida, sob o ponto de vista técnico de cada uma das áreas do seu âmbito, sem prejuízo da componente política que foi assumida pelo próprio Secretário.

Assim estiveram presentes nesta reunião a Eng^a. Ana Carvalho, Directora Regional da Habitação; o Dr. Gualter Correia, Director Regional dos Equipamentos Colectivos, e ainda o Engenheiro Marques, Director Regional de Estradas e Engenheiro Eduardo Moura, Director Regional das Infraestruturas Portuárias e Aéreo-Portuárias.

Foi a Comissão informada de que o Senhor Secretário propôs ao Conselho do Governo, realizado a 12 de Outubro, que as obras do Plano da SREC e respectivo orçamento passassem a constar no plano do respectivo departamento e não no da SRHOPTC como acontecia até aqui, clarificando, assim, uma situação que criava dificuldades políticas não passíveis de um entendimento claro de responsabilidades e, conseqüentemente, de fiscalização por parte da Assembleia Legislativa Regional, sendo o Secretário Regional da Educação e Cultura um mero proponente sem controle efectivo das obras da sua área de competência.

2 - Equipamentos Colectivos

Aberto o diálogo foram dadas as seguintes informações:

Colégio dos Jesuítas, em Ponta Delgada - considerada obra prioritária em termos culturais, no entanto, devido ao elevado custo da obra e falta de entendimento com o empreiteiro não se torna viável, sob o ponto de vista financeiro, dar seguimento imediato à obra.

Biblioteca e Arquivo - Obras de Electrificação (Ponta Delgada) - encontra-se com cerca de 70% de execução;

Centro de Saúde de Santa Maria - 70% de execução, prevendo-se a sua conclusão para o 1º trimestre de 95.

Hospital do Divino Espírito Santo (Ponta Delgada) - esta obra esteve parada, verificando-se uma dilatação do prazo de 288 dias, prevendo-se a sua conclusão para Fevereiro de 96;

Posto de Saúde da Ribeira Quente(São Miguel) - já se encontra assinado o contrato, devendo a obra iniciar-se em breve;

Posto de Saúde de Água de Pau (S. Miguel) - todo o processo pronto, faltando a assinatura do contrato;

Ampliação do Hospital de Santo Espírito (Angra) - encontra-se concluída esta fase;

Centro de Saúde da Graciosa - Em fase de conclusão;

Centro de Saúde de São Roque (Pico) - A obra já foi retomada.

Creche de São Pedro (Ponta Delgada) - A obra já se encontra concluída;

Lar Augusto Ferreira Cabide (Ponta Delgada) - Não executada por dificuldades financeiras;

Creche e Jardim de Infância de São Gonçalo (Angra) - Encontra-se num grau de execução de 65%;

Solar dos Remédios (Angra) - Com um grau de execução de 65%, tendo sofrido um abrandamento devido à falta de equipamento electro-mecânico da empresa adjudicatária;

Lar da 3ª Idade da Santa Casa da Misericórdia (Santa Cruz das Flores) - concluído;

Pousada da Juventude de Nossa Senhora do Parto (Ponta Delgada) - concluída;

Imóvel da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Ponta Delgada)- aguarda a apresentação de proposta;

INOVA (Ponta Delgada) - concluída a remodelação do edifício;

Palácio do Canto (Ponta Delgada) - foi cedido ao Tribunal de Contas;

Laboratório de Sanidade Vegetal (Ponta Delgada)- encontra-se em fase de conclusão;

Sede de Serviços Florestais (Ponta Delgada) - 50% de execução;

Sede de Serviços Florestais (Graciosa) - concluída;

Matadouro (Horta) - Deve iniciar-se em breve;

Gimno Desportivo (Horta) - As obras de consolidação de estrutura e do tecto não foram realizadas dado que o concurso limitado ficou deserto.

Tendo sido consultada outra empresa igualmente esta não se mostrou interessada, continuando a decorrer diligências junto de empresas hidráulico-mecânicas.

Foram feitas vistorias técnicas que indicam que a estrutura mesmo com as falhas existentes não oferece perigo;

O Complexo Desportivo do Lajedo e Estádio de Ponta Delgada encontram-se praticamente prontos.

As obras de Electrificação do Estádio João Paulo II será consignada em Outubro, e o projecto da sala de Judo e Musculação prevê-se que seja concluído até ao final deste ano, sendo imediatamente posto a concurso.

Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola da Lagoa (São Miguel) - Adjudicada a obra, aguarda disponibilidade financeira;

Escola das Sete Cidades (São Miguel) - ampliação da Escola do Plano dos Centenários, prevê-se o seu acabamento no decorrente mês de Outubro

Escola de Ponta Garça (São Miguel) - encontram-se adquiridos os terrenos.

Escola de São Vicente Ferreira (São Miguel) - Ampliação do edifício do Plano dos Centenários, procede-se ao estudo prévio e prevê-se a finalização do projecto para o próximo ano;

Escola dos Remédios - Lagoa (São Miguel) - concluída, faltando fazer o pagamento;

Escola nº 2 da Ribeira Grande (São Miguel) - concluída, faltando o pagamento;

Escola da Salga (São Miguel) - concluída, faltando o pagamento;

Escola do Outeiro dos Arrifes (São Miguel) - encontra-se elaborado o projecto para o aproveitamento de mais quatro salas de aula, não havendo, porém, disponibilidade financeira;

Escolas da Terceira - não foram feitas as grandes reparações, em colaboração com as autarquias, por falta de disponibilidade financeira.

Escolas EB, 2-3 / Secundárias

Escola de Vila do Porto (Santa Maria) - faltam executar os arranjos exteriores e a vedação. Esta obra de ampliação está concluída há 2 anos e será feita a recepção definitiva em breve.

Canto da Maia (São Miguel) - Encontra-se concluída a ampliação, faltando proceder aos pagamentos;

Antero de Quental (São Miguel) - A ampliação foi entregue a 30 de Setembro, tendo o Conselho Directivo solicitado a pintura exterior da parte antiga do edifício;

Secundária da Lagoa (São Miguel) - projecto pronto, aguardando indicação de prioridade para execução;

Parque desportivo da Ribeira Grande (São Miguel) - concurso realizado em 93 e aguarda disponibilidade financeira;

Escola Preparatória Ciprião de Figueiredo - Angra - obras de ampliação concluídas;

Escola Secundária Vitorino Nemésio (Praia da Vitória) - Ginásio será equipado até final do ano, mediante verbas transferidas da área do Desporto. O Equipamento oficial será contemplado em 95, não tendo tido cabimento orçamental;

Escola EB 2,3 / S Cardeal da Costa Nunes (Madalena do Pico) - A verba de 94 foi utilizada para outros pagamentos dado que não foi possível chegar a acordo com o empreiteiro.

Em 95 prevê-se um forte investimento no corpo central da escola de forma a que possa começar a funcionar no ano lectivo de 96/97.

Escola Preparatória da Horta (Faial) - Grande reparação concluída, faltando o pagamento;

Universidade dos Açores (Campus de Ponta Delgada)

Centro de Documentação (Ponta Delgada) - Apareceu só um concorrente ao concurso realizado, sendo a proposta razoável não tendo sido dada prioridade por estar dependente da hierarquização dos objectivos da U.A.

Departamento de Ciências Humanas (Ponta Delgada) - ficou concluído a 30 de Setembro.

Equipamento - a 1.^a entrega será feita em finais de Outubro

2.^a entrega em Novembro

3.^a entrega em Janeiro

Reitoria (Ponta Delgada) - feita a parte estrutural do edifício, não sendo possível, de momento, mais obras por dificuldades orçamentais.

Departamento de Geo- Ciências (Ponta Delgada) - destina-se a instalar o equipamento do programa Ciência e encontra-se elaborado o projecto.

Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP-Horta) - o ante-projecto encontra-se pronto na fase de audição de pareceres, estando delimitados os terrenos.

Departamento de Ciências Agrárias (Angra) - De acordo com a Universidade dos Açores, inicialmente, foi prevista uma área de construção de 5.000 m², tendo depois sido apresentado um programa base de 15.000 m².

Imóvel da Secretaria Regional da Juventude Comércio e Energia (Horta) - o concurso está feito faltando apenas a assinatura do contrato e o auto de consignação

Escolas EB 2,3 + EA de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo - não estão ainda adquiridos os terrenos nem elaborados os projectos, estando previstos para 95.

Escolas da Primeiro Ciclo do Básico

Grandes Reparações - pretende o Governo Regional encetar negociações com a Associação de Municípios e Câmaras Municipais com vista ao estabelecimento de protocolos que permitam resolver os problemas inerentes à reparação e conservação das escolas deste grau de ensino, que, em muitos casos, é realmente grave e preocupante.

3 - Habitação:

SAFIN - Tem verbas disponíveis e continua em execução.

AUTO-CONSTRUÇÃO - O programa esteve encerrado no ano em curso, reabrindo em 1995.

Serão, primeiramente, contemplados todos os processos em atraso relativos aos anos de 92 até ao limite dos montantes orçamentados.

Prevê-se a apresentação de legislação que permita uma fiscalização mais apertada, de forma a evitar alguns abusos detectados no decurso de alguns processos, o mesmo se aplicando no referente à recuperação da habitação degradada.

O Secretário Regional comunicou à Comissão que a proposta de nova legislação, a apresentar à Assembleia Legislativa Regional, se encontra numa fase final de elaboração.

Continuarão as acções de Apoio à Aquisição de Habitação Própria, Infraestruturação de Lotes, Construção de Habitação a Custos Controlados e Recuperação de Habitação Degradada.

Verifica-se que na Terceira e Faial as empresas não têm aderido ao projecto de Construção de Habitação a Custos Controlados. Há, porém, na Terceira duas empresas que já demonstraram algum interesse.

Aberto o diálogo, verificou-se que, relativamente, aos Lotes da Carreirinha (Angra) está feita a infra-estruturação dos terrenos, estando, porém, o projecto de construção inicialmente previsto, a ser alterado por solicitação da Câmara Municipal de Angra que o considerou inadequado, dada a sua localização, numa zona de acesso directo a uma cidade Património Mundial.

Encontra-se em estudo o protocolo a ser celebrado com as Câmaras Municipais relativo ao programa de realojamento a realizar conjuntamente com o IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado) e o INH (Instituto Nacional de Habitação)

Estando presentes os Directores Regionais das Estradas e Infraestruturas Portuárias e Aéreo-Portuárias foram colocadas outras questões relacionadas com as respectivas áreas que nos abtemos de incluir neste relatório por, certamente, terem sido tratadas em sede de Comissão própria.

CAPÍTULO IV

Reunião com o Senhor Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio,
Indústria e Energia

O Senhor Secretário Regional começou por referir a complexidade inicial da sua acção resultante da fusão das duas anteriores Secretarias da Economia com a da

Juventude, Emprego e Formação Profissional. Desta fusão resultou um decréscimo de 134 funcionários, dado que a globalidade das duas anteriores Secretarias era de 600 funcionários, existindo, actualmente, 466.

A nova orgânica será aprovada em breve encontrando-se para parecer na SRFPAP.

Pousadas da Juventude - encontram-se concluídas as de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, já tendo sido aberto concurso para o equipamento, prevendo-se que possam entrar em funcionamento em Fevereiro ou Março de 95.

A forma de Administração das mesmas tem sido debatida no âmbito do Conselho Consultivo Regional da Juventude, tendo sido solicitado um parecer a uma empresa especializada.

A administração das Pousadas de Juventude poderá vir a revestir a forma de Sociedade Anónima, com a participação do Governo, Associação de Municípios e Movimentos Associativos de Juventude, sendo o Governo Regional o accionista maioritário.

A Pousada de Nossa Senhora do Parto (em Ponta Delgada) tem capacidade para 80 pessoas e a do Negroito (em Angra do Heroísmo) para 60 pessoas.

Estão inscritas 14 Associações de Juventude e foram apoiados. 11, mediante a apresentação de projectos-programas.

Será criado um novo programa de Apoio à Escola nas áreas do 2º Ciclo e Secundário para ocupação dos alunos nos tempos livres, subsequentes à não existência de tempos lectivos contínuos.

Foram promovidos vários festivais apoiados pela Secretaria denominados “Novas Ondas” nas Ilha de São Miguel e Terceira.

Têm sido mantidos diversos contactos com diferentes organizações de Juventude quer a nível nacional quer a nível internacional.

SIJE (Sistema de Incentivos a Jovens Empresários) - No âmbito deste programa foram apresentados 16 projectos, tendo sido aprovados 12 com a correspondência de 53 novos postos de trabalho.

Este programa tem como fonte de financiamento a Fundação da Juventude, a nível nacional.

APOIO A HABITAÇÃO PARA JOVENS CASAIS - Em 1993 foram apoiados 319 jovens casais (com excepção das ilhas Graciosa e Corvo) num montante de 241.970 contos.

Em 1994 foram apoiados 571 jovens casais num montante de 392.324 contos.

CENTRO INFOR-JOVEM - Já se encontra em funcionamento o de Ponta Delgada. Encontram-se em formação os Monitores para o Infor-Jovem de Angra que deve iniciar-se em 95. O da Horta deve ter início em 1996.

No combate à toxidependência prevê-se a criação de um centro experimental de desintoxicação no âmbito do “Projecto Vida”.

Foi celebrado um protocolo com a Universidade dos Açores para a realização de um estudo sobre a Juventude e como complemento ao já realizado em 1989.

Aberto o diálogo foram abordadas várias questões que, sinteticamente, se relatam.

No apoio aos jovens casais a Secretaria concede um apoio supletivo relativamente ao concedido ao abrigo do SAFIN de mais 15% sobre o montante atribuído pela SRHOPTC.

Nos outros programas é atribuído um apoio supletivo de mais 20% sobre o montante atribuído pela SRHOPTC.

ÁREA LABORAL - Foi criado o Conselho Consultivo de Formação Profissional junto do Centro de Formação Profissional dos Açores.

Nas delegações das Secretarias prevê-se, a criação de três Divisões coordenadas por um Delegado.

Levantada a questão da nova orgânica da Secretaria e o previsível desaparecimento dos Centros de Emprego de Angra e Horta mantendo-se apenas o de Ponta Delgada, o Senhor Secretário informou que essa informação não correspondia à verdade.

Na área da fiscalização foram dadas orientações tendentes a que actuem conjuntamente as Inspecções de Trabalho e Económica, facultando assim uma maior interligação e uma maior eficácia no terreno, criando, simultaneamente, uma melhor e maior igualdade de critérios.

A actuação da fiscalização tem sido exercida, numa primeira fase, com carácter pedagógico, passando depois à acção punitiva em caso de não acatamento das directivas legais.

Nos Centros de Emprego da Região existem 6.500 desempregados inscritos, o que corresponde a 6,9% de desempregados. Para contrabalançar a situação de crise vivida em 93/94 foi criado um novo programa denominado M.E.F.E. (Medidas Especiais de Fomento de Emprego) que abrange todas as ilhas e trabalha em colaboração com as Autarquias, com as IPSS's e algumas particulares.

Em 1993 e 94 beneficiaram deste programa 485 e 988 pessoas, respectivamente.

Existem ainda os denominados MEFE's pré-qualificantes que visam dar alguma qualificação profissional, para uma melhor inserção no mundo do trabalho. Do acompanhamento pós-formação sabe-se que a grande maioria se encontra empregada. Será implementado um novo programa designado Pró-Forme que visa substituir o programa PAC (Programa de Apoio à Construção) e o EF (Emprego e Formação) que se encontram desactualizados, visando um melhor aproveitamento dos fundos do F.S.E. e ainda dotar os activos com a formação profissional, essencial para uma reconversão ou integração no mundo do trabalho.

Verifica-se, por parte da classe piscatória, nomeadamente em Rabo de Peixe, uma certa resistência à utilização do programa previsto para ocupação sazonal, razão porque, neste momento, se estuda a criação de um programa especial relacionado com actividades piscatórias.

Existe uma preocupação acentuada de elaboração dos diversos programas de forma a permitir o seu acesso aos fundos comunitários.

As verbas do F.S.E. vêm directamente do DASF (Departamento dos Assuntos do Fundo Social Europeu) para as entidades promotoras.

Na situação intercalar os promotores recorrem à Banca, suportando o Governo Regional os respectivos juros.

Das diversas acções de formação resultaram, nos Açores, 11.000 (onze mil) formandos.

Tem-se procurado incentivar a formação profissional em concomitância com a frequência da escolaridade obrigatória.

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO - Têm-se realizado diversas acções no âmbito da Formação, sensibilização e informação.

CAPÍTULO V

Reunião com o Senhor Subsecretário Regional da Comunicação Social

Nos Açores, há um custo social no acto de produzir informação e o Governo ao compartilhar esses custos, não só ajuda as empresas, como facilita o acesso dos cidadãos a tais bens.

Assim, no domínio das ajudas à situação dos media, durante a vigência do V Governo, foi dispendida já uma verba superior a 100 mil contos. Deste montante 93% foi consignado à imprensa diária e não-diária e a parte restante à radiodifusão.

O quadriénio 89/92 foi determinante na disponibilização de meios financeiros para a renovação das estruturas tecnológicas das empresas privadas de comunicação social. O investimento global realizado nesse período ultrapassou os cem mil contos, tendo sido participado pelo orçamento regional em mais de 50 mil contos.

No contexto da Formação Profissional, foi determinante a parceria técnica do CENJOR e do Centro de Formação de Jornalistas a quem, no âmbito dos protocolos celebrados com o Governo Regional, coube a tarefa de definir os conteúdos programáticos e realizar oito acções de formação e valorização para agentes de comunicação social dos Açores.

Por outro lado, o Governo Regional tem contribuído decisivamente para expansão das actividades das empresas concessionárias do serviço público de radiodifusão e de televisão, financiando a aquisição e instalações de infraestruturas de produção e emissão.

As verbas consignadas no Plano de 1993 - seis mil contos - pelo Governo Regional, para compartilhar trabalhos de micro-cobertura radiofónica, não vieram a ser utilizadas pela RDP, que no entanto, com meios próprios, veio a instalar o retransmissor do Nordeste, a que se destinava a referida verba. No corrente ano, estão em curso os trabalhos de avaliação técnica para instalação dos retransmissores do Nordeste (São Miguel) e do Pico do Antão / Santa Maria), este de importância acrescida

pelas funções alternativas que poderá desempenhar na cobertura da costa sul de São Miguel, em eventuais situações de catástrofe que aqui ocorram.

Relativamente à cobertura televisiva dos Açores, também se registou significativa evolução, desde Outubro de 1992, Mercê da cooperação estabelecida entre o Governo Regional e a então TDP,SA, hoje Portugal Telecom, e ainda da Colaboração de diversas autarquias, quatro novas estações de difusão foram entretanto instaladas, com elas, as populações de São Miguel (Ribeira Quente), São Jorge(Velas) e sobretudo das Flores (Mosteiro, Fajãzinha e Fajã Grande) passaram a aceder em boas condições técnicas ao sinal das emissões da RTP/Açores.

Da exclusiva responsabilidade do Governo Regional e da Teledifusora de Portugal, que estabeleceram entre si um protocolo de colaboração no desenvolvimento do serviço de transporte e difusão dos sinais de televisão nos Açores, em 1993 foi concluída a instalação do retransmissor do Cascalho Negro (São Miguel), prevendo-se que o mesmo aconteça ainda este ano, relativamente ao da Lagoa do Pilar (São Miguel).

Refira-se, finalmente, a política de participação e valorização das Comunidades Açorianas emigradas que, na área da Comunicação Social, se traduz na difusão regular de informação para os países de acolhimento, designadamente através da agência Açorpress, da RTP/Açores e da RDP/Açores, com o suporte financeiro do Governo Regional.

A RTP/A, nas Flores está a emitir apenas com sinal provisório, considerando o Governo que a responsabilidade é da Telecom-Portugal.

CAPÍTULO VI

Considerações Finais

No biénio 92/94, a situação financeira nos Açores passou por graves dificuldades financeiras, agravadas pela conjuntura nacional e internacional, também desfavorável.

Contudo, a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, no âmbito das áreas que, regimentalmente, lhe estão atribuídas, julga poder concluir que, perante as dificuldades acima referidas, a actuação do governo foi, globalmente, positiva.

Assim, a execução do Plano fez-se dentro das limitações das verbas disponíveis, sendo de registar o esforço feito para a criação das condições minimamente indispensáveis para a retoma das obras não realizadas neste biénio e o lançamento de algumas novas obras que permitirão um acréscimo de bem estar social e dará um certo contributo para a retoma económica que se deseja tão rápida quanto o possível.

A Comissão não pode deixar de realçar a postura de diálogo e realismo tidas pelos Secretários Regionais a cuja audição procedeu e congratula-se com tal facto dado que o povo dos Açores, neste caso na pessoa dos seus representantes, exige uma política de verdade e transparência.

Ponta Delgada, 7 de Novembro de 1994.

A Relatora, *Fátima Oliveira*

Aprovado por maioria, com a abstenção do PCP e os votos contra do PS.

O Presidente, *Rui Carvalho e Melo*

P.S. À Comissão foi fornecida, pelos Senhores Secretários Regionais ouvidos, vária documentação complementar sobre a actividade governativa neste biénio.

A Comissão disponibilizará essa documentação a todos os senhores deputados que o desejam.

Anexos : Declarações de voto do PS e do PCP.

Declaração de Voto

O Deputado da Representação Parlamentar do PCP absteve-se na votação do presente relatório na medida em que após as audições dos membros do Governo Regional nada nos leva a concluir sobre qualquer boa política do Governo Regional na execução dos planos de 1993 e 1994, antes pelo contrário, verifica-se que muita da

execução dos Planos não foi conseguida, tendo os próprios membros do Governo admitido isso mesmo, invocando dificuldades financeiras.

Resta-me acrescentar que a presença e as informações dadas perante a Comissão pelos membros do Governo Regional é feita de acordo com o Estatuto da Região e o Regimento da Assembleia. Assim, em nosso entender, a única conclusão a tirar sobre a matéria, é que os membros do Governo Regional apenas cumpriram aquilo a que são obrigados.

Ponta Delgada, 8 de Novembro de 1994.

O Deputado do PCP, Paulo Valadão

Declaração de Voto

Os Deputados do Partido Socialista na Comissão de Juventude e Assuntos Sociais votaram contra o relatório por duas ordens de razão:

Primeiro por discordarem quanto à metodologia usada na feitura do relatório nomeadamente por se ter transcrito neste, diversa informação que constava de documentos entregues à Comissão pelos membros do Governo e que em nosso entender deveriam constar como anexos.

Não se privilegiou assim outro tipo de informações que julgamos tinham mais interesse realçar.

Em segundo lugar votaram contra por discordarem do conteúdo do relatório que tem um acentuado pendor desculpabilizante da actuação do Governo que ao fim e ao cabo é o responsável pelo seu incumprimento dos sucessivos Planos.

As acções constantes dos Planos para 1993 e 1994 já constavam na sua esmagadora maioria de Planos anteriores e o seu início ou conclusão tem sido sucessivamente adiada ano após ano. Ou seja os Planos não foram cumpridos.

E este o tom geral que resultou da audição dos diversos membros do Governo. Não é esta a realidade que este relatório espelha.

Ponta Delgada, 8 de Novembro de 1994

Os Deputados do PS, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo e Ricardo Barros.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pediu a palavra para?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

Parecerá à primeira vista que este comentário que eu vou fazer poderá não ter cabimento e por isso o transformo-o em pedido de esclarecimento.

Refere-se neste relatório, na página 24 o seguinte: “construir-se-á um bloco de pequena/média cirurgia no Centro de Saúde de S. Roque, embora o seu equipamento não esteja previsto para já”.

Se nos reportarmos à resposta que eu tenho do Sr. Secretário Regional da tutela a um requerimento que eu lhe enviei, dada em Agosto, a mesma refere nomeadamente o seguinte: “este novo Centro de Saúde de S. Roque está em vias de conclusão e custará à Região uma verba de cerca de 800 mil contos”.

Todo este esforço demonstra, como não podia deixar de ser, a preocupação para Ilha do Pico, como aliás para todas as ilhas da Região, com todas as infraestruturas de saúde necessárias.

O novo Centro de Saúde de S. Roque tem prevista a existência de um bloco operatório de média cirurgia.

Por razões de desenvolvimento e de prioridades, foi definido que só deveria avançar na última fase da obra.

Assim, estando a obra do Centro de Saúde em conclusão (isto em Agosto), tal foi decidido, como estava programado, avançar com a construção do referido bloco operatório de média cirurgia.

Pedia à Comissão que em termos de redacção retirasse o “pequena”, porque nestas questões de ilhas que já são grandes mas que querem considerá-las sempre pequenas, o “pequena” até se pode transformar depois em posto de saúde.

Era esta a observação que eu queria aqui deixar, veementemente, como homem que tem na mão um documento que é oficial.

E mais: estive à procura neste relatório e não encontrei esse aspecto, até pode ser uma questão a aprofundar mais adiante, mas também não é muito importante. Ou seja, quando eu participei na reunião da Comissão, o Sr. Secretário realmente disse que esta história do equipar-se manter-se-ia. Mas depois em Novembro ele já não manteve.

Porém aqui, neste Relatório ora apresentado e certamente votado, depois da audição ao Sr. Secretário em Outubro, refere-se que será equipado mais tarde, "... embora o seu equipamento para já..."

Mas o que é certo é que depois o Sr. Secretário respondeu-me que sim senhor, quando o Centro de Saúde de S. Roque fôr inaugurado em Junho/Julho de 95, certamente estará equipado.

Era isto que eu queria deixar aqui bem vincado, porque foi isto que se passou e o documento da Secretaria está aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo na qualidade de Presidente da Comissão, para prestar os esclarecimentos, se puder fazê-lo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de saber quem é que assina esse documento que nos citou aqui?

Eu não o conheço.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Lisete Silveira.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na página 8, no que se refere ao Faial, diz-se numa frase muito pequenina o seguinte:

“As instalações do CIFOP são as possíveis.” - as possíveis em relação a quê?

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se V. Ex^a. quisesse fazer o favor de tomar nota, juntamente com a Mesa, a fim de mandar ao Sr. Deputado Rui Melo o ofício que foi recebido nesta Assembleia da Secretaria-Geral da Presidência do Governo, transcrevendo também a resposta ao meu requerimento. É o ofício nº 1565, de 24 de Agosto de 1994.

Acho que é a maneira mais clara do Sr. Deputado Rui Melo ficar informado dos documentos todos, porque a proveniência dos mesmos através da Mesa, será certamente mais segura do que através de um Deputado da oposição, neste caso.

Presidente: Pois se o Sr. Deputado puder tirar a fotocópia, é mais expedito e mais rápido e fica o problema resolvido.

O Sr. Deputado Manuel Serpa pediu a palavra há pouco para?

Deputado Manuel Serpa (PS): Para pedir esclarecimentos sobre esta matéria do relatório, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É sempre gratificante ser elucidado.

Eu não sei se o Sr. Presidente da Comissão me sabe esclarecer - acho que é complicado - concretamente na página 32, relativamente à Escola Cardeal Costa Nunes, diz-se que “a verba de 94 foi utilizada para outros pagamentos, dado que não foi possível chegar a acordo com o empreiteiro”. Eu fico estarrecido!

Qual empreiteiro?!

O mesmo que continua a fazer agora a obra?!

O mesmo que teve sempre 3 indivíduos a fingir que faziam e não faziam?!

A obra vai continuar, de forma que possa começar a funcionar no ano lectivo de 96/97, com um forte investimento e com o mesmo empreiteiro?

Eu gostaria de ser elucidado sobre este assunto, não sei se é ou não possível.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os Srs. Deputados do Partido Socialista esquecem ou não se aperceberam de que este relatório cita as audições aos Srs. Secretários Regionais e que é fiel às informações que o Sr. Secretário deu na Comissão.

Podem existir alguns reajustamentos de redacção. É óbvio que num longo e exaustivo relatório, mesmo depois de ter sido lido em Comissão perante os diversos Deputados, existam coisas que possam ser aperfeiçoadas.

Gostaria de dizer aos Srs. Deputados que em relação a algumas sugestões aqui postas neste relatório, terão oportunidade de questionar os Srs. Membros do Governo sobre isso.

Penso que alguns Membros do Governo foram confrontados. Assumiram, no caso da Escola Cardeal Costa Nunes uma posição.

No presente relatório o Sr. Secretário deu-nos uma informação completa. E foi feita uma síntese, a síntese possível, até que pode ter vindo a deturpar aquilo que ele queria dizer. Mas o relatório serve para isso mesmo, ou seja, para podermos questionar os Membros que vão cá estar presentes para esclarecer esses pormenores.

Por isso pedia aos Srs. Deputados do Partido Socialista que colocaram as questões que o fizessem aos Srs. Secretários Regionais.

Em relação às instalações do CIFOP, a referência não é feita apenas ao Faial. São todas as instalações do CIFOP na Região que se encontram em más condições.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para mais esclarecimentos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É só para dizer que o ofício que traz essa resposta começa assim:

“Encarrega-me Sua Ex^a. o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social de enviar a V. Ex^a. a resposta do requerimento”.

Portanto, se o Sr. Secretário Regional encarrega alguém de enviar, é porque despachou nesse sentido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para dar mais um esclarecimento.

Deputado Rui Melo (PSD): De facto, Sr. Presidente, eu não respondi à questão do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Eu quando perguntei quem é que assinava o documento, foi por uma razão muito simples. Ou seja, quem responde pelas acções políticas e pelo exercício da administração na Secretaria, é o Sr. Secretário da tutela.

E quem prestou declarações à Comissão foi o Sr. Secretário Regional que respondeu, politicamente, perante a mesma.

Por isso, não posso estar a alterar uma coisa que o Sr. Secretário é que assumiu.

Contudo, a Sr^a. Deputada Fátima Oliveira pediu a palavra para complementar, porque é relatora desta Comissão, este esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Fátima Oliveira para também prestar esclarecimentos sobre esta matéria.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma intervenção muito breve, apenas para esclarecer que realmente houve aqui um lapso do qual eu nem me apercebi aquando da leitura do relatório, o que não é de admirar, pois disse-me a Mesa que durou 1 hora e 5 minutos, por isso às tantas eu já nem sabia o que é que estava a ler. Sabia o que é tinha ouvido, mas talvez não tivesse dado pelas palavras.

A palavra “pequena” está a mais, foi o termo que foi usado.

Por outro lado, eu gostaria de dizer que aparecem aqui algumas frases que parecem não estar inseridas num determinado contexto, embora se tenha procurado englobá-las num determinado conjunto. Como por exemplo a simples frase “as instalações do CIFOP são as possíveis”.

Ora, habitualmente na Comissão nós tínhamos uma metodologia que é variável porque, felizmente, não temos metodologias estáticas.

Normalmente, o Sr. Secretário faz uma exposição e, depois, é fácil fazer o relato integral do trabalho organizado.

Depois segue-se um período de perguntas e respostas.

Ora, transcrever as perguntas e as respostas, como os Srs. Deputados devem compreender, seria quase humanamente impossível. A não ser que a gente tivesse que fazer um diário de comissões, neste caso.

Por isso, quando eu tenho o cuidado de dizer foi aberto diálogo e foram dados os seguintes esclarecimentos, isso significa exactamente, que a partir dali, eu estou a registar as respostas que foram dadas a perguntas colocadas por qualquer um dos Srs. Deputados que pertence à Comissão.

Portanto, se acharem uma metodologia melhor e fazer nestas audições um tipo de diário das sessões, óptimo, encantada da vida, porque talvez seja preciso arranjar um técnico para fazer isso.

Muito obrigada.

Presidente: Pedia ao Sr. Relator da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais para proceder à leitura do respectivo relatório.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

—

Relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE NOVEMBRO 1994

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

1- A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais é constituída pelos seguintes deputados:

a) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Deputado Jorge Valadão dos Santos (Presidente)
- Deputado José Maria Bairos (Relator)
- Deputado Manuel Amaral
- Deputado Artur Martins
- Deputado Jorge Nascimento Cabral
- Deputado Manuel Gil Avila
- Deputado José Aguiar

b) Do Partido Socialista (PS)

- Deputado Carlos César

- Deputado Rui Pedro Avila (Secretário)

- Deputado José Humberto Chaves

- Deputado Fernando Menezes

c) Do Partido Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP)

- Deputado Alvarino Pinheiro

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Deputado Paulo Valadão

2 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, reuniu nos dias 24,25 e 26 de Outubro, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Angra do Heroísmo, nos dias 9 e 10 de Novembro na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Ponta Delgada e nos dias 14 e 15 de Novembro na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Angra do Heroísmo.

3 - No dia 24, faltaram justificadamente os deputados Alvarino Pinheiro, Manuel Gil Avila e José Aguiar.

O deputado Manuel Amaral foi substituído nos dias 24 e 25 pela deputada Fátima Oliveira e no dia 26 pelo deputado João Cunha.

Os deputados Carlos César e Fernando Menezes foram substituídos pelos deputados Duarte Pires e Ricardo Barros.

4 - Nas reuniões dos dias 9 e 10 de Novembro o deputado José Humberto Chaves, foi substituído pelo deputado Silva Melo.

5 - Na reunião plenária dos dias 14,15 e 16, o deputado Artur Martins foi substituído pelo deputado Gastão Pacheco.

6 - O deputado Carlos César foi substituído pelo deputado Duarte Pires.

O deputado Fernando Menezes faltou justificadamente.

CAPÍTULO II

TRABALHOS REALIZADOS

1- A Comissão procedeu à eleição da Mesa que ficou assim constituída:

Presidente - Deputado Jorge Valadão dos Santos (PSD)

Relator - Deputado José Maria Bairos (PSD)

Secretário - Deputado Rui Pedro Avila (PS)

2 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais e no cumprimento da alínea e) do artº 57.º do Regimento, nos dias 24,25 e 26 de Outubro procedeu à audição de:

- Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública;
- Director do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açoreanas;
- Director do Serviço de Protecção Civil dos Açores;
- Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia;

Na mesma reunião plenária da Comissão foram aprovados os relatórios da visita de trabalho à Ilha de Santa Maria, que conjuntamente com as audições anteriormente referidas vão em anexo a este relatório, tendo sido aprovados por unanimidade.

3 - Na reunião plenária dos dias 9 e 10 de Novembro e para apreciação da proposta de Plano para 1995, foram efectuadas as seguintes audições:

- Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública;
- Subsecretário Regional da Cooperação Externa;
- Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia;

4 - Na reunião plenária dos dias 14 e 15 de Novembro procedeu-se à audição do Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, para análise do Plano para 1995 e foi analisado o D.L.R. 14/94 - Regime da Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Regional e a Administração Local, sobre o qual foi decidido ouvir o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

CAPÍTULO III

TRABALHOS PENDENTES

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais tem pendente para apreciação, os seguintes diplomas:

- a) Petição sobre a vegetação autoctone dos Açores;
- b) Proposta do D.L.R. N°14/94 - Regime de Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Regional e a Administração Local;
- c) Proposta de D.L.R. N°13/94 - Medidas de Descongestionamento da Administração Pública;

Sobre a Proposta de D.L.R. N°18/92 - Revogação do Decreto Legislativo Regional N°27/92/A, de 30 de Outubro, a Comissão recebeu um ofício de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a comunicar que o referido D.L.R. tinha sido retirado.

CAPÍTULO IV

PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais e no âmbito das suas competências, efectuará uma visita de trabalho à Ilha Graciosa, no dia 3 de Janeiro.

Angra do Heroísmo, 15 Novembro 1994.

O Relator, *José Maria Bairos*

O Presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Jorge Valadão dos Santos.*

AUDIÇÃO AO DIRECTOR DO GABINETE DE EMIGRAÇÃO E APOIO ÀS COMUNIDADES AÇOREANAS

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, no cumprimento do estipulado na alínea e) do artigo 57º, ouviu o responsável pelo GEACA, o qual expôs toda a acção do gabinete no ano de 1994.

1-Acções de Sensibilização e Formação

Na área da Juventude foram efectuadas várias visitas de alunos à Região, que durante a sua estadia participaram em acções de carácter cultural sobre a Região, compreendendo aulas de Português, História, Geografia e jogos tradicionais.

Destinado a professores e outros profissionais do ensino foram realizados as seguintes acções:

- a) XIII Seminário Portugal Atlântico e a Açorianidade participando 27 professores dos E.U.A., Canada, Brasil e Bermuda, divulgando a realidade açoreana nas áreas da Geografia, História, funcionamento da Autonomia e Economia da Região Autónoma dos Açores. Esta acção teve o apoio da Universidade dos Açores.
- b) VIII acção de formação para professores de Língua e Cultura Portuguêsas, acção esta que foi dirigida para a vertente pedagógica e didáctica.
- c) Cursos para animadores culturais na área do folclore tendo participado 24 animadores.

2-Acções de informação e divulgação da realidade Sócio-Cultural e Política Açoreana.

Nesta área são efectuadas transmissões via satélite de frequência bisemanal, da realidade açoreana, cujo trabalho é efectuado pela RTP-Açores e suportado financeiramente pelo Gabinete.

A mesma acção se efectua na área da rádio com o programa semanal “Na Rota das Ilhas” sendo fornecidas cassetes para as rádios das comunidades açorianas.

O Gabinete também dá apoio logístico na Região a profissionais da Rádio ou Televisão que se deslocam aos Açores para colherem imagens e transmiti-las através de programas locais.

Na área da imprensa são fornecidos jornais diários às Associações e Órgãos de Comunicação social das Comunidades, no mínimo de três. A escolha dos jornais geralmente é efectuada pelas próprias Associações.

Apoiaram-se também alguns Jornalistas que recolheram material na Região para posteriormente ser publicado em revistas.

3-Estudos e Publicações

O gabinete apoia alguns investigadores na área da cultura açoreana, bem como a apresentação de obras ou livros escolares para as escolas das comunidades, como foi o caso do livro escolar “ A brincar aprendemos - Os Açores”.

4-Ações de Intercâmbio e Dinamização Comunitária

Nesta área o Geaca apoia iniciativas que partem da Comunidade, deslocando conferencistas da Região, que em grande parte são solicitados à Universidade dos Açores.

No ano de 1994 o GERCA, deu apoio às seguintes iniciativas das Comunidades Açoreanas:

- XVIII Annual Conference on Portuguese American Education;
- I I Encontro de Professores de Português do Canadá e EUA;
- O Simpósio Filamentos da Herança Atlântida;
- Concurso literário Região/Açores cujos vencedores (2 jovens) se deslocaram aos Açores tendo o GEACA pago a deslocação
- Celebrações do 1º Centenário do Movimento Autonomista dos Açores;
- IV Reunião anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica;
- Grandes Festas do Divino Espírito Santo da Nova Inglaterra, sendo esta manifestação a única que recebe um contributo financeiro;
- 8ª Edição do “Ciclo de Cultura Açoreana”.

São também efectuadas exposições de pintura, envolvendo artistas da Região e das Comunidades.

5-Apoio Instrumental

O Gabinete com a finalidade de munir as Associações, Escolas e Instituições Culturais de meios que possam contribuir para a sua acção de animação sócio-cultural nas Comunidades, fornece:

- Biblioteca de autores ou de temática açoreana;
- Trajes regionais;
- Instrumentos musicais;
- Discos e cassetes de música popular;
- Diapositivos;
- Cassetes de video;
- Bandeiras da Região;
- Livros escolares, mapas do Arquipélago e literatura infantil;

6-Acções de Informação e apoio a candidatos a emigrante

São efectuados Cursos de Preparação de Emigrantes, o serviço de informação, a organização de processos e o esquema de apoio nas passagens.

Foi referido pelo Director do GEACA que em 1993 emigraram cerca de 628 pessoas, devendo este número passar para 500 em 1994.

Foi também abordado o problema dos deportados, sendo referido que nos últimos 5 anos, foram deportadas 127 pessoas, sendo várias as causas da deportação.

Os locais donde foram deportados:

78 - EUA - 61.4%

17 - Canada - 13.3%

32 - Parte incerta - 25,3%

AUDIÇÃO AO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, no dia 25 de Outubro procedeu à audição do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, nas áreas de competência da Comissão.

Cooperação Financeira

Foi referido que o Pedra I estava encerrado e que o aparecimento dum novo D.L.R. que altera os anteriores normativos da cooperação financeira directa, surge pela necessidade de adaptação decorrente do aumento das taxas de participação no Pedra I e Pedra II, ao mesmo tempo que foram abertas linhas de crédito para as Autarquias, possibilitando concorrerem a verbas na parte não abrangida pelos fundos comunitários.

Através da cooperação financeira directa já se dispendeu 320.000 contos no ano de 1994, estando ainda disponível uma verba de 140.000 contos até ao fim do ano.

No âmbito do Pedra I, foram dispendidos 18 milhões de contos, sendo 11 milhões da Comunidade .

Pedra II

Foi referido pelo Secretário Regional que, no que respeita ao Pedra II, foi assegurada a duplicação dos fundos comunitários.

Terá que haver uma gestão dos fundos de forma que sejam apoiados projectos em função da qualidade e não da quantidade.

Até ao momento, na unidade de gestão do Pedra deram entrada 37 projectos para apreciação.

Destes 37 projectos 4 já foram aprovados, 5 aprovados condicionalmente e 2 devolvidos para reformulação.

Na DROAP, para estudo encontram-se cerca de 40 projectos.

Foram aprovados transições do Pedra I para o Pedra II no valor de 1,2 milhões de contos, encontrando-se em estudo transições no valor de 700.00 contos.

Modernização e Serviços Sociais

Face à complementaridade do cofinanciamento do Fundo Social Europeu foi possível reforçar as acções de formação e a sua maior diversificação, nomeadamente a técnicos superiores.

Está em curso a informatização da Contabilidade Pública, ficheiro e controle de pessoal e ADSE.

Todo o projecto está interligado ao projecto nacional, existindo algumas dificuldades na sua aplicação.

AUDIÇÃO AO DIRECTOR DO SERVIÇO DE PROTECÇÃO CIVIL DOS AÇORES

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais tinha programada uma reunião com o Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, no dia 24 que não se realizou por falta de quorum, motivado por anomalias no transporte.

Tendo o Secretário Regional que se deslocar a Ponta Delgada, a audição na área da Protecção Civil foi efectuada no dia 25 ao Director do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores, Dr. Paulo Garrido.

Em Janeiro de 1995, será apresentado uma proposta de D.L.R. sobre a orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil, que visa a aplicação da lei de bases e a integração do sector de bombeiros na Protecção Civil.

Foi elaborado um protocolo com a Universidade dos Açores para a prestação de serviços na prevenção sismo- vulcânica 24 horas por dia, cujos custos são totalmente suportados pelos serviços de Protecção Civil.

Por outro lado a Universidade dos Açores foi apoiada na verba de 30.000 contos para a modernização da rede sismo-vulcânica cujo concurso para o equipamento já está a decorrer

Foram efectuados estudos para a implementação duma nova rede de comunicações para a Protecção Civil, bem como para as corporações de bombeiros que terão ao

seu dispor equipamento de comunicações entre o quartel, as viaturas , as ambulâncias e o Centro de Saúde.

O concurso para o equipamento será lançado em Outubro de 1994.

Informação e sensibilidade

Na área da sensibilização foram distribuídos panfletos, cadernos, etc, os quais fazem parte dum programa a nível nacional.

Com o apoio da U.E. foram efectuados dois concursos públicos para a feitura de spots televisivos e de um cartaz com a finalidade de sensibilizar a população nos cuidados a ter em caso de catástrofe, abordando os seguintes temas:

-Sismos

-Incêndios

-O que é a Protecção Civil?

-Primeiros socorros

Construções

No ano de 1994 serão abertos os concursos para a construção dos quartéis de bombeiros do topo - Ilha de S. Jorge e do Corvo.

Os quartéis de Lages do Pico e Santa Cruz das Flores que estavam previstos para o ano de 1994, apenas serão construídos no ano de 1996, prevendo-se a abertura do concurso para o 2º semestre de 1995.

Quanto aos novos quartéis de Ponta Delgada e Ribeira Grande, apenas serão contemplados no próximo PMP.

Viaturas

Foram abertos vários concursos para viaturas de incêndio e ambulâncias contemplando grande parte das corporações de bombeiros da Região.

Equipamento

Foi aberto concurso público para fornecimento de diverso equipamento no ano de 1993, estando programado outro concurso para 1994, que rondará a verba de 30.000 contos.

AUDIÇÃO AO SECRETÁRIO REGIONAL DA JUVENTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E ENERGIA

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais procedeu à audição do Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, na área do cooperativismo.

Foi declarado que após a reorganização e dinamização do Movimento Cooperativo Regional, procedeu-se a relações de cooperação e estruturação das mesmas, através do IRASC (Instituto Regional de Apoio ao Sector Cooperativo).

Este apoio centrou-se a nível da informação do que se passa a nível europeu no sector cooperativo, a necessidade da aposta na qualidade e da legislação à qual as cooperativas podem recorrer para apoio financeiro.

A nível da formação, apostou-se na formação dos dirigentes, na montagem de sistemas de contabilidade e apoio jurídico.

Por outro lado o IRASC procede à apreciação de todos os pedidos de apoio financeiro e também à fiscalização da sua aplicação.

Na área do redimensionamento das organizações cooperativas, os resultados não são os melhores, apenas tendo funcionado na fusão operada pelas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo.

Foram vários os apoios ao sector cooperativo, tanto na área do saneamento financeiro, como na área do investimento para a sua modernização e criação de infraestruturas.

Aqui actuaram vários departamentos além da S.R.E.C.I., como por exemplo a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas.

As áreas apoiadas foram:

- Formação Profissional através do Fundo Social Europeu;

- Apoio à criação de postos de trabalho através das iniciativas locais de emprego e manutenção de postos de trabalho;
- Compensação de juros em investimentos efectuados pelas cooperativas;
- Apoio à armazenagem e modernização dos circuitos comerciais;
- Subsídios directos às Cooperativas para saneamento financeiro ou investimentos.

Na Região Autónoma dos Açores existem 113 Cooperativas, que totalizam 24.445 associados e um volume de vendas de cerca de 9 milhões de contos.

O Secretário Regional foi questionado pela Comissão se os apoios financeiros ao saneamento das Cooperativas, contribuíram de facto para a sua viabilidade futura ou se iriam continuar as injeções financeiras no futuro.

O Secretário Regional informou a Comissão que a maioria das Cooperativas tem no momento boas perspectivas de futuro, persistindo 2 ou 3 casos em que a viabilidade económica é muito difícil ou impossível.

AUDIÇÃO À DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTA MARIA

No dia 14 de Setembro pelas 15.00 horas a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, foi recebida nas instalações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria, pelo seu presidente acompanhado por vários elementos da direcção.

Após as boas vindas, o Presidente da Associação caracterizou a Associação.

A Associação foi fundada em 16 de Agosto de 1985, tendo sido inaugurado o actual quartel no ano de 1990.

Tem no momento cerca de 230 sócios e um corpo de 40 bombeiros, sendo 5 a tempo inteiro os quais efectuem o trabalho de transporte de doentes, recebendo a Associação da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social cerca de 532.000\$00/mês para o pagamento de vencimentos e outros encargos.

A nível do material, a Associação dispõe de:

- 1 Carro de 1ª intervenção
- 1 Auto-tanque
- 1 Carro de transporte de pessoal
- 2 Ambulâncias (uma nova e uma mais antiga)

A Associação recebe uma verba de cerca de 290 contos/mês para combustíveis, sendo o pagamento dos seguros do pessoal assegurado pela Câmara Municipal, que atribuía um subsídio de 1500 contos/ano, atribuição essa que nos últimos dois anos tem estado suspensa por dificuldades financeiras da Autarquia.

A Associação tem solicitado apoio para a aquisição de equipamento de comunicações, tendo a Direcção Regional respondido que irá ser implementado uma rede regional de comunicações.

Ao nível das infraestruturas, a Associação tem em projecto a construção de um parque desportivo e um novo espaço para guardar uma nova viatura que a associação deseja adquirir, ou seja um auto-tanque de menor dimensão da actual. Todas estas intenções já foram transmitidas à Direcção Regional para financiamento.

Ao nível da formação é dado um curso anual e alguns bombeiros deslocam-se a outras ilhas para os cursos de formação programados pela Direcção Regional.

A Direcção da Associação, lamentou a situação das inspecções efectuadas a edifícios de habitação e outros, que passaram para a alçada do Delegado do Serviço Regional de Protecção Civil que cobre parte da Ilha de S. Miguel e Stª Maria, quando anteriormente estas inspecções eram efectuadas pelo comandante da corporação local.

AUDIÇÃO À COOPERATIVA AGRÍCOLA DE SANTA MARIA

No dia 14 de Setembro a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, foi recebida pelo Presidente e Secretário da Cooperativa Agrícola de Santa Maria, nas instalações da Associação Agrícola.

A Cooperativa Agrícola de Santa Maria, foi fundada no ano de 1967, na Freguesia de Santo Espírito, sendo uma cooperativa essencialmente leiteira.

A falta de vocação da Ilha para a produção de leite, levou que os Estatutos fossem alterados em 1983, passando para cooperativa agrícola, que tem no momento 142 associados.

No ano de 1988, foi cedido o uso e fruição de um edifício do I.A.C.A.P.S, antigo Grémio da Lavoura, onde ficou instalada a Sede da Cooperativa.

As instalações foram transferidas para a propriedade da Cooperativa Agrícola, tendo esta elaborado um projecto apresentado ao Proagri, para remodelação das instalações e criação de infraestruturas comerciais e industriais, a saber, um armazém para adubos, uma pequena fábrica de rações, um mini mercado agrícola e numa segunda fase a instalação de uma unidade de transformação de carnes.

Os maiores problemas com que se debate a Cooperativa é a falta de água, consequência da baixa pluviosidade, sendo uma situação cíclica na Ilha.

A Direcção da Cooperativa é de opinião que a abertura de um furo que reforçasse a distribuição de água ao domicílio, a cargo da autarquia, seria a solução ideal, estando a autarquia aberta a uma cooperação com o Governo nesta área.

A Direcção da Cooperativa considera que a rede de caminhos de penetração existente na ilha é suficiente, mas a sua manutenção é inexistente, tornando-os intransitáveis. Considera também que o parque de máquinas existente nos serviços de desenvolvimento agrário está obsoleto, não podendo responder aos necessários trabalhos de manutenção dos caminhos de penetração.

As constantes secas levam a que a Cooperativa tenha que importar luzerna, que chega muito cara à Ilha de Santa Maria, devido aos custos de transporte, pelo que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas tem prestado apoio para minorar esses custos.

Outro dos problemas com que se debate a Cooperativa é o circuito de transporte de gado para o Continente, que obriga o gado a permanecer a bordo entre oito e dez

dias, por força do itinerário da transportadora, com perda de peso, implicando prejuízos avultados para os lavradores.

AUDIÇÃO À COOPERATIVA DE ARTESANATO DE SANTA MARIA

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, foi recebida no dia 14, pelos elementos da direcção da Cooperativa de Artesanato de St^a Maria.

A Cooperativa foi fundada no ano de 1987 e tem 10 associados, todos eles artesãos, cujos trabalhos de artesanato se centram na tecelagem, trabalhos de lãs, linhas e retalhos.

No ano de 1990 foi decidido construir a sede da Cooperativa, tendo sido solicitado à Secretaria das Finanças a transferência dum terreno localizado na Freguesia de St^o Espírito, onde tinham funcionado serviços de materno-infantil. Ao mesmo tempo a cooperativa concorreu ao ILA (iniciativas locais de emprego). Tendo sido apoiada com uma verba de cerca de 3.000 contos.

O atraso na escritura, impossibilitou o arranque da obra, tendo a cooperativa desenvolvido 50% do apoio, anteriormente recebido.

Iniciado de novo o projecto em 1994, através do Poseima a Cooperativa recebeu um apoio para a construção no valor de 10.740 contos, e cuja obra já arrancou.

Através do mesmo Poseima foram apoiados para um curso de formação com a verba de 13.315.856.00, estando o curso a decorrer com 12 participantes, curso este na área da tecelagem.

O curso é assegurado por duas monitoras da Cooperativa e uma monitora na área da gestão.

Está nos planos da Cooperativa integrarem como associados desta, os formandos do curso de tecelagem.

A Cooperativa tem mantido a sua presença em várias feiras nos Açores e Continente.

Todo o produto da Cooperativa tem sido colocado, não havendo, no momento capacidade de resposta para todas as solicitações.

REUNIÃO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

No dia 15 pelas 11.00 horas a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais foi recebida nos Paços do Concelho, pelo Senhor Presidente da Câmara e vereação.

Após as boas vindas o Presidente da Câmara inumerou as várias dificuldades que o município enfrenta.

1- Fundo Equilibrio Financeiro

É necessário que sejam revistas as transferências do O.G.E. para as autarquias, cujos montantes actuais estão desadequados para acudir todas as responsabilidades . Há a necessidade de cumprimento total da Lei das Finanças Locais.

2- Cooperação para grandes reparações nas escolas primárias

O Presidente chamou a atenção da necessidade de cooperação financeira com o Governo para as grandes reparações nas escolas primárias. O problema centra-se na falta de entendimento no conceito de grande ou pequena reparação, achando a Câmara que os edificios pela sua natureza e antiguidade (Plano dos Centenários) obrigam todos os anos a grandes reparações nas coberturas, que não são comparticipadas.

3- Abastecimento de água ao domicílio e lavoura

O Concelho encontra-se coberto por sistema de distribuição ao domicílio e a água disponível seria suficiente, mas devido à seca alguma da água é utilizada pela Lavoura.

Há a necessidade de abertura de um furo para reforçar a distribuição e ser possível fornecer a água necessária á Lavoura Mariense.

4- Protecção Civil

Está constituída a Comissão Local, que reúne duas vezes por ano.

Na área da busca e salvamento o material é inexistente, havendo a necessidade de dotar a Associação de Bombeiros com o material adequado.

A Câmara Municipal vinca a necessidade da instalação da rede global de Comunicações na área da Protecção Civil, cujo projecto está incluído no Pedra II.

5- Cooperação Financeira

A Cooperação Financeira com o Governo tem funcionado normalmente, e os projectos apresentados ao Pedra I tem sido comparticipados.

6- Desenvolvimento Económico

É na área do desenvolvimento económico e a sua diversificação que estão os maiores problemas da Ilha.

A grande procura de emprego por parte dos jovens e a inexistência de criação de novos postos de trabalho, leva a que a juventude abandone a ilha à procura de emprego.

7- Pedra II

O atraso na publicação dos regulamentos de candidatura das autarquias ao Pedra II, tem trazido graves inconvenientes, tanto pelo atraso na abertura de novas frentes de trabalho, como na demora que irá acontecer no pagamento de obras já iniciadas e que só agora se podem candidatar.

AUDIÇÃO À DIRECÇÃO DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO DE SANTA MARIA

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais recebeu o Presidente da Cooperativa de Habitação de Santa Maria, o Sr. José Feliciano Carvalho, nas instalações da Delegação da Assembleia, em Vila do Porto.

A Cooperativa de Habitação de Santa Maria foi constituída no ano de 1984, tendo no momento 47 sócios.

A Cooperativa iniciou conversações com a Ana-EP para a desafecção dos terrenos necessários à construção, o que veio a acontecer no ano de 1988.

Ao Governo Regional coube a tarefa de infraestruturar o terreno, que ficou com a capacidade de 46 lotes.

As obras de construção das habitações iniciaram-se em 1989, estando já construídas 36 habitações, das quais cerca de 20 estão já habitadas.

A construção das habitações ficou a cargo dos sócios, tendo a Cooperativa desanexado e passado os lotes para a propriedade individual dos cooperantes.

Ficou salvaguardada a possibilidade de ser aplicada na zona a auto-construção, visto o projecto de construção global da cooperativa ultrapassar os limites consignados na legislação para a auto-construção.

Faz parte do terreno uma área que irá ser dedicada a zona verde.

Pelo Presidente da Direcção foi referido o mau estado das estradas envolventes à Cooperativa, as quais se degradaram em resultado de várias obras executadas na zona. Referiu a necessidade da Secretaria Regional da Tutela proceder o mais rápido possível ao arranjo dos pisos.

Foi ainda referido a falta de empenhamento cooperativista dos sócios, nos assuntos que são comuns.

Presidente: Srs. Deputados, antes de passarmos à leitura do último relatório, vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para interpelar a Mesa...?

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de interpelar a Mesa no seguinte sentido:

Foi hoje aprovada na Assembleia da República, por proposta do Partido Socialista na Comissão de Economia, Finanças e Plano daquela Assembleia, uma decisão sem precedentes na história do relacionamento entre o Estado e a Região, no que se refere à apreciação de documentos tão decisivos, ou de um documento tão decisivo e importante como o é o Orçamento de Estado, neste caso para 1995.

A decisão tomada, por proposta do Partido Socialista, gera a necessidade da Região Autónoma dos Açores, através da Assembleia Legislativa Regional, se pronunciar num espaço de tempo, sobre a Proposta de Orçamento de Estado para 1995.

Portanto, trata-se de uma atitude positiva, sem precedentes, e que gerará a necessidade de um debate e de um tratamento processual urgente, de forma a que os partidos políticos representados nesta Assembleia, e a mesma no seu todo, possam - perante a Assembleia da República - ter uma posição tão comum quanto possível, em defesa dos interesses dos Açores e em defesa também, indirecta, dos próprios recursos financeiros que integrarão as nossas receitas do Orçamento Regional para 1995.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional se já recebeu comunicação do Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano da Assembleia da República sobre essa matéria. E no caso de já ter recebido, qual é o tratamento processual que será conferido a essa consulta e quando e como ela se irá processar?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, até ao momento, não tenho conhecimento de ter dado entrada nos serviços da Assembleia qualquer pedido de parecer da Assembleia da República sobre essa matéria.

De qualquer forma, uma vez entrado esse pedido de parecer, creio que ele deverá ser apreciado de acordo com que está estabelecido no nosso Regimento, nos Artigos 210º e 211º que se referem a pareceres sobre consulta dos órgãos de soberania.

Portanto, uma vez que a Assembleia está reunida, havemos de encontrar forma para que a Comissão, rapidamente, dê um parecer, ou seja dispensada de parecer e

havemos de debater isso de acordo com as regras do Artigo 145º, conforme manda o Regimento.

Se a Assembleia por acaso não tivesse reunida, ou se reuniria para o efeito, extraordinariamente, ou então seria cometida à Comissão especializada para que, também nos termos regimentais, desse o seu parecer.

De qualquer forma, até este momento, não me foi feita qualquer menção de ter recebido nos serviços da Assembleia o Orçamento Geral do Estado para efeitos de parecer.

Posto isto, faríamos o nosso intervalo e reuniríamos às 18,30 horas.

(Eram 18,10 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos seguimento aos nossos trabalhos.

(Eram 19,10 horas).

Pediria ao Sr. Deputado Gustavo Frazão, na ausência do Sr. Relator da Comissão de Economia, Finanças e Plano, o favor de proceder à leitura do respectivo relatório.

Deputado Gustavo Frazão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

—

Relatório da Comissão de Economia, finanças e Plano a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE NOVEMBRO DE 1994

Introdução

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, é constituída pelos seguintes deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

- Victor Evaristo (Presidente)
- Rui Luís (Relator)
- António Almeida
- Gaspar da Rosa
- Gustavo Frazão
- Humberto Melo
- Manuel Brasil

Partido Socialista (PS)

- Francisco Oliveira (Secretário)
- Dionísio Sousa
- Mário Machado
- Fernando Lopes
- Manuel Serpa

Deputado Independente

- Manuel António

CAPÍTULO II

Generalidades

1 - A Comissão reuniu de 24 a 27 de Outubro e de 15 a 17 de Novembro no edifício da Rua Caetano Andrade nº 11 em Ponta Delgada e ainda de 22 a 24 de Novembro na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Angra do Heroísmo.

2 - Nas reuniões de 24 a 27 de Outubro, o deputado Manuel Brasil faltou justificadamente.

3 - O deputado Dionísio Sousa faltou justificadamente nos dias 24 e 25 de Outubro, tendo sido substituído pelo deputado Francisco Sousa nos dias 26 e 27 do referido mês.

4 - Na reunião do dia 27 de Outubro, o deputado António Almeida foi substituído pelo deputado Gastão Pacheco.

5 - Nas reuniões dos dias 15 e 16 de Novembro, o deputado Mário Machado faltou justificadamente.

6 - Os deputados Fernando Lopes e Dionísio Sousa, foram substituídos, respectivamente, pelos deputados Silva Melo e Francisco Sousa, nas reuniões dos dias 17 e 18 de Novembro.

7 - Nas reuniões dos dias 22 23 e 24 de Novembro os deputados Mário Machado e Fernando Lopes foram substituídos, respectivamente, pelos deputados Ricardo Barros e Duarte Pires.

8 - No dia 22 de Novembro, o deputado Manuel António faltou justificadamente.

9 - Na reunião de 24 de Novembro, o deputado Victor Evaristo foi substituído pela deputada Fátima Oliveira

CAPITULO III

Trabalhos Realizados

1 - No decorrer deste ante-periodo legislativo, a Comissão discutiu e deu parecer favorável aos seguintes diplomas;

a) Ante-proposta de lei - Projectos de Investimento constantes do Plano a Médio Prazo da Região Autónoma dos Açores, para o Quadriénio 1993/96 - Contracção de Empréstimos.

b) Proposta de Resolução - Limite de Avals a conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1995.

c) Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 16/94 - Sistema de Incentivos da Região Autónoma dos Açores.

d) Proposta de Plano e Orçamento para 1995.

2 - A comissão analisou ainda a execução financeira e material dos Planos de 1993 e 1994, através da audição dos Senhores Secretários que tutelam as áreas correspondentes a esta comissão.

3 - No âmbito da apreciação da proposta de resolução sobre problema financeiro das empresas “Lacticínios - Miragaia” e “Lacto-Pico”, foi constituída uma sub-comissão que se deslocou ao Pico com o objectivo de auscultar as empresas acima referidas.

CAPÍTULO IV

Trabalhos Pendentes

1 - Conta da Região Autónoma dos Açores - 1992

(Aguarda parecer do Tribunal de Contas)

2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 10/94 - Administração dos Portos dos Açores.

3 - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 12/93 - Medidas Cautelares das Bacias Hidrográficas da RAA.

4 - Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre o regime jurídico de utilização dos Bens do Domínio Hidríco da RAA.

5 - Projecto de Decreto Legislativo Regional de Alteração ao DLR nº 12/77/A, de 14 de Junho, sobre medidas de protecção às Lagoas, Ribeiras, Nascentes de Água dos Açores.

6 - Petição /Exposição da Associação de Proprietários Agrícolas de São Jorge.

7 - Projecto de Decreto Legislativo Regional “Altera os meios de prova da existência dos contratos de arrendamento rural, permitindo o acesso de todos os agricultores a fundos comunitários”.

8 - Proposta de Resolução “Ligações Aéreas com Boston”.

A comissão aguarda resposta ao seu pedido de audição do delegado da TAP nos Açores, bem como aguarda a recepção de estatísticas sobre os referidos voos)

9 - Proposta de Resolução sobre a junção dos três grupos de redes telefónicas dos Açores, num único Grupo de Redes.

10 - Proposta de Resolução sobre problema financeiro das empresas “Lacticínios Miragaia” e “Lacto-Pico”.

Angra do Heroísmo, 24 de Novembro de 1994

O Relator, *Rui Luís*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Victor Evaristo*

ANEXO

Relatório da Audição do Governo Regional sobre a Execução Financeira e Material do Plano de 1993 e 1994.

(OUTUBRO DE 1994)

Introdução

A Comissão de Economia, Finanças e Plano reuniu de 24 a 27 de Outubro no edifício da Rua Caetano Andrade nº 11, em Ponta Delgada, com o intuito de analisar a execução financeira e material do Plano de 1993 e 1994.

De acordo com o estipulado na alínea c) do artigo 59.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a comissão ouviu os Senhores Secretários Regionais do Turismo e Ambiente; Agricultura e Pescas; Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia; Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Finanças, Planeamento e Administração Pública.

A metodologia de trabalho definida pela Comissão, traduziu-se, em primeiro lugar, na auscultação de cada Secretário Regional sobre as actividades desenvolvidas no

período 1993 e 1994, e em segundo lugar, por um debate onde foram levantadas questões relacionadas com as matérias apresentadas.

Por solicitação do relator e de acordo com o nº 4 do artigo 4º do Regimento da Comissão, foi indicado o deputado Gustavo Frazão para o coadjuvar nas suas funções.

AUDIÇÃO AO SECRETÁRIO REGIONAL DO TURISMO E AMBIENTE

O Secretário Regional começou por referir que nos últimos dois anos, observou-se a continuação dos apoios aos projectos apresentados no âmbito do SIFIT, bem como no âmbito do D.L.R. nº 25/87/A, explicando que foram aprovados desde 1988 na Região, 60 projectos, envolvendo um investimento superior a 13,2 milhões de contos, sendo a comparticipação financeira correspondente a um valor superior a 5,34 milhões de contos, isto no âmbito do SIFIT. No âmbito do DLR nº 25/87/A de 12 de Dezembro, desde 1989 deram entrada cerca de 150 pedidos de apoio financeiro, tendo sido aprovados cerca de 122 pedidos, totalizando um investimento global superior a 3,2 milhões de contos, sendo a comparticipação na ordem dos 1,2 milhões de contos.

Na sequência dos investimentos efectuados, referiu que aumentou a oferta de camas, de restauração e ainda de animação.

Enormes dificuldades têm se colocado, precisamente na resolução dos problemas resultantes da existência diferenciada de unidades hoteleiras em ilhas diferenciadas, isto é, a classificação atribuída a uma unidade em determinada ilha é diferente da mesma classificação atribuída a outra unidade localizada em outra Ilha.

Abordando a temática da Promoção, referiu que em termos de acções publicitárias desenvolvidas, tem sido contempladas companhias e inserções de prestígio quer em Portugal quer no Estrangeiro mas com maior incidência no mercado nacional e com recurso à Televisão, Rádio e Imprensa, em dois tipos de campanha, uma dirigida à promoção da época alta e outra à época baixa.

Em relação à promoção no mercado internacional, foi efectuado um acordo com o ICEP, participando assim a Região numa campanha, cujo valor global irá atingir os

1,2 milhões de contos, sendo a participação regional da ordem dos 110 mil contos. Os mercados privilegiados são a Inglaterra e a Alemanha. Referiu ainda que em 1995 se pretende alargar a outros países embora existam dificuldades.

A presença significativa em Feiras, tem sido uma realidade, mas aqui coloca-se a seguinte questão:

Se temos poucos turistas de um determinado país, porque se faz representar nas Feiras destes Países?

A resposta é que a promoção em Feiras é a promoção mais barata e é um ponto de encontro dos operadores turísticos, além de existir um efeito promocional sobre as populações destes mesmos países.

Observou ainda que um destino turístico leva anos a fazer-se e os Açores ainda não tem um destino turístico feito.

Outra acção que tem sido levada a efeito, tem sido a realização de visitas educacionais, privilegiando-se os agentes de viagens, seus empregados e ainda jornalistas. Nesta acção, os critérios utilizados tem sido os que abrangem jornalistas de imprensa de grande tiragem e de imprensa especializada (nomeadamente golf, ténis, etc.)

Paralelamente tem-se desenvolvido acções que incidem na reedição de panfletos e elementos promocionais, elaborando-se também nova informação e actualizando-se a informação existente.

Estas acções tem abrangido os “Roteiros do Alojamento”, “Roteiros de Restaurantes” e “Mapas de São Miguel, Terceira e Faial”, com as respectivas cidades em imagens desenvolvidas.

Ao nível da criação de “postos de informação turística”, concluiu-se a abertura na Graciosa com o apoio da Câmara Municipal, em São Jorge, Pico, Flores e Cidade do Porto.

Sobre a realização de obras concluiu-se as obras efectuadas no campo de Golf das Furnas e encontra-se em fase de construção o Campo de Folf da Batalha, prevendo-se que 8 buracos sejam jogáveis ainda esta ano e os 18 buracos só no final do próximo ano.

Recuperação de moínhos, construção de trilhos turísticos, sinalização turística e recuperação do património ligado à actividades baleeira, tem sido levados a efeito.

Ainda na área do turismo, referiu-se à alienação da participação pública das empresas “Turotel” e “Proturotel”.

Referindo-se em seguida à área do Ambiente, começou por abordar a aplicação da legislação referente às áreas protegidas. Este processo iniciou-se em 1993 e em fase preparatória consultou um conjunto de entidades para colher pareceres. Referiu ainda que a Universidade dos Açores possui os diversos pareceres para análise e em fase posterior haverá um debate público sobre a matéria.

Referiu ainda o estudo para a salvaguarda do património da vinha, na ilha do Pico, em que as zonas classificadas tem vindo a ser alvo de investimentos. Abordou algumas questões sobre as zonas de protecção especial e venceu exemplificativamente a espécie do “garajau rosado”.

Outras acções foram efectuadas, precisamente a campanha para o estudo da qualidades das águas balneares, em especial a campanha da Bandeira Azul.

Tem sido realizadas também acções visando a educação ambiental.

Sobre a problemática dos Resíduos Sólidos, informou que tem vindo a acompanhar as Autarquias e ainda a apoiar financeiramente, da forma possível, as diversas acções na âmbito desta matéria.

Finalizando, efectuou uma breve explicitação sobre os fluxos turísticos, referindo os principais países geradores destes mesmos fluxos para a Região.

Iniciando-se a segunda fase dos trabalhos, diversos membros da Comissão levantaram questões, nomeadamente sobre o Plano Director do Turismo, tendo-se comprometido o Secretário a enviar para a Comissão em exemplar do referido documento.

Em seguida, a Comissão visitou a Estalagem N^o S^a da Rosa, na Fajã de Baixo.

AUDIÇÃO AO SECRETÁRIO REGIONAL DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Começou por observar que em termos de infra-estruturas Portuárias, o Porto da Praia da Vitória ficará concluído no próximo ano, ao Porto das Velas S. Jorge, falta a protecção do molhe e no Porto da Madalena-Pico, irão iniciar-se os trabalhos para a construção da Gare de Passageiros.

Quanto ao Porto da Horta, a obra já foi consignada, aguardando a “garantia bancária” por parte do empreiteiro.

O Porto das Flores encontra-se concluído e em Outubro concluiu-se a obra no Porto da Casa-Corvo.

Os investimentos efectuados na área dos Transportes Aéreos, basearam-se na Aerógare das Lajes, na recarga do aérodromo das Flores e na, Gare deste mesmo aérodromo.

Em relação aos Transportes Marítimos, referiu a concessão de diversos apoios.

Ainda sobre esta área e no que toca ao sector da Estiva, teceu algumas considerações sobre a reestruturação que se está a efectuar.

Abordou ainda a situação actual de algumas empresas de transporte marítimo, nomeadamente a empresa “Parece”, “Graciosense” e “Transmaçor”.

Sobre os Transportes Aéreos, referiu-se ao processo de saneamento financeiro da SATA e à ligação Açores/Continente efectuado pela TAP.

Referindo-se aos Recursos Hídricos, começou por fazer referência a adjudicação do processo de arejamento da Lagoa das Furnas que se encontra concluído, faltando para o arranque do projecto, a construção de um espaço para a instalação dos equipamentos e ainda a construção de um ramal eléctrico para o fornecimento de energia.

Abordou ainda diversas questões sobre o processo de eutrofização das Lagoas e o controlo que se encontra a desenvolver.

AUDIÇÃO AO SECRETÁRIO REGIONAL DA JUVENTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E ENERGIA

Começou por abordar os objectivos que têm presidido à acção do Departamento nesta matéria e que consta do programa do Governo para o período em causa.

Passando depois à explicação desagregada desta área, começou por se referir à Política de Preços e Defesa do Consumidor. A definição de preços, exclusivamente sobre produtos cuja fixação é de origem administrativa, de modo a conseguir-se também cunjar os objectivos definidos em termos de variáveis macro-económicas, nomeadamente a Taxa de Inflação, tem sido uma preocupação constante e é com satisfação que observa que a política desenvolvida tem tido êxito, pois a taxa de inflação observada é aproximadamente de 5,1%.

Referindo-se ainda a outras acções, explicou os apoios que tem sido concedidos no âmbito da “Formação dos Consumidores”, apoiando uma campanha que incrementa o consumo de produtos açoreanos. Até ao momento foram dispendidos 8.500 contos.

A implementação de um sistema de incentivos que visa apoiar as acções de exportação de produtos regionais nomeadamente apoios ao Transporte, Publicidade, Embalagem, etc., tem tido a especial incidência no mercado Italiano, em especial as conservas de peixe, absorvendo este produto cerca de 70% da verba total afectada a este programa.

A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores tem sido a protagonista na promoção dos produtos açoreanos, através da presença em diversas Feiras, nomeadamente a “AGRO 93 - BRAGA”, “ALIMENTÁRIA - LISBOA”, “EXPOMADEIRA-FUNCHAL”, “1ª FEIRA INTERNACIONAL DE CABO VERDE”, “FATACIL-ALGARVE” e “ANUGA-COLÓNIA”, além do apoio à organização de Feiras em algumas Ilhas da Região.

O apoio à criação de um departamento de apoio à exportação, em conjugação com o Câmara do Comércio é também uma realidade.

A Casa dos Açores do Norte, foi apoiada no âmbito da Promoção dos produtos regional,

Referiu-se ainda ao D.L.R. nº 14/94/A de 14 de Maio, que adapta à Região o D.L. nº 258/92 de 20 de Novembro, criando-se assim um procedimento de licenciamento especial para as grandes superfícies comerciais.

A implementação da campanha para a “Revitalização do Comércio Tradicional da Baixa de Pontal Delgada”, foi apoiada na vertente publicitária, por solicitação da Câmara do Comércio.

O licenciamento comercial - Cadastro Comercial, tem tido a maior atenção e tem havido uma enorme adesão por parte dos diversos agentes económicos. Até ao momento registaram-se 1825 pedidos de inscrição.

O apoio à Modernização do Comércio Rural, através de um sistema de Incentivos foi também uma das acções contempladas.

Foram 20 as unidades apoiadas em 1993, traduzindo um Investimento Global de 218.024 contos. O apoio concedido neste mesmo ano foi de 63.646 contos.

O sistema de Incentivos denominado de “Stocks de Segurança”, tem vindo a diminuir ano após ano, pois ao vigorar entre Novembro e Março do ano seguinte, a sua importância tem sido cada vez menor, havendo a intenção de se acabar no final do ano.

O Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio - SIMC, durante a sua vigência, observou a apresentação de 185 candidaturas, das quais foram aprovadas 157, o que corresponde a um investimento de 3.905.992 contos. O incentivo aprovada atingiu os 1.282.628 contos, ou seja, cerca de 33% do investimento aprovado.

Referiu ainda que em Agosto do presente ano, o incentivo pago totalizava 624.985 contos, ou seja, 48,7% do apoio aprovado, encontrando-se concluídos 86 dos 163 projectos aprovados, ou seja, cerca de 62% da totalidade.

Apoios a Associações Empresariais, nomeadamente a atribuição de Subsídios a diversas Câmaras do Comércio da Região, também foram realçados, referindo também no âmbito da Formação Profissional no Comércio, a concessão de apoios à U.G.T., destinados a custear despesas com a ampliação e aquisição de equipamentos para a Escola de Formação Profissional.

Referiu ainda a participação activa do Serviço de Inspeção Económica na realização de diversas seminários, nomeadamente sobre as temáticas “Higiene dos Alimentos” e “Alimentação e Responsabilização Criminal”.

Analisando depois a actividade industrial, utilizou a mesma metodologia verificada anteriormente, referindo em primeiro lugar os objectivos constantes do Programa do Governo.

Desagregando as acções verificadas, começou por explicar os Sistemas de Incentivos à Indústria, nomeadamente o S.I.F. Apoio a Indústrias Essenciais em Ilhas Carecidas.

Em relação ao SIBR - Sistema de Incentivos de Base Regional, observou a aprovação de 183 candidaturas, que envolveram um investimento da ordem dos 24.307.366 contos, aos quais corresponde um incentivo de 10.105.215 contos.

O apoio ao funcionamento do Eurogabinete também tem sido um realidade, verificando-se um apoio na ordem dos 12.961.800\$00 em 1993 e 11.560.309\$00 em 1994.

O apoio à Câmara do Comércio e Indústria dos Açores para comparticipação de despesas com obras efectuadas no novo edifício - sede daquela associação, apontou para 15.000 contos em 1993 e 17.500 contos em 1994.

A Execução do projecto RECIT pelo INOVA, levou a que o Departamento tenha participado em 25% dos custos relacionados com esta mesma execução.

O apoio a Infra-estruturas do INOVA foi outra das acções abordadas, nomeadamente o Laboratório de Análises e Ensaios, Escola de Novas Tecnologias e Laboratório de Metrologia.

Em 1993 e na âmbito do “Controlo de Qualidade”, foi celebrado um protocolo de cooperação com o IPQ - Instituto Português de Qualidade.

Em relação aos estudos que se encontram em fase de elaboração, referiu as temáticas “Impacto dos Incentivos na Economia Regional” e “Recursos Hidrominerais”.

Finalizando, abordou o apoio ao ordenamento industrial, focalizando os parques industriais e as acções que têm sido levadas a cabo.

Sobre o sector da Enérgia, começou por referir os objectivos constantes do Programa do Governo.

Abordando em seguida os projectos e acções executadas, referiu o apoio à EDA através da atribuição de indemnizações compensatórias.

Na sequência, abordou os investimentos que têm sido efectuados pela mesma empresa.

Encontra-se em fase de implementação um conjunto de estudos sobre o “Potencial Hidro-Eléctrico na Ilha de S. Miguel”.

Referindo-se ainda em relação a esta temática, abordou a realização de investimentos e investigação nas denominadas “Energias Alternativas”, especialmente o aproveitamento de energia das ondas, realizando-se estudos na Ilha do Pico, criação

de um sistema de incentivos à utilização racional de energia, apoio à Instalação do projecto geotérmico, área onde o POSEIMA-ENERGIA tem participado em 50% do montante investido.

O apoio à Federação dos Municípios das Flores e Corvo foi uma realidade, além também dos apoios concedidos para a electrificação de locais públicos.

Procedeu-se à realização de um estudo sobre a competitividade da Energia Geotérmica.

Ao longo dos últimos anos, tem sido uma constante a realização de uma campanha no sentido da poupança de energia.

Finalizando, referiu-se à necessidade de se elaborar um Plano Energético, celebrando-se para o efeito um contrato com a Universidade dos Açores.

Iniciando-se a segunda fase da reunião diversas questões foram levantadas pelos Deputados presentes.

Efectuaram-se duas visitas de trabalho, nomeadamente à Central Termo-Eléctrica do Caldeirão, onde se efectuou um “briefing” pelos responsáveis da empresa e em seguida uma visita às instalações.

A segunda visita efectuou-se a SOGEO, SA, nomeadamente à Central principal da empresa, registando-se as mesmas acções efectuadas anteriormente.

AUDIÇÃO AO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS

O Secretário Regional fez a apresentação das actividades referentes à Agricultura e às Pescas.

Começou por abordar o sector agrícola, referindo que o Plano não reflecte o que o sector da agricultura absorve em termos financeiros, porque o IROA e IAMA, organismos com autonomia administrativa e financeira, e no âmbito do enquadramento jurídico destes, concedem apoios substanciais e ainda são responsáveis por investimentos vultuosos na área em questão, além de serem também intermediários e beneficiários de verbas provenientes do QCA1 (1993), bem como do QCA2 (1994).

Como exemplo, o Secretário Regional referiu-se às denominadas “Ajudas Directas ao Rendimento - POSEIMA”, fluxos estes que não são inscritos no Orçamento Regional. Quantificando de modo a ilustrar a ordem de grandeza em causa, referiu que as indemnizações compensatórias em 1993 atingiram aproximadamente 1,2 milhões de contos e em 1994 atingirão um valor superior a 4 milhões de contos.

Referindo-se em seguida aos organismos referidos acima, começou por abordar a actividade do IAMA.

Assim, este organismo é responsável por toda a gestão do sector do abate da Região. Também é responsável pelo processo de saneamento financeiro das empresas de lacticínios da Região.

Administra ainda todas as verbas provenientes do FEOGA-GARANTIA.

Em relação ao IROA, apontou como organismo responsável por diversas áreas, nomeadamente a criação de infra-estruturas em termos de Caminhos de Penetração e Abastecimento de Água nas zonas denominadas de Bacias Leiteiras.

As Bacias que se encontram definidas no momento e que têm recebido os mais diversos tipos de investimento, são a Bacia Leiteira de Ponta Delgada - S. Miguel e a Bacia Leiteira do Paúl - Terceira.

A Direcção Regional dos Recursos Florestais tem como área de actuação, a manutenção dos terrenos baldios e perímetros florestais da Região. Tem à sua responsabilidade os Caminhos de Penetração de toda a Região, excepto os existentes na Ilha do Pico.

Sobre esta matéria, referiu que em termos de novos caminhos, construíram-se 8 Km e a asfaltagem de caminhos existentes atingiu os 36 Km.

Sobre a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, referiu-se às acções de rotina desta direcção, nomeadamente dos Serviços Veterinários e Sanidade Animal.

Referiu ainda que o suporte em termos de encargos financeiros provenientes de processo de saneamento financeiro das explorações agrícolas, tem sido da responsabilidade da direcção em causa, atingindo em 1993, um valor aproximado dos 3 milhões de contos.

A abordagem ao programa PROAGRI, foi uma realidade, referindo que foram contemplados 12 projectos, precisamente para 12 estruturas associativas.

Passando em seguida ao sector das Pescas, começou por referir que os investimentos efectuados foram definidos na base das necessidades da criação de infra-estruturas e transformação do pescado.

Assistiu-se a um crescimento mais lento do que o definido à partida, mas esta situação deveu-se essencialmente à existência de normas por parte da comunidade Europeia, que assim o exigem.

Em relação ao programa comunitário POSEIMA-PESCAS, referiu que até 1993 os investimentos comparticipados atingiram os 1,2 milhões de contos, destacando-se deste montante a construção do navio “Arquipélago”, que atingiu os 400.000 contos, em que a comparticipação anual da SRAP é de 40.000 contos e ainda uma verba de 100 mil contos que se destinou à aquisição de equipamentos para o referido navio.

O apoio sob a forma de indemnizações compensatórias ao atum, foi também incluído neste programa.

Disse ainda que se o POSEIMA não fosse aprovado em 1992, actualmente seria impossível que o fosse.

Como questão importante, realçou que em matéria de política comunitária de pessoas, encontra-se em discussão a problemática das áreas de exploração próprias, em que o objectivo regional é conseguir-se um “status quo” a partir de 1996, isto porque até às 200 milhas a questão não se põe, mas sim nas águas internacionais.

Foi efectuada uma visita às instalações do IROA, onde se realizou um “briefing”, procedendo-se em seguida a uma visita acompanhada pelos responsáveis do organismo em questão, à Bacia Leiteira de Ponta Delgada.

Posteriormente foi efectuada uma visita às instalações do Iama.

AUDIÇÃO AO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Por solicitação do Secretário Regional, este iniciou a sua abordagem, referindo-se a aspectos globais da situação financeira da Região, debruçando-se sobre a sua regularização.

Sobre esta matéria, referiu-se à estabilização financeira de curto- -prazo, em colaboração com a Câmara do comércio e Indústria dos Açores, realçando que em Agosto a situação ficou regularizada.

Abordou ainda a situação de crise, considerando-a ultrapassada.

Em relação à Despesa Pública, realçou que existem ainda alguns pagamentos em atraso, mas na sua globalidade dizem respeito a algumas empreitadas adjudicadas a empresas do continente.

Referiu-se ainda ao Protocolo Financeiro Intercalar, frisando que o documento em causa gerou uma certa tensão.

Na sua opinião sobre o documento, expressou que o rigor orçamental mede-se pelo crescimento das Despesas e que no que toca ao endividamento, o documento sujeitava à solicitação de avales ao Estado, ultrapassando-se esta questão em Maio passado, precisamente quando se agendou um financiamento no montante de 11,9 milhões de contos.

Em relação ainda ao documento, referiu que a regra básica do Protocolo, e que a Região deverá acompanhar o esforço de rigor orçamental, em relação ao Orçamento do Estado.

Sobre o Processo de Privatizações, referiu as linhas gerais observadas para a elaboração dos diversos modelos, explicitando em relação à Fábrica de Tabaco Micaelense, que a sua privatização efectuar- -se-á através da alienação de 90% do capital, sendo 80% como bloco indivisível e 10% para pequenos subscritores, O.G.R.A. manterá 10% sob a forma de acções denominadas de “golden share”.

A proposta de diploma, foi remetida em 15 de Agosto passado, para os diversos órgãos institucionais e sendo conhecedor do “parecer” emitido em Conselho de Ministros, referiu que não existiram alterações.

Sobre a privatização do Banco Comercial dos Açores e Companhia de Seguros Açoreana, referiu que o modelo apresentado ao público, consta na alienação de 66% do capital, sendo 56% como bloco indivisível e 10% para pequenos subscritores. O.G.R.A. manterá 34% sob a forma de minoria de bloqueio e “golden share”, de modo a não permitir que algumas decisões de ordem estratégica, como por exemplo a

alteração de denominação do Banco e alteração da sede, sejam possíveis. Exceptua-se a intervenção no aumento do capital social.

Referiu ainda que em relação aos 10% propostos para os pequenos subscritores, se a proposta se manifestar superior, o Governo está disposto a aumentar o valor em causa.

Abordando os sistemas, de incentivos, referiu que foram encerrados os processos referentes ao SIBR - Sistema de Incentivos de Base Regional e SIMC à Modernização do Comércio.

Com a aprovação do novo Quadro Comunitário de Apoio, foram criados diversos programas, de entre os quais se destacam o PEDIP II, cuja comparticipação pública é efectuada através do Orçamento do Estado e ainda o S.I.R.A.A., programa este que se traduz na adaptação à Região do PEDIP II, para intenções de Investimento inferiores a 100.000 contos, só que o Orçamento Regional terá que contribuir com a parte estatal.

Finalizando, referiu ainda que os projectos cujas intenções de investimento sejam até 20.000 contos, deverão ficar a cargo das Autarquias Locais.

O Relator, *Rui Luís*

O Presidente, Victor Evaristo

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao final da leitura dos relatórios elaborados nos termos do Artigo 119.º do nosso Regimento. Seria altura de passarmos aos pontos seguintes da nossa ordem de trabalhos, mas dada a hora que é e estar a atingir-se praticamente a nossa hora regimental, não faria sentido que fôssemos introduzir agora o Plano e o Orçamento nesta altura.

Nesta conformidade, voltaremos a reunir-nos na próxima Sexta-feira, pelas 10,00 horas e entraremos, de imediato, na apreciação, conforme foi combinado na conferência de líderes, do Plano e Orçamento, não havendo, portanto, Período de Antes da Ordem do Dia.

Assim, trabalharemos a partir das 10,00 horas durante a sexta-feira e depois combinaremos no prosseguimento dos nossos trabalhos na próxima semana.

Boa noite, muito obrigado e até Sexta-feira.

(Eram 19,40 horas)

*(Deputados que entraram no decorrer da Sessão: **PSD** - José Maria Bairos; **PS** - António Silva Melo, Duarte Pires, Francisco Oliveira; **CDS/PP** - Alvarino Pinheiro; **Dep. Indep.** - Manuel António Martins).*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Rui Luís; **PS** - Mário Machado)*

—

Rectificação ao Diário da Assembleia Legislativa Regional n.º 44, apresentada pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila que diz o seguinte:

"Na página 48 - I Parte - linha 39, onde se escreve "calçar" deve-se escrever "calcetar".

—

A Redactora de 2ª Classe: *Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré*